

CMU

6
1996

RESGATE

REVISTA DE CULTURA



E d i t o r i a l

Criada em 1990, para assinalar o quinto aniversário do Centro de Memória, esta revista, então co-editada com a Editora Papyrus, de Campinas, circulou semestralmente até 1993, quando foi distribuído seu quinto número.

Na medida em que a *Área de Publicações* do CMU começou a dar mostras de sua potencialidade, o nosso interesse na co-edição foi diminuindo até que o falecimento prematuro de Milton Roberto Cornacchia, proprietário da Papyrus e grande amigo desta Casa, concretizou o final daquela parceria.

Mas aí aconteceram injunções, dessas que costumam abater-se sobre a Academia e não conseguíamos prosseguir, dando em resultado um prolongado hiato, que felizmente não impediu que o CMU continuasse crescendo normalmente.

Somente agora, três anos depois de circular o último número, Resgate volta, correspondendo assim à expectativa que se criou pelo seu retorno.

Volta com a mesma proposta inicial, que na verdade sentimos que não se cumpriu integralmente, o que esperamos poder agora ir concretizando.

O ideal que continuamos a perseguir é aquele anunciado, quando pela vez primeira circulamos na praça: aspiramos não sermos apenas mais uma boa revista acadêmica de ciências sociais, mas sofisticarmos na *forma* e no *fundo* a nossa

mensagem, que deve ser produzida com ciências humanas, letras e artes, de maneira leve, sem vulgarismo e concessões ao medíocre, mas e também afastando o rebusque do jargão acadêmico, capaz de estiolar o diálogo que deve presidir a relação com o leitor.

Notará ainda o leitor que reestruturamos nossa *Comissão de Redação* e o *Conselho Editorial*, procurando conferir-lhes mais agilidade, tendo em conta, sobretudo, a disponibilidade e a motivação das pessoas que deles participam.

Antecipamos, porém, ao leitor, o que vai encontrar nas páginas seguintes. Resgate mantém as mesmas seções dos números anteriores. Assim, em *Artigos* temos cinco títulos que contemplam áreas como História, Antropologia, Política e Educação: José Maurício S. Alvares faz uma leitura das imagens produzidas ao longo de uma das mais importantes expedições estrangeiras que cruzou o território brasileiro no século XIX: (17 mil quilômetros!), a do barão Georg Heinrich von Langsdorff, enquanto Décio Saes, mantendo o seu foco de análise no mesmo século, recoloca a Abolição da Escravidão inserida no processo de emergência capitalista do Brasil. Mudado o regime político, é ainda no último quartel do século passado que Rosa Fátima de Souza centra o seu estudo em história local e regional, procurando a resposta que o Estado dá às expectativas que então se

criam em relação à educação na Campinas da Primeira República.

Para o nosso século, Kabengele Munanga mostra como os nossos discursos anti-racistas se contradizem ao propor o respeito à identidade, à cidadania e à democracia. Finalmente, Roberto A. O. Santos resgata a obra de Lindolfo Collor, mostrando que não deve permanecer apenas como um dos fatores da política trabalhista da era Vargas.

Em *Comunicações*, Laymert Garcia dos Santos convida o leitor, com a análise que nesse sentido procede, a assistir ao filme *São Paulo S/A*.

O espaço da *Poesia* foi assegurado por Carlos Rodrigues Brandão, que, enquanto renomado antropólogo, não conseguiu sopitar

a bonita poesia que consegue produzir, quando contempla o seu próprio itinerário de vida.

A seção *Debates* mostra ainda o interesse que a obra de autores como Michel Foucault e Carlo Ginzburg provoca, enquanto José Crisóstomo de Souza relê Marx em busca de suas concepções sobre o *homem*.

Na seção *Combates & Rituais*, sumulam-se algumas das teses mais significativas que a Academia produziu nos últimos anos.

Fecha este número, a seção *Resenhas*, onde são examinados os livros *A Imagem Rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo* e *Marcello Piacentini*, respectivamente por Eliana Regina de Freitas Dutra e Marcos Tognon.

Objetividade e Lirismo na Iconografia da Expedição Langsdorff

José Maurício S. Alvarez

Leciona no Departamento de Artes da Universidade Federal Fluminense. Autor dos romances: D. Fias Moniz o Donatário (prêmio Afonso Arinos para romance da Academia Brasileira de Letras, em 1983); Filho teu não foge a luta; Um Caso de Polícia. Ensaista, é autor de: Arquitetura Monumental e Vontade de Potência; Este Sólido e Imponente Edifício. É diretor do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense

Da paisagem dos fatos à captura do real

As artes plásticas, à época da Expedição Langsdorff, permitiam, graças à precisão de suas técnicas de representação, um olhar objetivo sobre a realidade. Talvez fosse a mais perfeita instrumentação de captura do real até a invenção da fotografia. Esse avanço da visualidade permitiu obter-se o maior número possível de informações científicas sob a forma de registro gráfico, isto é, através do desenho.

Um dos grandes trunfos da arte neoclássica e de seu procedimento pedagógico foi o de tentar aprisionar o sentimento e representar objetivamente o real. No Romantismo, esta situação se inverte: a natureza será recriada à luz do olhar interior.

No entanto, o registro do saber sob a forma de um *corpus* visual gráfico é produto de um duplo procedimento epistêmico que se desenvolve na Europa a partir do século XIII, com o retorno à natureza como dupla fonte da verdade, ou seja, de Deus e do saber. Ao longo deste período, o *corpus* da representação evoluiu e constituiu-se no que o crítico de arte e historiador britânico Kenneth Clark denomina de *paisagem dos fatos*.¹

Esta concepção foi, de acordo com Umberto Eco,² uma metáfora epistemológica, pois os artistas expoentes deste processo como Bellini, Jan van Eyck, Hugo van Der Goes e Pieter Brueghel, constituíram um fazer especial, e representavam o mundo fenomênico e visível como um saber efetivo e real. Resultavam deste procedimento tratados

visuais que eram as representações das rochas, plantas, paisagens, pessoas e costumes. Por força de seu ofício, tornam-se etnólogos, botânicos, geômetras, matemáticos.

Esse fazer reaparece com menor intensidade (dada a complexidade do saber e a divisão do trabalho) no século XIX, provavelmente como um reflexo tardio do Iluminismo. E se considerarmos este como o desfecho do saber objetivo já visto na *paisagem dos fatos*, Rugendas, Adriaen Taunay e Hercules Florence são representantes deste saber abrangente. Ao ter conhecimento da morte de Taunay, Langsdorff refere-se a ele como portador de múltiplos talentos, reconhecendo, porém, que dentro dele há uma ebulição,³ fruto de seu temperamento romântico.

¹ CLARK, Kenneth. *Paisagem na arte*. Lisboa: Ulisseia, [19-], p. 70.

² ECO, Humberto. *Obra aberta*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 54-5. Entretanto, toda forma artística pode perfeitamente ser encarada se não como substituto do conhecimento científico, como metáfora epistemológica: isso significa que, em cada século, o modo pelo qual as formas de arte se estruturam reflete - à guisa de similitude, de metáforização, resolução, justamente, do conceito em figura - o modo pelo qual a ciência ou, seja como for, a cultura da época vêem a realidade.

³ LANGSDORFF apud KOMISSAROV, Boris. *Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829*. Rio de Janeiro: Livro Arte, [19-], p. 23. Taunay possuía um dom natural variado. Foi um artista verdadeiramente genial, em todo o sentido da palavra. Imaginação aguçada, inclinação para a música, a mecânica, a pintura... seu talento consistia em reproduzir com precisão os objetos.

O *corpus* artístico ao qual nos referimos deve ser entendido como um duplo procedimento epistêmico. Em primeiro lugar porque é composto de ilustrações pormenorizadas e fidedignas. E em segundo, porque é complementado por um indispensável texto de apoio e de esclarecimento. Esta necessidade de registro comprobatório ficou patente a partir da grande expansão europeia e dos encontros de civilizações e culturas ocorridas no século XVI e depois. Na conquista do México, Hernan Cortez e Bernal Díaz del Castillo, ao descreverem o que viam, colocam seus informes próximos do patamar do lendário, e como duvidassem da credibilidade alheia em seus informes, utilizam-se (para referenciar suas narrativas) de parâmetros europeus.⁴

As ilustrações feitas para a edição alemã da obra de Hans Staden, *Duas Viagens ao Brasil*, aparecida em 1557, são muito mais sugestões gráficas do que imagens portadoras de informações.⁵ São ornamentos bibliográficos com escasso valor científico. O outro, o exótico e o grotesco dos trópicos era distorcido para referenciar o mundo pagão já achado.

Iluminismo, objetividade, configuração

No século XVIII, o Iluminismo influenciou decisivamente na criação do instrumental mais poderoso para retratar o real até o evento da fotografia. Como se vê, por exemplo, na Nova Teoria da Visão, de Berkeley.⁶ No entanto, este longo caminho (iniciado no Renascimento) teve, no Iluminismo, o processo decisivo para apurar seu desenvolvimento e isso foi fundamental para a investigação científica. Um dos produtos foi a enciclopédia, o outro foi o desenho objetivo.

Além disso, a pintura paisagística vinha progredindo a passos largos e a prática veneziana da *veduta* entre outras, contribuiu para apurar o senso visual. É,

no entanto, com a revolução burguesa na França que se dá a grande virada no sentido da obtenção do máximo de objetividade visual. Jacques-Louis David, ao pintar seus romanos heróicos, afirmou que desejava fazê-lo com autenticidade, tal que um deles, ao ver seu quadro, o julgasse um dos seus.⁷

O racionalismo inerente à cultura iluminista, tornada ideologicamente a ponta de lança da revolução, *influi* de forma decisiva *nas técnicas de construção*, disse Benevolo.⁸ Invenções francesas como o sistema métrico decimal, a geometria descritiva (de Monge, que acompanha a expedição científica de Napoleão ao Egito) foram fundamentais para firmar a objetividade visual. É singularmente importante o caráter arquitetônico destas experiências. Na França, por exemplo, o triunfo de David indica a mudança epistêmica na rota que afirmará a hegemonia da linha em detri-

⁴ IODOROV, Izvedan. *A conquista da América, a questão do outro*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1991. p. 124.

Isto lembra o mercado de sedas de Granada, com a diferença de que fucio aqui é em maior quantidade. A torre principal é mais alta do que a torre da Catedral de Sevilha.

⁵ STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

⁶ CASSIRER. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992. p. 157-8.

Na medida em que as impressões visuais e as impressões táteis se encontram, no decorrer da experiência, estreitamente ligadas entre si, a consciência adquire a capacidade de passar de uma a outra segundo regras determinadas com absoluta exatidão: é nessa passagem que devemos procurar a origem da representação do espaço.

⁷ STAROBINSKY, Jean. *Os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 83.

Na criação teatral assim como na pintura, a Revolução quis que a imaginação fosse controlada e guiada pela razão, e a razão encontrava seu apoio em formas que redescobria para além das deformações, dos enlagues cimentos, das dispersões, dos adelgaçamentos das paródias prodigalizadas pelo espírito do rococó. Com toda consciência queria-se viver uma segunda Renascença, melhor esclarecida pela História.

⁸ BENEVOLO, Leonardo. *História de la arquitectura moderna*. 2. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1974. p. 37.

mento do colorismo, da materialidade e da estrutura sobre a cor e a atmosfera.⁹

E ainda, com o triunfo da racionalidade como emblema da Revolução na França, desaparece a Academia nos moldes do Antigo Regime, ou seja, do Alto Barroco e do Rococó. Em 1795, no seu lugar fundava-se o Institut,¹⁰ uma nova modalidade de escola e ensino, onde era total a hegemonia sobre os demais pela tropa de choque do racionalismo: a seção de arquitetura.¹¹

A partir da difusão dos postulados da racionalidade na Europa Continental, afirma-se o primado da linha sobre a cor, da objetividade sobre a invenção. Logo a revolução romântica imporá uma mudança de eixo expressivo, com sua visão personalista e recriadora do real.

Os três artistas da expedição, a par das contaminações românticas, têm em suas formações epistêmicas originais compromissos com a visualidade naquilo que R. Arhein denomina de *configuração*. Este conceito serve para *informar sobre a natureza interna das coisas através de sua aparência externa*.¹² É a representação da aparência de vários objetos e seres indica qual a utilidade e as características de uns e de outros.

Os três artistas que integraram a Expedição Langsdorff, Rugendas, Taunay e Florence, foram filhos dessa racionalidade em sua origem epistemológica, em sua afirmação básica como instrumento da visualidade objetiva. Rugendas, por exemplo, teve uma sólida formação na casa paterna e na Academia de Munique. Seu desenho atinge aqui no Brasil tal precisão de registro que o próprio Langsdorff afirmou ter Rugendas *retratado muitos lugares onde estivemos*¹³ e arremata esta observação com descrições pormenorizadas dos locais que completam admiravelmente a obra gráfica de Rugendas.

Os três artistas, porém, possuem personalidades definidas e distintas, e Langsdorff sabe muito bem o valor e importância deles para o êxito de sua empresa. Justamente porque esta for-

mação objetiva garante ao cientista que utilizará como objeto o desenho, a correção da *configuração*. Como exemplo, Adriaen Taunay, que *desde cedo manifestou interesse pelo estudo da física e da matemática, notável pendor para as artes e curiosidade acerca de viagens e expedições*.¹⁴

Configuração e utilitarismo

Nos objetivos da expedição, o problema da configuração é básico, uma vez que ela é matéria-prima para o cientista europeu. Langsdorff, ao fazer os contratos, cerca-se de cuidados com os artistas para assegurar-se da posse e do uso posterior dos desenhos, indignando-se ao saber que Rugendas, já de regresso à Europa, dispunha-se a publicar e dar a conhecer sua produção.

A configuração correta era fundamental para que os estudos científicos pudessem ser efetivados, ou seja, a obra do artista era o objeto para o cientista. O fragmento da natureza como obra de

⁹ ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna*. Firenze: Sansoni Ed., 1971. p. 21-2.

Nelle arti figurative, la base di tutto è il disegno, il fine tratto lineare, che certamente non esiste in natura e non si dà alla percezione del vero ma che traduce in cognizioni intellettuali le nozioni sensoriali dell'oggetto. La formazione scolastica dell'artista avviene mediante lo studio di incisioni al tratto di opere del passato (e non soltanto "antiche").

¹⁰ HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. Madrid: Guadarrama Ed., 1969. p. 325-6. *David... Desarrolló su clasicismo dentro de una arte puramente lineal, con una renuncia absoluta a los efectos pictóricos y a todas las concesiones que hubiera convertido la representación en una pura fiesta para los ojos. Los medios artísticos de que se sirvió era estrictamente racionales, metódicos puritanos y subordinaban toda la organización de la obra al principio de economía. La precisión y la objetividad, la limitación a lo más necesario y la energía espiritual que se expresaban en esta concentración correspondían al estoicismo de la burguesía revolucionaria como ninguna otra orientación artística.*

¹¹ BENEVOLO, Leonardo. *Op. cit.*, p. 38-9.

¹² ARHEIN, Rudolf. *Arte e percepção visual*. São Paulo: Pioneira, 1980.

¹³ KOMISSAROV, Boris. *Op. cit.*, p. 16.

¹⁴ *Ibidem*, p. 18.

arte é portador de credibilidade. Por sua vez o artista oriundo do rigor da formação neoclássica, mostrou-se fiel a esta objetividade, como a demonstrada por Rugendas, e fazem com que sua obra dentro da Expedição seja registro de autênticas configurações. No entanto, na obra gráfica de *Viagem Pitoresca ao Brasil*, a fantasia impediu o correto exercício da objetividade científica.¹⁵

Conforme observamos, o objetivo da Expedição Langsdorff no plano operacional era dar suporte aos artistas para registrarem as configurações nos vários planos de interesse.

A linha e os jogos de proporção serviram para capturar a forma e dar à configuração a veracidade necessária. *E a forma - assegura-nos Arhein - é determinada, e determinada não apenas pelas propriedades físicas do material, mas também pelo estilo de representação de uma cultura ou de um artista individual.*¹⁶

Uma idéia exata do significado desta configuração e instrumentação epistêmica para as ciências é fornecida pelo próprio Langsdorff:

*Durante a viagem dediquei especial atenção à história natural e cotidiana do homem. Para dar aos cientistas europeus a possibilidade de comparar com maior exatidão as raças sul-americanas entre si, eu exigí com insistência dos artistas, reproduzir com precisão os retratos da tribo caiapó, guanã, boboro, chamacoco, chiquito.*¹⁷

Cor e luz

As aquarelas dos artistas da expedição, aparentemente, nada têm de extraordinário, se comparadas com outras aquarelas européias do gênero. O que as distingue é o objeto representado e o colorido. A luz dos trópicos, mais intensa, admite esta razão - os objetos em si, flores, animais, árvores, paisagens e pessoas. Suas cores são mais vivas, porque usadas sobre um suporte imagético, que as admite como naturais e a apropriação do saber por estas imagens, solicita a fidelidade às cores.

Esse jogo mais natural das cores vem, desde o século XVII, ganhando corpo, manifestando-se nos confrontos en-

tre Rubenistas e Pousinistas, nas polêmicas entre *antigos e modernos*. O Rococó, no século XVIII, enfatiza o cromatismo com Wateau e Fragonard caminhando para dissolver a linha e a forma, e por conseguinte do contorno. No desenho de Wateau são as manchas que destacam a forma.

O neoclássico fez a cor voltar ao cercado da linha. Mas nos artistas da expedição, a cor ganha um esplendor inesperado, como nos índios pintados por Florence e Taunay, seres banhados em urucum, paisagens de verdes vigorosos e luzes brilhantes, flores, peixes, aves, insetos.

Os artistas - esboço crítico

Langsdorff precisava de artistas, sem eles não haveria expedição. Os que contratou formam personalidades distintas e expressões pessoais diferentes. O mais talentoso e romântico era Rugendas, cujo temperamento forte foi, dentre todos, o artista que melhor traduziu os conflitos entre classicismo e romantismo, entre a expressão pessoal livre e o compromisso para outrem. Rugendas expressou-se igualmente com um ponto de vista político - para ele, Langsdorff era ancien régime em demasia, representando a Rússia, um país que derrotara Napoleão. O episódio em que Rugendas esconde de Langsdorff os desenhos que fazia, substituindo-os por uma folha em branco, são indicativos deste conflito. Obcecava-o a América - foi pintor dela por décadas. Sem dúvida, magoava-o como artista já de mentalidade romântica, ver seus desenhos - parte do seu ser - apropriados por uma pessoa que, a seu juízo, encarnava a mediocridade.

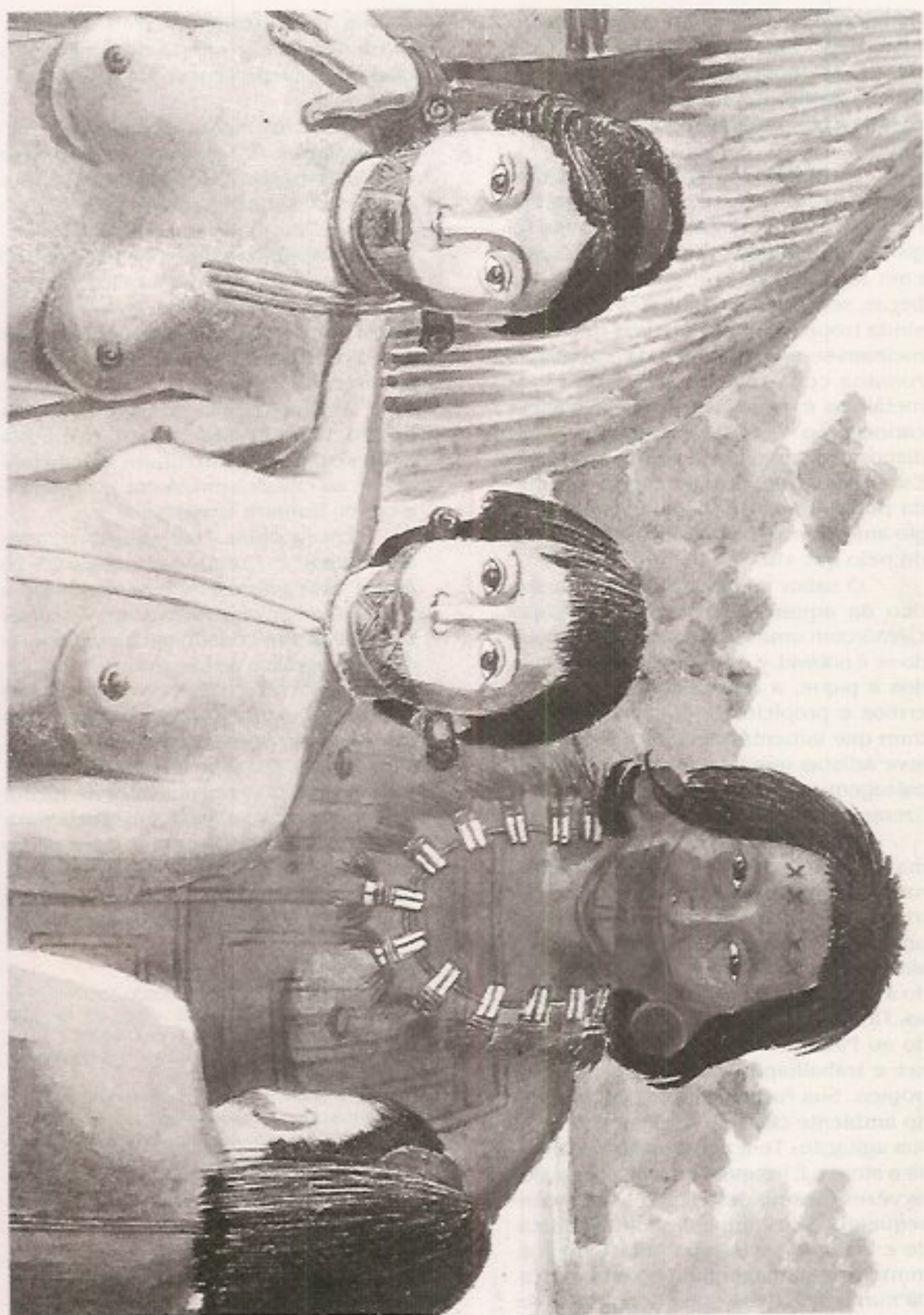
Por outro lado, seu senso aguçado de colorista - inclinação romântica - levaram-no também a pintar cenas de suave lirismo, ao retratar as montanhas

¹⁵ RUGENDAS, Johan Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins: Edusp, 1972.

¹⁶ ARHEIN, Rudolf. Op. cit., p. 85.

¹⁷ KOMISSAROV, Boris. Op. cit., p. 20.

Estuções feitas de Ivo Aquarela e Desenhos de Florence. In: Expedição Langsdorf ao Brasil 1821 - 1827. Rio de Janeiro: Edição Aumentada: Unioes Editora, 1986. «3



Índios Apiaçó

mineiras. Em suas aquarelas das cidades históricas, capta a poesia bruta do tosco desenho urbano de Ouro Preto, registrando no branco do papel a alvura do casario e os verdes terrosos de suas montanhas.

No entanto, constatamos a presença de leituras erudizantes tanto românticas como clássicas nos seus registros etnográficos. São alguns tropeiros com seus lenços à espanhola nas cabeças, semelhantes a barretes frígios. Ou ainda tropeiros e garimpeiros que assemelham-se aos brigantes da *campagna romana* com seus brincos, adereços metálicos e armas. Algumas lavadeiras cariocas no Vale das Laranjeiras estão dispostas à maneira de figuras clássicas. Esta última paisagem humana será notada por volta de 1850 pelo viajante anglo-americano Thomas Ewbank, deliciado pelo que viu.

O sabor inequivocamente romântico da aquarela *Província de Minas Gerais* com uma tempestade aproximando-se é notável, e o cuidado com os rochedos à pique, a representação de locais ermos e propícios à reflexão, demonstram que lamentavelmente o Brasil não teve artistas que se voltassem para sua paisagem como os norte-americanos o fizeram através da escola do Rio Hudson.

Aimé Adriaen Taunay também manifestou acentuado temperamento romântico apesar de sua formação matricial neoclássica.¹⁸ Foi, à sua maneira, um Ulisses sem Ithaca. Vindo criança ainda para o Brasil, com seu pai integrando a peça fundamental da missão francesa, Taunay foi inquieto e errante, viajando ao Pacífico na expedição de Francinet e trabalhando com as imagens do trópico. Sua formação artística, surgida no ambiente clássico familiar, não ecoa sua agitação. Tem acessos de melancolia e atonia. É irregular em sua produção, às vezes mesmo desleixado e até inconseqüente. Seu temperamento arrebatado e incontido o levará à morte trágica, morte romântica, líquida e certa, deixada numa descrição que é um primor de retórica do romantismo: a morte em meio

a uma tempestade. Morreu na impetuosidade da correnteza do Guaporê, o qual ao invés de vencer, foi por ele vencido.

Seus resultados como pintor são contraditórios e Langsdorff exigia dele constantemente.¹⁹ Ao lado de aquarelas sujas e com tinta contaminada por tonalidades mais escuras, temos verdadeiras obras-primas como *Canto Noturno dos Bororo* um dos mais belos e singelos retratos da magia da noite tropical. Magia onde o visitante europeu sente-se participe, sentado ao lado dos primevos americanos.

Algumas cenas, como as da aldeia bororo, têm um sabor de leitura erudita e são sem dúvida um tributo a Michelangelo e ao classicismo. A cor é vibrante - a cor do homem americano.

Em Jacobina, Mato Grosso, *os artistas Taunay e Florence desenharam os locais mais pitorescos e aumentaram a quantidade de desenhos sobre as tribus brasileiras*, em consonância com o interesse etnográfico de Langsdorff.²⁰ Ou ainda, *Florence tirou o esboço de um apiacá que tinha no braço uma tatuagem em forma de um homem pássaro*. Mas também Taunay em seus arroubos românticos era muitas vezes um estorvo. Riedel tem carta branca de Langsdorff para demiti-lo. *Taunay possuía um talento natural variado*, diz Langsdorff para acrescentar seu ponto de vista sobre a contaminação romântica ao afirmar que:

¹⁸ KOMISSAROV, Boris. Op. cit., p. 23.

Imaginação aguçada, inclinação para a música, a mecânica, a pintura, além de ter sido infinitamente independente e arrojado.

¹⁹ _____. *Da Sibéria à Amazônia*. Rio de Janeiro: Langsdorff, 1992. p. 110.

Que o senhor Taunay pinte prontamente o indispensável... Recomendo pintar árvores e arbustos que possuam aspecto característico e originem uma paisagem. Em resumo, desenhe tudo que achar interessante na natureza, tudo o que for possível introduzir na biblioteca do Jardim Botânico Imperial.

²⁰ *Ibidem*, p. 66.

Em 1810, na Revista Tecnológica, Langsdorff publicou uma minuciosa descrição das tatuagens dos moradores da ilha Nukuhwa, ilustrando-a com desenhos próprios.

a execução dele fazia com que ninguém a exceção dele próprio compreendesse seus esboços. E quando estava inspirado produzia mais em uma hora do que qualquer outra pessoa. Seu talento - afirma Langsdorff - também contraditório, consistia em representar com exatidão os objetos.²¹

Florence, ao lado dos fundamentos clássicos subvertidos pelo comportamento romântico, exhibe um conhecimento científico puro.²² Precocemente inclinou-se para o aprendizado das ciências exatas, como física e matemática, e suas representações do homem americano são rigorosas em termos etnográficos. Por outro lado, em Florence destacamos duas facetas. Sua formação e experiência em artes gráficas fará com que seus desenhos, fusain e lápis busquem um forte contraste tonal, escurecendo excessivamente as sombras e adensando-as. Brancos como a recepção da luz e as sombras destacavam-se com forte precisão. Por outro lado, há uma concisão de linhas compositivas; na representação do cacique temos uma frontalidade impressionante, composição em corte quase *fotográfico*, qualidade de visão que, sem dúvida, só se desenvolveu muito adentro do nosso século.

Seu lirismo transparece aqui e ali;²³ embebecido diante dos cenários naturais diria: *este panorama, porém, não é para o espírito maravilhado senão uma preparação para outro mais extraordinário, o que um quarto de légua além espera o viajante*. A sua *vista de Santarém* ao lado da fidelidade de representação opõe dado o traçado regulado em xadrez à amplitude do olhar. O céu amplo, o vasto rio Tapajós, a mata luxuriante, são atraídos para um casal que conversa, metáfora de Adão e Eva, da humanidade que se antepõe à amplitude incontrolada da natureza.

Sem dúvida nestes artistas, cujas obras são pouco estudadas de maneira científica, encontramos momentos de deleite e prazer. Mas também uma objetividade e honestidade de representação

que demonstra o acerto de sua escolha por esse homem obcecado pela imagem do dever. Langsdorff, à sua maneira, viveu um conflito romântico, foi objetivo e foi lírico. O reconhecimento de sua genialidade foi tardia e isso é sem dúvida romantismo.

Fecho e desfecho

Afirma-se, conforme algumas opiniões, que os exploradores e viajantes eram seres desprendidos da vida material, que saíam pelo mundo altruisticamente em busca do desconhecido por amor à ciência e ingenuidade. Na realidade, foram sim homens extraordinários por sua coragem e desprendimento, mas que sabiam também que num tempo onde o saber se valorizava como um novo título de nobreza, o prêmio que os aguardava era imenso. Valia a pena correr os riscos, pois seu prêmio, reconhecimento total pelo *mundo científico* e mais as honrarias choveriam sobre o dito sábio. Langsdorff teve, até sua morte, um senso agudo de seu duplo dever: em primeiro lugar de cientista e depois como representante do poder político de um Estado em expansão como o Império dos Tzars. O próprio Langsdorff já havia participado de várias viagens científicas e sua capacidade bastante notada. A Rússia Imperial, de há muito, desejava uma saída para os mares quentes, pois estava enclausurada pela geografia, atrás de uma muralha gelada desde o Báltico até o Extremo Oriente. A saída pelo Mar Negro (antes do canal de Suez) era de importância secundária. Daí as viagens de exploração russa, para equipar-se com um saber seguro sobre o mundo a abarcar. As fontes de matérias-primas, seu uso e propriedades estão embutidos

²¹ KOMISSAROV, Boris. Op. cit., p. 23.

²² _____. *Do Sibéria à Amazônia*. Rio de Janeiro: Langsdorff, 1992. p. 81.
Desde cedo manifestou interesse pelo estudo da física e da matemática.

²³ FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: Culltrix, 1977. p. 150.

no trabalho botânico inocente testando em seu laboratório as propriedades dos vegetais exóticos.²⁴

É um novo corante aqui ou um novo medicamento lá. Por isso, é fundamental a dupla observação, a pintura e desenho e a descrição. Os mapeamentos precisos dos interiores, dos rios

navegáveis, são indícios desse conhecimento que deve ser visto, logo à sua chegada, como possibilidade de ciência aplicada. No entanto, a magia desses três artistas da expedição, sem dúvida, ainda está viva, a par da informação, é sensibilidade, e isso é, sem dúvida, fonte de prazer.

²⁴ FLORENCE, Hercules. Op. cit., p. 269.

Na nossa estada no Diamantino, muito se regozijava o senhor de Langsdorff com a idéia de que ia ver o tucuri. Pelo que dizia era uma árvore desconhecida na Europa, tendo lido muitas expressas recomendações dos sábios para colher todas as indicações possíveis a seu respeito. Não pude senão desenhar o fruto e a folha, a qual tem três decímetros de comprimento, é lanceolada e pendente.

Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil

Kabengele Munanga

Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo

Toda e qualquer construção racista é baseada nas diferenças reais ou imaginárias. As diferenças unem e desunem tanto ao nível do macrocosmo quanto ao do microcosmo. Elas são fontes de conflitos e de inúmeras manipulações sócio-econômicas e político-ideológicas. Quanto mais crescem, as diferenças favorecem a formação dos fenômenos de etnocentrismo que são pontos de partida para a construção de estereótipos e de todos os tipos de preconceitos, inclusive raciais. Quando elas tendem a diminuir no seio de um grupo, isto é, quando as semelhanças são mais importantes entre os membros de um grupo, tende-se a preservar a união através do mecanismo da identidade. Por isso, os fenômenos de identidade e de etnocentrismo são inerentes a todas as sociedades humanas. Com base nesses dois fenômenos, algumas sociedades humanas, em situações históricas peculiares, construíram o racismo. Por isso, o racismo é sem dúvida um elemento cultural e tem-se historicamente culturas com racismo e culturas sem racismo.¹

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico, sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra os ini-

migos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos etc.

A identidade e o racismo não são fenômenos estáticos. Eles se renovam, se reestruturam e mudam de fisionomia, de acordo com a evolução das sociedades, das conjunturas históricas e dos interesses dos grupos. É a partir dessa dinâmica, observada a nível internacional, que pretendo levantar alguns elementos que, em vez de simplificar e de clarear o debate sobre os fenômenos de racismo e de identidade, de cidadania e de democracia, irão, pelo contrário, torná-los problemáticos e complexos, chegando até a apontar aberrações dentro dos discursos anti-racistas.

Os conflitos tornam-se maiores, quando as identidades não são separadas como as dos grupos étnicos ou das nações, que vivem em territórios geograficamente separados, mas quando convivem num mesmo território, numa situação de contatos multiraciais e multiétnicos, a exemplo de países como os Estados Unidos, o Brasil, a África do Sul, ou, ainda, no caso da maioria dos países europeus que receberam ex-colonizados e imigrantes de outros países.

Até os anos 70, os debates sobre o racismo e o anti-racismo eram dominados pelas ciências biológicas. A partir dos anos 80, assiste-se a uma mudança tanto do cenário como dos atores que

¹ FANON, Frantz. *Pour la révolution africaine*. Paris: Ed. François Maspéro, 1969. p. 33-4.

antes dominavam o terreno. Surgem em cena os políticos e os jornalistas com o poder da mídia para se colocarem nos espaços antigamente ocupados pelos cientistas. Essa invasão é acompanhada de uma racialização dos léxicos da cultura, da religião, das tradições e das mentalidades, até mesmo dos imaginários específicos, produzindo, assim, o surgimento de uma grande diversidade de reformulações não expressamente biologizantes do racismo. O discurso racista torna-se então *culturalizado* ou *mentalizado*, abandonando o vocabulário explícito da raça e do sangue e os rituais da metáfora biológica e zoológica. Essa substituição da noção zoológica de raça pela noção de cultura implica um deslocamento da problemática e uma refundição completa da argumentação anti-racista,² o que torna o pluralismo cultural um dos fenômenos aceitos por todos hoje, porque nele se esconde o racismo. Como disse Pierre-André Taguieff, o polilógismo tem substituído o poligenismo nas legitimações eruditas do racismo.³

Os debates e as controvérsias recentraram-se nas questões cruzadas de identidades coletivas, de direitos dos povos (sendo o direito de ser o primeiro de todos), da mistura e/ou do cruzamento das culturas, do intercultural e do transcultural. Discursos com intenção racizante e discursos anti-racistas militantes se cruzam no uso do mesmo jogo de linguagem, recorrendo às mesmas evidências e visando a realização dos mesmos valores.⁴ Dessa participação na mesma problemática *diferencialista* vai surgir, no campo anti-racista, uma contradição fundamental no dispositivo das exigências e das prescrições: os anti-racistas pedem, ao mesmo tempo, o respeito absoluto das diferenças coletivas e o acesso à mistura interétnica e intercultural, afirmando, às vezes, o dever imperativo de apagar as diferenças, supostas fontes de racismo.⁵

Essa antinomia fundamental do anti-racismo vem do choque de duas lógicas anti-racistas fundamentadas em duas

antropologias distintas e inconciliáveis em seus sistemas de valores. A primeira, individual-universalista, ilustrada pela reivindicação dos direitos do homem, pela denúncia dos valores próprios às comunidades *fechadas* como sendo racistas, pelo ideal de abolição das identidades comunitárias e das tradições *particularistas*, enquanto obstáculos ao *progresso*, pela prescrição da mistura universal dos indivíduos sem consideração das fronteiras nacionais e etnoculturais. A segunda, tradicional-comunitarista, baseada na exigência dos direitos à diferença (cultural, étnica, racial: negritude, judeutude etc.), dos direitos dos povos em preservarem suas próprias tradições; no ideal da preservação das identidades do grupo (até ao dever dos povos de permanecerem eles próprios); na denúncia do racismo como ideologia fundamentada no universalismo exterminador das diferenças, um etnocídio e um genocídio.⁶

A adaptação do discurso anti-racista às novas formas de racização recentradas na dupla temática da identidade e da diferença ainda não realizou-se. Ou seja, há um atraso dos dispositivos anti-racistas em relação às novas práticas de racização, reforçados pelos modos de análise teórica diante dos procedimentos inéditos de legitimação.

O combate ao racismo supõe uma certa idéia daquilo que se pretende combater. Ora, as definições do racismo variam de acordo com as especialidades dos estudiosos anti-racistas. Da Antropologia física, passando pela Genética, Sociologia, Psicologia, Antropologia social ou cultural... o discurso anti-racista erudito, além da falta de um denominador comum sobre o conteúdo do racismo, tem um auditório ideal e que não é necessariamente erudito.

² TAGUIEFF, Pierre-André. *La force du préjugé: essai sur le racisme et ses doubles*. Paris: Ed. La Découverte, 1988. p. 14-5.

³ Idem, p. 16-8, 107.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

A realidade da raça é social e política: ela é uma categoria social de exclusão e de homicídio. De outro modo, os atos da racização existem socialmente, independentemente da aceitabilidade do termo *raça*. Como disse C. Guillaumin: (...) enquanto o neo-racismo da nova direita se constitui sem a ajuda da palavra *raça*, até integrando a denúncia do racismo em troca da sacralização da diferença, os anti-racistas crêem poder se opor mantendo um discurso não menos diferencialista, insistindo sobre um enriquecimento apresentado pela diferença.⁷ Em resumo, racistas e anti-racistas arriscam-se de qualificar dispositivos de discursos hoje indiscerníveis, admitindo o mesmo valor primeiro e positivo da diferença, sacralizando-o mimeticamente. Lutar pelo elogio da diferença contra o neo-racismo que faz o elogio da diferença parece um paradoxo cheio de conseqüências e exigiria uma séria interrogação.⁸

O diálogo entre a antropóloga Margaret Mead e o escritor negro americano James Baldwin, na década de 70, ilustra claramente a antinomia fundamental do anti-racismo, devida ao choque de duas retóricas indialelizáveis: a dos direitos do homem centrada no indivíduo e na humanidade (o gênero humano), a dos direitos à identidade comunitária (étnica, cultura, nacional), do direito à diferença, centrada no grupo (que esteja este definido como étnico, racial, cultural, nacional).⁹

Prefaciando a tradução do livro dessas duas personalidades, Roger Bastides coloca claramente o problema e identifica as posições respectivas de ambos.¹⁰ Tanto Baldwin como Mead são preocupados com a questão da integração do negro na sociedade norte-americana, mas não a concebem da mesma maneira. Na realidade, Margaret Mead tenta encontrar fora das diferenças de cor, que são apenas somáticas, um campo cultural comum entre brancos e negros, um campo cultural que ela concebe segundo o modelo de miscige-

nação: os negros devem reivindicar seus ancestrais brancos; os brancos também devem partilhar seus ancestrais negros com os negros. Assim desapareceria o ódio, pois ter-se-ia soldado a unidade familiar graças a essa comunidade de ancestrais. Mas Baldwin, embora aceite ser americano e não africano, não aceita simplesmente a integração, porque ela é unilateral, ela exige do negro, tornar-se branco. É preciso lutar mais ainda contra a alienação do que contra a segregação, lutar mais contra a perda de uma identidade do que contra o isolamento dos negros na sociedade, disse ele. Integração sim, mas com a aceitação das diferenças culturais e sem a assimilação dos valores brancos. M. Mead está preocupada com o problema político, pois o branco tem os comandos do poder e não quer abrir mãos deles. Baldwin está preocupado com os problemas da personalidade: não quer que o negro perca a sua identidade. Está clara a oposição entre as duas argumentações: de um lado a primazia da assimilação pela igualdade dos direitos e do tratamento, de outro lado a primazia da conservação ou do desenvolvimento dos caracteres constitutivos de uma identidade autêntica.

A identificação dessas duas posições respectivas autoriza a elaboração de dois tipos ideais de anti-racismo, os quais se opõem num modelo dualista derivado do binômio indivíduo/comunidade. Roger Bastides começa por definir a perspectiva trans ou metacultural de M. Mead, que pode ser definida como a ideologia profissional do etnólogo *liberal* ou *progressista*: o individual universalismo, ao qual corresponde um tratamento político-educacional do pro-

⁷ TAGUEFF, Pierre-André. Op. cit., p. 16-8, 107.

⁸ Ver a esse respeito em: MEAD, Margaret; BALDWIN, James. *A rap on race*, 1971. Tradução francesa: *Le racisme en question*. Paris: Ed. Colman-Lévy, 1972.

⁹ BASTIDES, Roger. *Le conflit dans le dialogue*. In: MEAD, Margaret; BALDWIN, James. Op. cit., p. 19-20.

¹⁰ *Ibidem*.

blema colocado pelo racismo, fundamentado na igualdade dos direitos entre todos os cidadãos. O igualitarismo e o individualismo são dois núcleos pressupostos pela visão universalista da questão racial. Sendo individualista, M. Mead é também universalista, pois o universalismo é, como tem mostrado Pearson, uma consequência do individualismo. Segundo ela, todo o racismo repousa numa mesma base: a crença na superioridade do seu grupo sobre os outros. O homem branco carrega o peso de considerar-se como o dono do mundo e, portanto, o responsável pelos progressos da humanidade. As posições anti-racistas de J. Baldwin pressupõem uma perspectiva etnopluralista, impondo um tratamento particularista do problema: reivindicação dos direitos das minorias culturais, afirmação das identidades comunitárias diferenciais. Nele está traçado o retrato de um anti-racista não-universalista, dando mais importância aos contextos sócio-culturais que mudam no tempo e no espaço do que aos traços gerais da cultura humana. Resumidamente, um coloca o acento sobre as semelhanças e daí afirma a primazia da natureza humana sobre a diversidade etno-cultural (anti-racismo do tipo I = AR I); outro coloca o acento sobre as diferenças e denuncia a perspectiva universalista como sendo um empreendimento de espoliação e de uniformização alienante (anti-racismo do tipo II = AR II).

As duas visões de mundo se opõem: uma externa, caracteriza uma antropóloga que estuda as diferenças, descobre as semelhanças e toma uma posição comparativa derivada da distância que caracteriza a objetivação científica; outra interna, do porta-voz e sociólogo espontâneo de um grupo particular - o seu grupo, que não olha de cima para baixo o campo total das diferenças, mas que se preocupa com a identidade cole-

tiva de seu grupo. Duas epistemologias opostas: se o racismo vem da idéia da superioridade de uma raça sobre as outras, M. Mead disse que é possível corrigi-lo pela educação, enquanto Baldwin pensa que cada expressão do racismo coloca um problema particular e exige uma resposta singular. Um fala em nome de uma elite branca que tem um pensamento transcultural; outro fala em nome de um grupo negro e quer ficar fiel a uma cultura comunitária. Dois sistemas de valores inconciliáveis: de um lado o espírito individualista e a eliminação do passado (deixa os mortos enterrar seus mortos), de outro lado o espírito comunitário e a recuperação do passado (quem não tem passado não tem futuro, daí a necessidade de se criar uma linhagem própria). As duas teses, embora opostas, têm cada uma sua legitimidade quando colocadas dentro dos universos espiritual-culturais que lhes conferem seus fundamentos.

Tenho uma clara impressão de que o discurso anti-racista no Brasil contém essa visão dualista ilustrada pelo diálogo entre as duas personalidades. Parece-me um diálogo entre dois surdos, cada um bem intencionado (em tese) e falando, com legitimidade, coisas que o outro não entende. Suponhamos uma situação de contato na qual as identidades estejam totalmente diferentes e incompreensíveis uma em relação à outra. Talvez não haja, nesse caso, nem comunicação, nem conflito. Imaginemos dois especialistas em disciplinas totalmente diferentes, ambos se respeitando mutuamente, porque um não entende nada sobre o que escreve o outro. Os textos escritos por ambos não se comunicam e não se misturam. Cada um estaria no seu campo com sua diferença, indiferente de outro e mutuamente se respeitando. Mas, se por acaso um dos dois especialistas seja levado a tocar no campo do outro, este poderia

ficar horrorizado, porque o outro deixou de ser indiferente para se tornar diferente. E, ser diferente revela no limite que o outro é semelhante, porque é capaz de entrar no *meu* espaço. Toda a problemática do contato entre identidades diferentes está na questão da partilha do espaço. Nessa partilha, o racismo visa, principalmente, não a intolerância daquele que é diferente, mas sim o medo e o horror da semelhança escondida na diferença.

A forma de integração, ou seja, a solução anti-racista proposta por James Baldwin é próxima da defendida pelo movimento negro contemporâneo do Brasil. Contra o racismo, preconiza-se que cada grupo respeita sua imagem, sua memória, que a cultive e alimente-se dela, respeitando, ao mesmo tempo, a imagem do outro. Em breve, respeito das diferenças entre segmentos étnico-raciais. Ora, uma tal solução só me parece possível quando o espaço do jogo é nitidamente delimitado. Como cultivar seu jardim quando esse não é separado dos jardins dos outros? No Brasil atual, as cercas e as fronteiras entre as identidades não vacilam? As imagens e os deuses não se tocam? A mestiçagem que é uma das realidades do Brasil existe apenas do ponto de vista biológico ou ela poderia ser encarada também do ponto de vista étnico-cultural?

A questão da identidade torna-se mais problemática, quando as imagens se assimilam, se misturam e se unificam. Na famosa mistura de sangue tanto recusada como procurada, o que está em jogo é o contato entre duas identidades, sendo o contato sexual a forma mais aguda e sagrada desse contato. Quem negaria hoje que o mestiço é o elemento mais crescente da população brasileira? Os dados do último censo embora em processamento o confirmariam. Por isso, tem-se no Brasil, acredito eu, a di-

ficuldade metodológica em entender a construção de uma identidade racial e/ou cultural *pura*, que não se mistura com a identidade dos outros e que caracterizam, na atualidade, os grupos étnico-culturais brasileiros, sem negar o fato de que podemos historicamente caracterizar e identificar as contribuições de todos no mosaico cultural brasileiro? Talvez seja necessário fazer uma separação entre os discursos e as projeções ideológicas de um lado, o cotidiano e a convivência cultural dos brasileiros em geral, de outro lado. Se a busca da identidade afro-brasileira nasceu como resposta ao racismo e que este tem necessariamente uma dimensão política, essa busca de identidade embora legítima dever-se-ia configurar como meio ou como fim? Será que os meios correspondem aos fins? É muito cedo tentar dar resposta a uma pergunta que a única história da luta política dos negros dará. Mas, de qualquer modo, a questão *os meios correspondem aos fins* deveria ser uma preocupação constante por parte de um militante consciente.

Na África do Sul e nos países europeus, caso concreto da França, os negros e outras chamadas minorias étnicas não precisam mais lutar para que os brancos respeitem a identidade deles, porque a bandeira de luta dos brancos racistas está sendo colocada justamente na separação das identidades e no respeito das diferenças entre os povos. Não seria paradoxal o fato dos racistas e anti-racistas levantarem a mesma bandeira para fins opostos? A lógica do *apartheid*, oficialmente apresentado como um modelo político de desenvolvimento separado com fins de conservar e de preservar as identidades étnicas existentes na África do Sul, ilustra claramente o deslocamento da problemática tradicional do racismo nos anos 70. O conceito de raça é substituído pelo conceito de etnia/cul-

tura; o conceito de desigualdade pelo conceito de diferença; o conceito de heterofobia (o medo da diferença) pelo conceito de heterofilia (o amor da diferença). Na França, o amor da diferença constitui, hoje, um dos lemas do racismo populista da extrema direita, representada pelo Sr. Jean-Marie Le Pen, Presidente do Partido *Le Front National*. A nação francesa, no pensamento tanto dos representantes da extrema direita quanto da nova direita intelectual, não pode ser uma assembléia humana disparata, caracterizada por uma diversidade de línguas, de culturas, de religiões, de etnias e de cores, mas sim constituída por uma comunidade homogênea e uniforme. Toda e qualquer heterogeneidade cultural, étnica e biológica constitui uma ameaça à identidade nacional. Em consequência, os corpos estranhos e indesejáveis, pertencendo ao mundo exterior à nação, deveriam ser eliminados.¹¹

No Brasil, a proposta anti-racista dos movimentos negros é, como já foi frisado, diferencialista, ou seja, a luta pela igualdade numa sociedade pluricultural e pluriracial, contrariamente ao anti-racismo assimilacionista anterior aos anos 70, que defendia a igualdade e a posição individual sem referência à comunidade histórico-cultural dos indivíduos. A chamada busca da identidade negra na retórica dos movimentos negros não parece mais perturbar a classe dominante brasileira. Pelo contrário, ela lança mão dessa busca para reiterar e reconfirmar a existência, no Brasil, da dita democracia racial e, conseqüentemente, negar a existência do racismo, expressando-se, por isso, através das próprias contribuições culturais negras convertidas em símbolos da cultura nacional.¹²

Uma parcela significativa dentro do discurso anti-racista brasileiro, reunindo tanto os pensadores da chamada direita como da chamada esquerda, se enqua-

draria na perspectiva integracionista de Margaret Mead. Uns pensam que a mudança radical da estrutura social será uma condição *sine qua non* para integrar todos os oprimidos da sociedade, sem discriminação de raça, de sexo e de religião. Outros pensam que a integração viria através da educação, que proporcionará a mobilidade social e acabará com os complexos de inferioridade e de superioridade entre negros e brancos. Os de direita acusam aos negros em busca de identidade de criar falsos problemas ao falar da identidade numa sociedade culturalmente mestiça; os de esquerda os acusam de dividir a luta de todos os oprimidos cuja identidade numa sociedade capitalista deveria ser a mesma entre todos os oprimidos.

Será possível conciliar os dois discursos anti-racistas que, embora legítimos não se comunicam, sem recorrer à teoria do próprio Brasil? Poderá a teoria do Brasil ser construída com base apenas nas diferenças sem considerar as semelhanças e vice-versa? Antes de buscar as saídas, não seria cauteloso e aconselhável que tenhamos a coragem de encarar e de analisar o Brasil tal como ele é de fato sociologicamente e não como o projetamos e o desejamos que fosse ideologicamente?

À guisa de prólogo: os discursos racistas mudaram de fisionomia desde os anos 80. Eles deixaram de ser diferencialistas biologizantes e tornaram-se diferencialistas culturalizantes. Essa

¹¹ HAGHIGHAT, Chapiro. *Racisme scientifique: offensive contre l'égalité sociale*. Paris: Ed. L'Harmattan, 1988. p. 235-40.

¹² Ler a esse respeito: PEREIRA, J. B. *A falsificação da cultura negra no Brasil*. In: PAULA, Eurípedes Simões da. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1983. p. 93-105.

FRY, Peter. *Para Inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

mudança não foi acompanhada pelo discurso anti-racista. O que cria uma situação paradoxal: racistas e anti-racistas levantando a mesma bandeira do elogio das diferenças e do respeito das identidades dos povos para fins opostos. Os conceitos de raça, de desigualdade, de heterofobia etc. foram substituídos pelos conceitos de cultura, de diferença, de heterofilia etc. Este deslocamento da problemática tradicional do racismo faz parte da estratégia de retorcão: usar a linguagem da vítima para confundir-la, esvaziar o conteúdo de suas reivindicações para manter o *status quo*. Os eufemismos e as revoluções semânticas só têm efeito quando acompanhados pelas mudanças das idéias e das mentalidades. As palavras são idéias, como escreveu Michel Foucault, mas não há correspondência na transformação da terminologia racista apontada.

Tocamos também na difícil questão do direcionamento político da identidade afro-brasileira por parte dos militantes e movimentos sociais. Do meu ponto de vista, a identidade afro-brasileira existe culturalmente e é comprovada historicamente pela resistência da cultura negra no Brasil. Visto deste ângulo, a questão que se coloca não é construí-la, senão entrarmos em contradição com a própria história cultural do negro no Brasil. A questão principal, penso eu, é lançar mão dessa identidade cultural, tomar consciência de que ela existe e que ela contribuiu para modelar a cara do Brasil dentro e fora do país. Tomar consciência não no sentido contemplativo e messiânico, mas sim no sentido político para conquistar o lugar que os afro-brasileiros merecem na distribuição do produto político e sócio-econômico. De outro modo, defendo a idéia da busca e da construção de uma identidade afro-brasileira do ponto de vista político e não cultural, no sentido de tomada de

consciência de sua condição de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade que contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravo e também culturalmente em todos os tempos na história do Brasil.¹⁵

Um projeto nacional de construção de uma verdadeira democracia não poderia ignorar a diversidade e as identidades múltiplas que compõem o mosaico cultural brasileiro. Um tal projeto não poderia também ignorar o fato de que, além das diferenças, somos semelhantes e que o medo dos racistas está justamente na aceitação das semelhanças que fazem de nós seres capazes de exercer todas as atividades e não apenas aquelas prescritas pelas diferenças. Quando falo das semelhanças, não me refiro apenas as características gerais das culturas humanas abstratas, penso sobretudo aquelas semelhanças que todos os grupos étnicos que aqui se encontraram conseguiram formar, através de uma convivência marcada pelos empréstimos, mestiçagem tanto biológica como cultural, sincretismo cultural no sentido mais geral e não apenas religioso e que conferem ao Brasil e aos brasileiros alguns traços e comportamentos específicos. O reconhecimento da pluralidade, o respeito das identidades e das diferenças não se fará romanticamente. Se fará através do jogo político, pois a existência da identidade do afro-brasileiro supõe a existência das identidades dos outros. No jogo político de negociação das identidades nascerá uma verdadeira construção da cidadania, sem a qual não existe democracia.

¹⁵ MUNANGA, Kabengele. Construção da identidade negra: diversidade de contextos e problemas ideológicos. In: CONSORTE, Josldeith G.; COSTA, Marcia R. da. *Religião, política, identidade, educação*. São Paulo, 1988. p. 143-6.

Num universo onde admitimos por definição que os processos que se desenrolam dependem unicamente do presente e do passado (...) o homem introduziu o futuro. É ele quem decide hoje em função daquilo que ele quer amanhã. Sua presença perturba as forças naturais, seu destino está entre suas mãos.(...) Os homens são iguais

pela natureza? Evidentemente que não; jamais o signo igual pode ser colocado entre dois indivíduos. Mas, sendo cada homem uma construção da coletividade e de si próprio, não é uma magnífica exigência a de querer uma estrutura na qual todos os indivíduos possam na igualdade beneficiar das contribuições de todos?¹⁴

¹⁴ JACQUARD, Albert. Postface. In: HAGHIGHAT, Chapour. Op. cit., p. 247-50.

Concepção de Sociedade na Obra de Lindolfo Collor

Roberto A. O. Santos

Professor de Sociologia Jurídica e atual Coordenador do Mestrado em Direito da Universidade Federal do Pará. Ex-Juiz Togado do TRT da 8ª Região. Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo. Autor de História Econômica da Amazônia, 1800-1920 e outros trabalhos historiográficos

A finalidade do presente estudo é estimar a significação política da contribuição de Lindolfo Collor ao problema das relações trabalhistas no país e, mais estritamente, como sua percepção de sociedade terá orientado tal contribuição. O quadro estrutural da análise deve muito aos *arquétipos* que Michel Debrun forjou para compreender a dinâmica da política brasileira.¹

Os anos 20 foram uma época de transformações relativamente importantes no país. A população de 17 milhões em 1900 havia passado para quase 31 milhões em 1920; desse total, 4,5 milhões já se concentravam nas 74 cidades de 20 mil ou mais habitantes. Nas regiões cafeeiras, o produto líquido das grandes fazendas era em parte investido na fundação de fábricas em vários desses centros urbanos, para onde afluíam também contingentes da mão-de-obra saída dos campos ou oriunda do estrangeiro. O eixo da economia começava a deslocar-se da agricultura de exportação para a produção industrial, acentuando um processo que só se consumaria na década seguinte. As importações de têxteis, vestuário, calçados, produtos alimentares e bebidas caíram todo o tempo, deixando espaço para a indústria nacional desses artigos, que, ao mesmo tempo, aumentava suas importações de matérias-primas e equipamentos industriais. Desenvolveu-se grandemente a geração de energia elétrica, inclusive de origem hídrica, e implantaram-se enfim as indústrias básicas da siderurgia e produção de cimento. A década de 20 assinala também, na perspicaz lem-

brança de Heitor Ferreira Lima, uma mudança no relacionamento financeiro externo do país, que no pós-guerra estreita os laços com os Estados Unidos e os afrouxa com a Inglaterra. Em menos de dez anos, os Estados Unidos assumiram cerca de 35% de toda a dívida do governo federal, tendo curso então uma euforia de investimentos norte-americanos em nosso país.² O nascimento algo precipitado da chamada *era rodoviária*, a que aludem Villela e Suzigan,³

¹ Refiro-me às estratégias de auto-reforço do poder utilizadas recentemente pela classe dominante no Brasil em diferentes momentos: a conciliação, o autoritarismo desmobilizador e o autoritarismo mobilizador. DEBRUN, Michel. *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 15.

O débito primeiro é para com: RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Mais recentemente: CERQUEIRA FILHO, Gisailo; NEDER, Gidene. *Brasil: violência & conciliação no dia-a-dia*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris (editor), 1987.

² LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1973. p. 341. (Col. Brasileira).

³ Foi durante os anos 20 que se iniciou a era rodoviária no Brasil. No final da década, a extensão total das rodovias brasileiras já era quase quatro vezes a da rede ferroviária, isto é, 121,8 mil km. VILLELA, Aníbal Vilanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973. p. 152.

Sobre os anos 30 e arredores, um levantamento da historiografia e informações de acervo consta de: BELOCH, Israel. *Historiografia e fontes para o estudo do período 1929-1954*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G., orgs. *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986. p. 13-24.

ocorre nesse período e deriva da influência dos americanos, num momento em que os sistemas ferroviários e de navegação marítima do país ainda se achavam longe de atender as necessidades totais.

Fundamentalmente, o comando da economia continuava em mãos da oligarquia rural, tendo à frente o Estado organizado em forma republicana, mas em cuja designação e atividade diretiva a participação das classes populares era praticamente nula. Herdeira da fazenda escravocrata da Velha República, essa classe tinha por base o latifúndio exportador de café, fumo ou cacau ou a criação de gado e produção de carnes. Excetuando a contratação de estrangeiros que exigiam pagamento de salário em dinheiro, predominavam, no interior de seus estabelecimentos, relações servis de trabalho, a que se combinava a mais completa sujeição política dos trabalhadores. Graças aos recursos de que dispunha, à ilustração de suas lideranças melhor situadas e à própria posição de mando político e econômico, as oligarquias logravam cooptar a maior parte da elite intelectual, do jornalismo e das profissões liberais, ampliando seu poder e influência.

A ligação de Lindolfo Collor com a oligarquia latifundiária começa, ou melhor, aprofunda-se, quando ele aceita o convite de Borges de Medeiros, o despótico chefe do Partido Republicano Rio-Grandense, que ficou durante trinta anos no poder, para dirigir o jornal *A Federação* a partir de 1919. Por isso mesmo, ele esteve em antagonismo ao grande movimento de desafio às oligarquias dominantes que se deflagra nos anos vinte. De fato, foi aí o momento em que a autoridade política e social da oligarquia passou a ser questionada - ora em si mesma, ora em seus valores, em seus métodos, em suas crenças que se chocavam com o advento de um mundo novo. O ano de 1922, em especial, reúne quatro expressões de larga insatisfação nas elites brasileiras e que rompem a rede de consenso de que se beneficiava o

sistema oligárquico: o levante do Forte de Copacabana, dando início ao ciclo do tenentismo; a revolução estética que emerge na Semana de Arte Moderna; a fundação do Partido Comunista Brasileiro, que inicia, nas palavras de Heitor Ferreira Lima, *uma nova forma de organização e de lutas da classe operária*,⁴ e a criação do Centro Dom Vital no Rio de Janeiro, ao qual se vincula a revista *A Ordem*, responsável pela renovação do pensamento católico brasileiro, então sob a liderança de Jackson de Figueiredo e, mais tarde, de Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima). Segundo o pesquisador gaúcho Hégio Trindade, trata-se de *quatro acontecimentos simbólicos que contêm, em embrião, a mutação da sociedade brasileira entre as duas guerras mundiais*.⁵ Porém, apesar da concomitância, os quatro acontecimentos não confluem para um objetivo único. Seu traço de união é a inquietude, a disposição à mudança, mas eles são em muitos aspectos conflitivos entre si e não guardam sequer uma relação clara, pelo menos consciente, com as metamorfoses que vinham ocorrendo na esfera econômica.

Tampouco se poderia dizer que todos eles ou mesmo um só deles visa a alterar estruturalmente a sociedade brasileira, a partir de uma compreensão geral da dinâmica das classes sociais. Não se critica o modelo primário-exportador desde as bases, não se propõe a extinção do latifúndio improdutivo, a mudança do regime de propriedade, o imposto progressivo sobre a renda e outras medidas de profundidade incidentes sobre o sistema de produção e distribuição da riqueza social. A imagem dos trabalhadores rurais que constituíam a grande massa injustiçada, e em geral a das classes populares, não aparecem nas propostas estéticas ou políticas senão de

⁴ LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 336.

⁵ TRINDADE, Hégio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974. p. 15. [Capítulo I].

modo inconsistente ou romântico - por vezes até para reforçar preconceitos aristocráticos e racistas dos grupos dominantes.

O próprio Mario de Andrade, um dos líderes da arte moderna no país, diria mais tarde que... *o movimento modernista era nitidamente aristocrático. Pelo seu caráter de jogo arriscado, pelo seu espírito aventureiro ao extremo, pelo seu internacionalismo modernista, pelo nacionalismo embravecido, pela gratuidade antipopular, pelo seu dogmatismo prepotente, era uma aristocracia do espírito.*⁶ Alceu Amoroso Lima observou alguns que a explosão da Guerra de 1914 é que pôs fim ao século XIX. A intelectualidade jovem, frustrada pela extinção da *belle époque*, agitava-se no inconformismo e na crítica, aspirando a mudanças não-definidas ou entregando-se ao ceticismo. Mas que tinha isto a ver com as massas rurais, se elas jamais haviam conhecido uma *belle époque*?

O movimento tenentista foi particularmente complexo e mesmo ambíguo, comportando leituras contraditórias. O político paraense Virginio Santa Rosa escreveu, em 1933, um livro clássico da literatura política brasileira em que tentava esclarecer o *sentido do tenentismo*.⁷ Dizia que os tenentes provinham da classe média, a classe dinâmica que já então se aglomerava nas cidades, com necessidades próprias, distintas das necessidades rurais, que essa classe não conseguia fazer valer seus interesses, porque eles se opunham, em grande parte, aos da oligarquia latifundiária (quanto à taxa de câmbio, por exemplo), que, ao tentar mudar os representantes pelo processo eleitoral, a classe média via-se fraudada nas urnas, porque os senhores de terras e coronéis sertanejos subordinavam totalmente o eleitorado rural através do voto público e da manipulação das urnas, portanto os tenentes, ao lutar contra o governo e seu mecanismo de sustentação, lutavam em verdade contra a oligarquia, contra o latifúndio, pela ascensão das massas rurais

e a afirmação da pequena burguesia e demais elementos da classe média urbana.⁸

Já Heitor Ferreira Lima nos diz que, havendo o tenentismo adotado o lema *representação e justiça, nunca teve um programa definido e concreto - a não ser aqueles dois substantivos abstratos - de modo a situá-lo dentro do panorama sociológico nacional. Para sua ação não buscava aliados nas organizações operárias nem nos empresários, mas baseava-se nas conspirações dos quartéis, e seu objetivo era a mudança dos governos vigentes.*⁹ O mesmo Virginio Santa Rosa confessa que *faltava uma ideologia definida à subversão (...) faltou um espírito coordenador capaz de incentivar e dirigir as energias das multidões.*¹⁰

Edgard Carone escreve a respeito:

*O tenentismo é o aspecto ideológico da revolta de uma nova geração: desde a questão militar do Império, o exército se bate contra a ordem política civil. Esta luta sofre altos e baixos (...). O jacobinismo florianista, as revoltas de 1895, 1897, 1904, 1910, 1914, 1915 e de 1919 em diante, somadas a outros movimentos menores, são sinais de uma problemática contínua. As questões levantadas são várias, mas uma é permanente, a crítica aos civis, à sua inépcia e incapacidade. Porém todas as vezes que eles sobem ao poder é para repetir os erros criticados e acabar entregando o poder a estes mesmos civis a quem eles criticavam.*¹¹

De qualquer forma, não há dúvida de que os tenentes puseram em xeque as oligarquias locais e desafiaram firme-

⁶ ANDRADE, Mario de. *O movimento modernista*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1942. Apud LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 339, na nota 5.

⁷ SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schimidt Editor, 1933. A 3ª edição, de que extraímos as citações, é da Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1976.

⁸ *Ibidem*, capítulo II.

⁹ LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 336, nota 5.

¹⁰ SANTA ROSA, Virginio. Op. cit., p. 40-1.

¹¹ CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1976. p. 345.

mente o Estado oligárquico. Se é verdade que suas revoltas não lograram levantar as massas, que, por exemplo, acompanharam à distância a longa e heróica marcha da Coluna Prestes enquanto a pequena burguesia permanecia silenciosa, também deixaram entrever a possibilidade de mudar o regime, enquanto prenunciavam o advento de uma nova realidade social nas cidades brasileiras, cujas classes médias, pelo número e significação econômica, faziam valer sua presença.

A tudo isto não podiam as oligarquias ficar indiferentes, sendo-lhes forçoso fazer concessões.

Fidelidade a uma "doutrina autoritária"?

Ao escrever contra os tenentes o famoso artigo *Pela Ordem*, Lindolfo Collor não estava senão aplicando os princípios da mais bem organizada das oligarquias locais, a única que estabelecera e coordenara seus interesses em bases doutrinárias coerentes, hauridas na filosofia positivista de Augusto Comte. De fato, a máquina oligárquica soubera agir com grande sagacidade, pois, além de ocupar o primeiro governo republicano gaúcho com a figura de Júlio de Castilhos em 1891, fizera aprovar no mesmo ano a Constituição Estadual de 14 de julho, ela própria redigida por Castilhos. Nessa constituição, texto duplamente sagrado para os republicanos positivistas do Sul, desprezava-se a teoria da separação de poderes do Estado, considerada *metafísica*, e se outorgava ao presidente do Rio Grande do Sul o poder pleno de legislar, tanto promulgando leis como baixando decretos (art. 20º). Nas eleições, o voto popular teria que ser descoberto, isto é, público, não exigindo a Constituição o sigilo, e a descoberto, teriam também que ser todas as votações na Assembléia dos Representantes, aliás com faculdades limitadas à votação do orçamento e acompanhamento da despesa. O presidente do Estado

podia ser reeleito indefinidamente, até o Tratado de Paz de Pedras Altas, de 1923, em que os revolucionários liderados por Assis Brasil obrigaram o presidente castilhista Borges de Medeiros a assinar a proibição de sua própria reeleição para o período imediato, modificando o art. 9º da Constituição.¹²

Silvio Romero, no opúsculo *O Castilhismo no Rio Grande do Sul*, com a linguagem desabrida de polemista caloroso, caracterizava alguns dos aspectos políticos e institucionais da oligarquia imperante:

A maior anomalia da República Brasileira é a existência federal da organização de um dos Estados da União inteiramente fora dos moldes da de todos os outros, moldes prescritos pela carta de 24 de fevereiro. É a organização castilhista do Rio Grande do Sul, fonte inesgotável de males que têm açoitado aquela rica região e aquele nobre povo (...) Contra ela andam a terçar armas, em desesperada luta, os mais aguerridos partidos da oposição da República, sem nada conseguirem, esbarrando diante das baionetas do exército brasileiro, quase todo destacado ali, exatamente para defesa daquele execrável produto de teratologia política (...) São belezas do castilhismo positivóide, que anda envenenando a alma gaúcha.¹³

Num tom mais sereno, o pensador paraense José Veríssimo em seu estudo sobre *O Positivismo no Brasil*, assim concluía:

Pregando a liberdade, o positivismo é de fato inimigo da liberdade, como toda a Teologia, como toda a doutrina

¹² TRATADO de Paz de Pedras Altas. In: *A filosofia política positivista*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura: Editora Documentário, 1979, v. 2, p. 31-4. [Introdução e notas prof. Antonio Paim; direção editorial, profª Celma Junqueira].

¹³ ROMERO, Silvio. *O castilhismo no Rio Grande do Sul*. Texto de 1912, reproduzido em: *A filosofia política positivista*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura: Editora Documentário, 1979, p. 73-98.

que se julga possuidora exclusiva da verdade. Apregoando-se republicano, o positivismo é apenas ditatorial e cesarista, contra toda a nossa concepção de política republicana. Proclamando o princípio do "amor por princípio", é naturalmente simpático a todas as tiranias e favorável a todas as ditaduras, ainda as mais cruéis como as de França e Rosas, e fatos como os que nos cobriram de opróbrio não há muito, acham a seus olhos desculpa, aprovação, quicá louvor, inventando a teoria da "determinação do passado" e tendo a pretensão de fazer da política uma arte científica, infunde nos seus adeptos uma perigosa ilusão de inerrância, que faz deles, quando dispõem de uma mínima parcela de poder, tiranetes insuportáveis.¹⁴

A historiografia do positivismo brasileiro é recente demais para que possamos simplesmente subscrever o ataque demolidor de Romero e mesmo, sem ressalvas, os conceitos de Veríssimo. Como quer que seja, por motivos pessoais ou psicossociais ainda pouco esclarecidos, foi a essa oligarquia e seu partido que Lindolfo Collor vinculou sua preferência desde jovem. É verdade que muito tempo depois, já em 1936, Collor se afastaria definitivamente de Borges de Medeiros e seu grupo para fundar uma agremiação fiel ao castilhismo, o Partido Republicano Castilhistas, surgido em janeiro de 1937.¹⁵

Não nos iludamos, portanto, quanto à imagem de liberalismo político associada a Collor já naquela altura por muitos de seus admiradores incondicionais. Não há identidade lógica entre ser pessoalmente reto, imbuído de espírito público, bem-intencionado, e ser um democrata. Acredito, embora disposto a ser convencido do contrário, que as convicções democráticas de Collor somente se firmaram ao ter sob os olhos os horrores do nazismo na Europa. É ali que suas boas intenções se reajustam ou reeducam diante da objetividade trágica da doutrina do chefe levada ao paroxismo, dos sinistros desenvolvimentos do totalitarismo para além de todo respeito

à divisão dos poderes do Estado, da brutalização completa da dimensão política da existência, da privação absoluta da liberdade individual. Já em Berlim, quando assistia à sessão do Parlamento em 31 de janeiro de 1939, na qual Adolf Hitler ouviu deliciado a proclamação de Goering sobre a inauguração do Congresso da Grande Alemanha, nota-se, na bem cuidada crônica de Collor, a ironia, a desaprovação que depois iria libertar na França como crítica áspera mas refletida.¹⁶ Em Paris, escreveria:

Quanto mais analiso o conteúdo espiritual dos regimes totalitários da direita, mais me convenço de que ele não

¹⁴ VERÍSSIMO, José. O positivismo no Brasil, de 1901, texto reproduzido em: *A filosofia política positivista* Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura: Editora Documentária, 1979. v. 2.

¹⁵ TRINDADE, Hégio, org. *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense/UFRGS: L & PM, 1980. Capítulo 6 da I Parte. *Por sua vez, recrutando elementos dentro do PRP (Partido Republicano Rio-Grandense), Collor dará origem a outra agremiação - o Partido Republicano Castilhistas (PRC) - retomando a ortodoxia do velho líder e aproximando-se politicamente do PRL. Criado no início de 1937, o PRC possuía já em abril dezesseis diretórios municipais e contava com a possibilidade de um retorno ao poder com a perspectiva da volta de Collor à Secretaria da Fazenda, p. 257.*

¹⁶ COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*. Rio de Janeiro: Emiel Editora, s.d./l. Na crônica Uma sessão do Reichstag pode ler-se, por exemplo: Quando o senhor Goering pronuncia a palavra "Gross Deutschland", o recinto explode numa acção frenética, de muitos segundos (...) Depois, volta à tribuna novamente o Dr. Frick e propõe que os plenos poderes outorgados pelo Reichstag ao "Führer", e que terminam a 1º de abril de 1941, sejam prorrogados até maio de 1943. A casa unanimemente concede. (Estranho, misterioso, inabafável prestígio o dos parlamentos. Aqui está uma reunião de homens que significa em si mesma a condenação liminar e a negação sistemática das Câmaras: e entretanto estes homens, antiparlamentares por definição, não prescindem das formalidades márficas dos parlamentos, nem encontram como resistir à fascinação da sua plástica exterior na autenticação de um governo discricionário aos olhos dos multidoões), p. 12-3.

é menos materialista do que o do bolchevismo. Acabo de ler a este propósito um estudo de Sertil - L'assaut hitlérien, une nouvelle forme de la lutte éternelle de l'Esprit contre la Matière. Uma revolução sem precedentes se está realizando sob as nossas vistas, diz o autor. De um lado, a tradição greco-romana que entronca no mundo cristão e baseada sobre o princípio do Direito; de outro, o neopaganismo totalitário, que tem seus fundamentos na idéia da Força. Projetada sobre o plano da história, assistimos aqui ao combate eterno das forças do Espírito contra as potestades da Terra.¹⁷

Dois anos mais tarde, em *Sinais dos Tempos*, acrescentaria: *Eu não acredito apenas que a democracia seja a melhor entre as formas de governo conhecidas, mas estou convencido de que ela é, no estado atual da evolução humana, a única logicamente aceitável, senão a única pacificamente possível.¹⁸* E desde aí cresceu sua admiração pelo governo democrático de Franklin Roosevelt, a quem chamava, por antonomásia, *A voz da América*. O sistema norte-americano do *New Deal*, que combinava as liberdades políticas com preocupações reais de justiça social, parecia-lhe, nessa época, o ponto mais alto de realização política da humanidade. Escrevia de Roosevelt em 1942:

O que ele faz é precisamente isto: partir da base das conquistas políticas e econômicas já realizadas para a construção social dos novos tempos. O que passou não foi a era do liberalismo político, quero dizer das liberdades políticas do homem; mas a do liberalismo econômico, quero dizer, do capitalismo. "Os lucros pessoais e coletivos deverão ser trazidos para um nível mais baixo; fixar-se-ão o máximo para os preços e as rendas; estabilizar-se-ão os salários". É o presidente Roosevelt quem fala assim. E que significa isto, em outras palavras, senão a morte do capitalismo propriamente dito e o início de uma nova era de justiça social? A isto somos chegados,

antes mesmo de terminada a guerra com a vitória das forças que defendem a liberdade do homem.¹⁹

Mas isto aconteceu somente - repito - com a plena expansão de seu pensamento no exílio, longe dos determinismos culturais sofridos na juventude e no fragor das batalhas políticas travadas no Brasil. A qualidade dessas convicções libertárias havia desabrochado publicamente desde a ruptura com Getúlio Vargas em março de 1932, quando Collor se demitiu do ministério; deve ter-se intensificado na luta pela constitucionalização aberta por João Neves no Rio Grande do Sul e transformada em revolução em São Paulo. Mas o espírito de Collor era disciplinado demais para abandonar desde então a magia do autoritarismo positivista. Ainda em 1936, discursava sobre *O Sentido Histórico do Castilhismo* em Novo Hamburgo: *Os dois termos dessa identificação - o chefe e a disciplina - são eqüipolentes na vida dos partidos. Sem chefe não há disciplina e sem disciplina não há chefe. Por disciplina partidária se entende o abandono dos pontos de vista pessoais em benefício de uma opinião coletiva, expressa pela chefia do partido. Fora dessa definição não há e nunca poderia haver disciplina política. Depois que o chefe do partido assenta uma orientação, ela deve ser seguida sem restrições pela massa*

¹⁷ COLLOR, Lindolfo. Op. cit., p. 100. E ainda: *Imaginem-se os quadros de horror que tais propósitos pressagiam. Rejeitada como velharia imprestável a civilização do mundo clássico, espiritualizada pelo cristianismo, que restará ao mundo? [...] Não faltará quem lembre, entretanto, que o fascismo é uma criação cronologicamente anterior ao nazismo, que o fôrmou para seu modelo principal. Na verdade, o fascismo foi apenas, de início, uma reação contra o comunismo e contra a fraqueza democrática da Itália. Ele não era uma doutrina, mas apenas uma ação. Hoje, ele aceita os dogmas racistas do Terceiro Reich. Berlim alimenta doutrinariamente a Roma do Fascio.*

¹⁸ COLLOR, Lindolfo. *Sinais dos Tempos*. Rio de Janeiro: Editora Pan-Americana S.A., 1942. p. 30.

¹⁹ *Ibidem*, p. 249.



No momento de assumir o Governo Provisório, Getúlio Vargas é ladeado por Lindolfo Collor, de óculos



Primeiro-ministro do Trabalho, Collor vira a deixar o governo chefiado por Vargas em clima de tensão

Fotos extraídas do livro de REALE, Eze. Lindolfo Collor, uma vida dedicada a questões sociais no Brasil. São Paulo: D&A Artes Gráficas, 1997.

partidária.²⁰ Em março de 1937, ao recapitular as *características fundamentais* do governo republicano na doutrina histórica do partido, ele enumera, entre outras, o *voto livre e público*,²¹ num trecho que dá a entender que para ele é válido o princípio do voto a descoberto. Se esta interpretação é verdadeira, estaria em coerência com a crítica que ele fez à direção central do partido sob a acusação de haver mutilado o velho programa. Declarava ele: *Com efeito, quem o confessa é ainda o próprio manifesto da direção central quando diz que "somente" em três pontos foi emendado o velho programa, por e haverem incorporado ao novo os "itens" a seguir: 1^o) adoção do voto secreto em substituição ao voto público, porque não havia como fugir nesse ponto a um sério compromisso da revolução de 1930 e a uma generalizada aspiração nacional (...)*.²² Ele também criticou o novo programa do partido porque, no seu entender, *involveu do regime da plena autoridade e inteira responsabilidade do governante para o da metafísica dos três poderes do Estado (...). No sistema rio-grandense, o que havia de cientificamente estabelecido era a preponderância necessária e lógica da presidência, cúpula do poder temporal, sobre os demais órgãos do governo. Nesse regime, como falar da hipertrofia do executivo?*²³ Nessa passagem, Collor atribui clara superioridade ao sistema da Constituição gaúcha de 1891, de completa centralização da autoridade num caudilho, sobre a fórmula de Montesquieu a respeito da divisão de poderes do Estado.

Ora, se em 1937 Lindolfo Collor pensava ainda desse modo e, dada sua reconhecida coerência, se conduzia em conformidade com tal credo, tão útil à justificação ideológica da oligarquia rio-grandense, é difícil pôr em dúvida que no tempo de ministro (1930-32) alimentava do Estado uma idéia autoritária, concentradora e bonapartista. Essa idéia tinha a ver com sua concepção da sociedade de classes, com sua percepção da economia, sua sociologia.

A percepção da sociedade em Collor

Se abriremos as principais obras em prosa de Lindolfo Collor - *O Brasil e a Liga das Nações*, de 1926, *Discursos e Manifestos*, de 1937, *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, de 1938, *Europa 1939*, de 1941, e *Sinais dos Tempos*, de 1942 - nada acharemos que mostre seu interesse por pesquisas sociológicas de caráter empírico. Em parte, isto se deve à formação profissional do autor, mas é provável que se deva também à sua preferência por tipo normativo de conhecimento, seduzida por conceitos universais e por isto mesmo abstratos. Poderia parecer surpreendente que tal postura ocorresse em alguém que, como admirador de Augusto Comte, mais depressa se inclinaria a uma concepção de ciência social decididamente positiva: antes de engendrar o neologismo *sociologia*, Comte chamara à ciência da sociedade de *física social* e lhe atribuiu a tarefa de estabelecer as *leis necessárias* da sociedade com precisão análoga à da física, da química, da astronomia ou da fisiologia em relação aos respectivos fenômenos. Mas Collor parece ter sido um espírito incoercivelmente atraído pela esfera da ética - algo que ficou a dever à sua primitiva educação protestante. Em abril de 1941, quando talvez já atenuadas suas ligações de juventude com o positivismo, ele escrevia num artigo sobre *Revisão de Valores. A verdade científica no terreno dos fatos sociais não parece ainda assunto para os nossos dias. Mas não existe então, há de perguntar-se, a sociologia como ciência? Terá Augusto Comte incidido em erro, quando lhe assinalou o seu preciso lugar na sistematização dos conhecimentos?*

²⁰ COLLOR, Lindolfo. *Discursos e manifestos (1936-1937)*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Globo; Barcelos: Bertaso & Cia., 1937. p. 13.

²¹ *Ibidem*, p. 84.

²² COLLOR, Lindolfo. *Op. cit.*, 1937, p. 127.

²³ *Ibidem*, p. 128.

E respondia, no que me parece um desafio à visão ortodoxa da sociologia francesa: *No trato das chamadas ciências sociais, encontramos à nossa disposição, desde logo, diferentes critérios, pontos de partida e métodos. Eis porque tais estudos são apenas normativos; e não, na rigorosa acepção da palavra, científicos.*²⁴



O último livro: postura democrática (Editora Pan-Americana, 1942)

Ora, o normativismo em ciência social acaba por se confundir com doutrina política. Quanto mais impregnado de ética, mais dependente se torna das premissas de valor e dos processos dedutivos. A observação do real concreto, sob controle dos procedimentos de verificação e discussão, deixa de ter importância na construção do conhecimento, confiando apenas ao diálogo dos conceitos, à história das idéias. Há que distinguir premissas de valor *para* o trabalho científico - que constituem crenças do investigador, inevitáveis, e todavia externas ao procedimento analítico - e premissas de valor *no* trabalho científico, que con-

sistem em fazer deslizarem os valores do investigador para dentro da análise, ou em simplesmente cancelar a análise permanecendo só com as premissas e seus corolários deduzidos.

O modo normativista de encarar a sociologia ou a economia não era estranho à geração intelectual de Collor. Sem o tempero de certo empirismo próprio dos ingleses, a intelectualidade latino-americana foi muitas vezes vítima das construções gerais e das grandes sínteses. O admirável pensador brasileiro Alceu Amoroso Lima, a quem este país deve tanto, durante boa parte de sua vida incorreu na sedução do normativismo, como se pode ver de suas antigas obras *Preparação à Sociologia e Política*.²⁵ Em Lindolfo Collor, um bom exemplo da paixão pelas sínteses brilhantes é encontrado no discurso do Hotel Glória em 1934, quando dizia: *Político foi o século XVIII; ele culminou na declaração dos direitos do homem, conquista doutrinária da enciclopédia e afirmação vitoriosa da Revolução Francesa. Econômico o século XIX. Comparai, no seu aspecto econômico e utilitário, a civilização ocidental do começo com a do fim do século passado. O caminho percorrido pela humanidade, nessa centúria, foi estupendo. Dir-se-ia que, do ponto de vista econômico, a sociedade houvesse realizado nesses cem anos progressos maiores do que através de toda a idade moderna. Entretanto, se examinarmos a situação do trabalhador, quer isolada quer coletivamente no começo e no fim do século XIX, logo nos convenceremos de que todo esse formidável progresso, conseguido no ambiente universal do individualismo econômico, por seguro não teve apreciável repercussão sobre o bem-estar, a cultura e a dignificação so-*

²⁴ COLLOR, Lindolfo. Op. cit., 1942, p. 5-6.

²⁵ TRISTÃO DE ATHAYDE [Alceu Amoroso Lima]. *Preparação à sociologia*. 2. ed. Ed. Getúlio Costa, 1942. p. 24-9. (Capítulo I § 3º Política [original de 1932]). 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1956. Capítulo V).

cial das massas proletárias. Assim, o século XX tem esta enorme tarefa a realizar: a aplicação das conquistas políticas e económicas dos séculos anteriores à esfera social.²⁶ Percebem-se, aí, atribuídos à humanidade como um todo e a séculos bem-marcados, certos fenómenos peculiares ao mundo europeu e talvez norte-americano, e mesmo nesse âmbito suscetíveis de muitas ressalvas. Sabemos que durante o século XVIII o Brasil e os povos hispano-americanos eram colónias de nações europeias e absolutamente não experimentaram uma revolução postuladora de direitos humanos, do tipo da deflagrada na França em 1789.

Ademais, tanto no Brasil como nos Estados Unidos a escravidão civil perdurou ao longo do século XVIII e só veio a ser abolida no século seguinte. Tampouco se pode afirmar que, nos países descolonizados no século XIX, a centúria foi de desenvolvimento económico, pelo menos estupendo; no Brasil, inclusive, toda a primeira metade do século XIX esteve marcada por dificuldades económicas, já em razão da queda do preço dos produtos tropicais nos grandes centros compradores do mundo, já em consequência de perturbações revolucionárias em vários pontos do país, despesas extraordinárias com a guerra da Cisplatina e outros motivos.

Essa amostra ajuda a compreender por que vários intelectuais educados durante a *belle époque* foram acusados de pensar com a cabeça na Europa. O problema do Brasil na década de 20 não era o de um país com notável avanço político e enormes realizações económicas, às voltas com imensas massas proletárias, multidões de trabalhadores assalariados nos quadros de um sistema capitalista dinâmico e autónomo. Era o de uma nação que não concedera real cidadania aos seus membros mais pobres e, mantendo um senhorio rural autoritário e resistente às formas democráticas, negava oportunidade às classes subalternas, quer na cidade, quer no cam-

po, que se ressentia da falta de capitais, bem como do baixo nível de conhecimentos técnicos e administrativos - fatores largamente disponíveis nos países capitalistas centrais, e que, enfim, não se constituía de um sistema económico único, mas de vários sistemas articulados de maneira ora firme, ora frouxa ao sistema nacional de capitalismo dependente. Nessa diversidade nacional e difícil, as fórmulas de resolver os problemas da produção, das liberdades políticas, da cidadania e de relações de trabalho adequadas não deveriam ser padronizadas, sob pena de atenderem a um só dos sistemas com omissão dos demais.

Disse Vianna Moog que a inteligência de Collor era um *instrumento de precisão, uma inteligência cartesiana, feita para pensar em grande, capaz de classificar e sistematizar o próprio caos.*²⁷ Creio que o risco das inteligências desse tipo reside em darem por claro o que é resistentemente obscuro. O empírico é por natureza opaco e tedioso, ao passo que as inteligências luminosas são impacientes, aborrecem o pormenor, o desvio, a diversidade relutante.

A concepção de economia política ou sociologia em Collor reflete essa simplicidade da luz intelectual que irradia sobre uma das faces do objeto fazendo-a brilhar, mas deixando na obscuridade as outras. No discurso do Rotary Clube, de 26 de dezembro de 1930, dizia o novel ministro que a base de toda organização repousa nas relações entre o capital e o trabalho, subentendendo que o capital pertence aos *patrões* e o trabalho aos *operários*. *Nem os operários, nem os patrões têm o direito, por mais justos que sejam seus interesses e reivindicações, de perder de vista a própria*

²⁶ COLLOR, Lindolfo. Discurso de volta. In: BALHA, Américo. *Lindolfo Collor, estadista da República*. 1956. p. 52-3.

²⁷ MOOG, Vianna. Retrato de Lindolfo Collor. In: *Lanterna Verde*, Rio de Janeiro, jul. 1944. (Reedição de 1988, cópia, p. 4).

sorte do país. Toda agitação deve ser denunciada como inútil e impatriótica neste momento (...). É tempo de substituímos o velho e negativo conceito de "luta de classes" pelo conceito novo, construtor e orgânico de "colaboração de classes" (...). A luta de classes encontra as suas origens em condições retrógradas, que nós refugamos por absurdas e atentatórias da própria dignidade do Estado.²⁸

Trata-se, como se vê, de uma sociologia que fecha os olhos ao fenômeno social da oposição de classes e que, ademais, ao enunciar que a luta entre classes é um conceito retrógrado, erige-se como *sociologia do consenso*, para empregar uma expressão de Dahrendorf. E, em sendo do consenso, emite desde o ponto de vista do Estado autoritário as regras para urgir o consenso, quando as partes estejam em discordância de interesses. Além do mais, é uma concepção comprometida com a existência de um sistema capitalista único, cujas relações estariam na *base de toda organização social* - portanto, um capitalismo autoritário em que cabe ao Estado decretar que a luta de classes não existe, proibir a propaganda operária porque era impatriótica, expulsar ou criar dificuldades aos líderes estrangeiros das lutas trabalhistas.

Entretentes, o conflito de classes existiu e continua a existir em toda sociedade livre. Ralph Dahrendorf, um sociólogo liberal de nossos dias, esclarece que a imagem da sociedade baseada no conflito *parece ser consideravelmente mais útil para a resolução de muitos problemas de análise sociológica que todas as analogias, explícitas ou implícitas, entre a sociedade e um organismo ou entre a sociedade e determinados sistemas funcionais (...). A realidade da sociedade são o conflito e o fluxo. Apesar de nossa crítica radical da teoria de classes de Marx, esta interpretação deve, portanto, ser conservada como um princípio heurístico de bastante utilidade.*²⁹ As imagens de sociedade baseadas no con-

senso, como a da estática social de Augusto Comte e a de Collor, tendem a fórmulas políticas antidemocráticas.

Negar o conflito no plano teórico conduz a reprimi-lo no plano político. O conflito deriva da divergência, da variedade humana, da natural incoerência dos interesses dos distintos grupos, o que, tudo, constitui uma das riquezas da vida social e propõe a tolerância como base do convívio humano. Falar em *colaboração das classes* como diretriz política uniforme e permanente, em vez de recomendação moral, constitui um canto de sereia que acaba por prejudicar o mais fraco, o menos esperto, menos sábio, menos dotado de recursos técnicos e de meios de comunicação. O próprio Marx reconheceu a cooperação técnica do trabalho com os meios de produção, ao descrever o *processo de trabalho* distinguindo-o do *processo de valorização*,³⁰ mas da colaboração técnica não se segue que os interesses das classes são iguais.

É, pois, quanto à particular maneira de ver a função do Estado perante o conflito social, negadora do real, a que substitui por uma imagem falsa e tranquilizante, que se deve tipificar a contribuição de Collor. Certamente não se trata de um *arquétipo liberal* da tipologia de Debrun; tampouco se adapta à forma de *autoritarismo mobilizador* e muito menos a de *autoritarismo desmobilizador*; aproxima-se bem mais do tipo *conciliação* - entendido este como estratégia dos grupos proprietários para obter

²⁸ COLLOR, Lindolfo. Discurso no Rotary Club, pronunciado a 26 de dezembro de 1930, transcrito nas páginas 177-82 do livro de: ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

²⁹ DAHRENDORF, Ralph. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982. p. 36.

³⁰ MARX, Karl. *El capital*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1959. v. I, p. 130-7. [Seção III, capítulo V, Proceso de trabajo y proceso de valorización].

a aliança do operariado urbano através de concessões bem-circunscritas e de um discurso de paz que neutralizam por bastante tempo a ação das lideranças operárias mais ativas e omitem a grande questão da força de trabalho do meio rural com seus baixíssimos padrões de vida e oprimida pelo poder do latifúndio, apesar de constituir dois terços da população economicamente ativa do país.

O professor Evaristo de Moraes Filho registra o *sentido nitidamente pendular* da política de Collor, que, *prosseguindo embora no seu propósito de reforma social, via-se (...) obrigado a dar satisfação às classes e aos grupos em conflito, ora cedendo a um lado, ora a outro, a fim de tranqüilizar a todos*. O próprio Getúlio Vargas considerava a legislação do trabalho *conservadora*. E, *à mesma época, lançava Collor o "slogan" que haveria de perdurar até hoje como filosofia oficial do Ministério do Trabalho: o da conciliação ou coordenação das classes sociais, com abandono ou condenação da luta de classes*.³¹ Diz ainda o respeitado juslaboralista e sociólogo: *[Em 1930], houve realmente uma mudança formal ou institucional, mas unicamente de superfície, sem nada de profundo nem de estrutural. (...) O campo, por exemplo, ficara intocado, apesar de haver o Chefe do Governo, a 3 de novembro de 1930, se referido expressamente à criação do Ministério do Trabalho, "destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural". (...) O Estatuto do Trabalhador Rural, de iniciativa de Fernando Ferrari, é de março de 1963. Se a reforma urbana caminhava, ainda que lentamente e em detrimento da liberdade e da autonomia do movimento social, cada vez mais engolfado pelo Estado, o modelo rural permanecia o mesmo, inalterado. O trabalhador rural foi, em verdade, o grande esquecido de 30*.³²

A raiz da visão de Collor restringendo o diálogo entre as classes e que se traduziria na legislação trabalhista como controle estatal do sindicato, fortalecimento do Estado diante da sociedade civil, repressão do trabalho es-

trangeiro com indisfarçável excesso de nacionalismo,³³ sabido que muitas vezes a liderança política de certas categorias de assalariados era exercida por imigrantes com maior experiência que nossos operários - a raiz foi haurida na idéia de Augusto Comte sobre a *incorporação do proletariado na sociedade ocidental*,³⁴ fruto da postura conservadora de Comte ante a democracia e a liberação das forças sociais. O mesmo Collor não negava ser um conservador: *A posição que ocupamos, no cenário político do Brasil é rigorosamente a de um "partido central". Somos, por isso mesmo, conservadores. (...) Outro de nossos postulados básicos - "conservar melhorando" - caracteriza a nossa feição, ao mesmo tempo conservadora e progressista*.³⁵ *Com Augusto Comte aprendemos que na sociedade contemporânea*

³¹ MORAES FILHO, Evaristo de, prefácio à obra de: ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. p. 15-6.

³² *Ibidem*, p. 16.

³³ O preconceito contra o estrangeiro está presente na generalização de julgamento que o Ministro faz, por exemplo, na entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, 29 jan. 1931: *É essa gente vinha para o Brasil porque não sabia para onde ir. Quando as coisas não lhe corriam bem em outros lugares, lembravam-se de que existia no globo um país "despoliciado" que era, sob muitos aspectos, o paraíso dos vagabundos. Para aqui se encaminhavam, aumentando as dificuldades da vida nos centros urbanos e, infectando o trabalhador brasileiro de idéias subversivas" que não podiam pregar livremente em nenhum país civilizado*. Apud ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *Op. cit.*, p. 107.

³⁴ Uma das etapas, e talvez a mais simpática, dessa organização espiritual seria para o imortal fundador do positivismo a "incorporação do proletariado na sociedade ocidental". Ele acreditava que o positivismo pudesse levar a cabo essa incorporação oferecendo aos proletários os únicos dogmas com os quais eles podem profundamente simpatizar por causa da conformidade dos hábitos e do curso dos destinos. COLLOR, Lindolfo. *Discurso inaugural do Congresso Republicano Castilhista*. In: COLLOR, Lindolfo. *Discursos e manifestos (1936-1937)*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Globo; Barcelona: Bertaso & Cia., 1937. p. 91.

³⁵ *Ibidem*. O sentido histórico do castilhismo. *Ibidem*, p. 15. [Discurso em Novo Hamburgo em 2 ago. 1936].

só existem rigorosamente dois partidos antagônicos - os conservadores e os revolucionários. Uns tipificam a razão orgânica, força da evolução; outros a razão crítica, força de revolução. A civilização greco-romana e a espiritualidade cristã só podem ser preservadas pela ação dos conservadores. "Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos". Esse é o conceito otimista e conservador da sociedade ocidental.²⁶

À luz destas considerações, pesa bastante em favor da inteligência e da flexibilidade política de Collor um trecho - certamente sugerido por um de seus colaboradores socialistas - que ele admitiu figurar na exposição de motivos sobre as Comissões de Conciliação e assinada pelo Ministro com plena responsabilidade em 16 de setembro de 1931: *Lutas de classes sempre existiram e sempre existirão. Não se cuida, com as comissões em exame, evitar a existência dessas lutas. Trata-se, pelo contrário, admitido o seu aparecimento em estado mais ou menos agudo, de oferecer-lhes meios de solução, dignos dos homens e consentâneos com a natureza dos conflitos e as circunstâncias que os envolvem. Nada mais ilusório do que decretar a inexistência de conflitos sociais.* (A exposição precedia o projeto de decreto que tomaria o número 21.396, em 12 de maio de 1932, após a ruptura do Ministério com Getúlio Vargas). É pena que ele não haja aprofundado a percepção da realidade que num lampejo ali lhe passava pelo espírito. As inclinações ideológicas levaram-no a isolar aquela declaração, tolhendo seus desdobramentos práticos, em benefício de uma concepção corporativa de Estado - aliás, comum a vários socialistas do período (v. adiante, seção 5, letra d).

Está por ser feito o levantamento do quanto a visão de Collor sobre as classes sociais deveria também à doutrina social da Igreja católica, na época fortemente marcada por *teorias do consenso*. Talvez por sua origem protestante, ele não foi explícito quanto a isto, mas

não deixa de ser interessante que, em maio de 1941, tenha escrito um artigo comemorativo da *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e que em dezembro do mesmo ano se referisse com entusiasmo ao discurso de Natal de Pio XII. Collor morreu, porém, antes de poder conhecer o que talvez representou um ponto de inflexão na doutrina tradicional da Igreja: a admissão da validade ética de uma *luta leal* dos trabalhadores em defesa da justiça social e o veto a atitudes represivas dessa luta.²⁷ Quem duvidaria hoje de que a luta é importante e não deve ser proibida pelo falso paternalismo do Estado?

O caráter da legislação social

A legislação social editada pelo governo durante a gestão Collor - independentemente do julgamento técnico que se possa fazer sobre ela, ou mesmo de um juízo quanto à sua adequação em termos de justiça social possível nas circunstâncias - testemunha as convicções políticas autoritárias do Ministro à época.

O conceito de autoritarismo foi usado nas seções anteriores sem maior precisão de conteúdo e limites. Precisemos agora que ele terá o sentido rigoroso de *ideologia de Estado*, indicado por Bolívar Lamounier no clássico trabalho sobre a formação do pensamento político autoritário na Primeira República. Esse

²⁶ COLLOR, Lindolfo. Discurso Inaugural do Congresso Republicano Castilhista. In: COLLOR, Lindolfo. Op. cit., 1937, p. 98, nota 38.

²⁷ Em 23 de setembro de 1951, Monsenhor Montini - que viria anos depois a ser o sucessor de João XXIII como Paulo VI - dirigia-se à 24ª Semana Social da Itália nestes termos: *Em harmonia com esta solidariedade [de operários e patrões], impõe-se que se regule também a luta para defesa dos interesses dos que trabalham, "luta que o Sumo Pontífice [o Papa Pio XII] diz que, segundo o seu parecer, ninguém pode proibir", desde que se trate de uma "luta leal", isto é, não de molde a suscitar a luta de classes, mas conduzida em ordem a garantir à classe operária uma condição segura e estável, de que já gozem as outras classes do povo.* Cf. CALVEZ, Jean-Yves; FERRIN, Jacques. Igreja e sociedade econômica. Porto: Tavares Martins, 1960. p. 563. (Gifos nascos).

conceito, embora organizado para outros propósitos, nos parece de todo compatível com o *arquétipo da conciliação* de Debrun, desde que trabalhado como componente de uma estratégia política de classe. Trata-se de um *modelo* de análise e, portanto, insuscetível de aplicar-se univocamente a este ou aquele autor, personagem ou grupo.³⁸ O pensamento autoritário forma-se na vida nacional como *um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade*, diz o referido cientista político. No modelo da ideologia do Estado, o autoritarismo é posto em contraste com o princípio ideológico do mercado, característico da visão liberal clássica. *O fulcro da ideologia do Estado*, continua Lamounier, *é o intento de domesticar o mercado, e particularmente o princípio de mercado atuante nas relações políticas*. São traços típicos dela os seguintes: 1- predomínio do princípio estatal sobre o princípio de mercado; 2- visão orgânico-corporativa da sociedade; 3- objetivismo tecnocrático; 4- visão autoritária do conflito social; 5- não-organização da sociedade civil; 6- não-mobilização política; 7- elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política e 8- o Leviatã benevolente.³⁹ Esses traços estiveram presentes na reestruturação do Estado iniciada em 1930 e em geral fizeram parte do ideário que inspirou o Ministério do Trabalho desde os primeiros dias, embora se tenham aprofundado a partir de 1937.

O que agora nos ocupará é a identificação de traços dessa natureza na legislação social editada desde a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo Decreto 19.433, de 26 de novembro de 1930, até a carta de saída de Collor, de 4 de março de 1932. Incluir-se-ão também os Decretos cujos projetos se devem à administração Collor, ainda que baixados depois de sua renúncia. As matérias principais de que

Collor e sua brilhante equipe de colaboradores trataram nas propostas legislativas feitas ao Chefe do Governo se distribuíram entre Direito Coletivo do Trabalho, Direito Individual do Trabalho e o que hoje se chama Direito Previdenciário. Foram importantes, no âmbito do Direito Coletivo do Trabalho, os atos ou projetos sobre sindicalização, contrato coletivo de trabalho e Comissões de Conciliação entre empregadores e empregados. No campo do Direito Individual do Trabalho, destacaram-se a reserva de mercado para o trabalhador nacional (em confronto com o estrangeiro), a duração do trabalho no comércio, trabalho de menores e mulheres e a instituição do salário mínimo interprofissional. Dever-se-ia mencionar aí também a estabilidade decenal no emprego. Quanto à previdência social, a pedra de toque foi a ampliação e sistematização do regime das Caixas de Aposentadorias e Pensões. Houve decretos relativos à organização do novo Ministério e suas finanças, assim como a problemas conjunturais do trabalho e previdência (colocação de trabalhadores desempregados, suspensão temporária de aposentadorias, transferência da Vila Proletária Marechal Hermes para o Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União etc.); mas essa legislação, dada sua natureza claramente contingente e, às vezes, tópica, pode ser omitida em favor da brevidade - embora deva ser levada a crédito da operosidade do Ministro. Chama a atenção, desde logo, a inexistência de qualquer regra legal reconhecendo o direito de greve.

³⁸ Os autores mais destacados do pensamento autoritário em sua primeira fase, abstração feita dos precursores do tempo do Império, foram Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos.

³⁹ LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1977, tomo 3, v. 2. (Capítulo X, o Brasil Republicano).



Trabalho do menor: um dos problemas da industrialização brasileira desde os anos trinta. (Fábrica de juta, em São Paulo, 1931)



Exploação do trabalho feminino: meadeiras de juta, 1931

Fotos extraídas do livro de REALE, Ede. *Trabalho e Cofre: uma visão dedicada e questão social no Brasil*. São Paulo: DBA, Anais Gráficas, 1991.

O Direito Coletivo do Trabalho

O primeiro indicio de autoritarismo da legislação social de 1930-32 reside em seu caráter não-participado. Alegando que uma *revolução* prescindia do aparato formal da democracia, os líderes do movimento vitorioso passaram a legislar por decreto. No domínio do Direito Social, isso implicava em desconhecer no trabalhador a condição de cidadão, tornando-o recipiente passivo de benefícios, reais ou supostos, que o novo governo lhe outorgava mas sobre os quais ele não era ouvido através de representantes eleitos ou de outro procedimento político de discussão e ratificação. Poder-se-á alegar, naturalmente, a ingenuidade desta conclusão, considerando tanto os vícios do processo eleitoral do período, a impedir ao trabalhador a eleição de representantes autênticos, quanto à *falta de preparo das massas* para debater assuntos *técnicos e jurídicos* durante um tempo *infindável*, quando o importante era aproveitar a oportunidade. Nossa hipótese, porém, é que aos grupos dominantes não interessava a mobilização da classe trabalhadora, ainda que para debater anteprojetos preparados pelo próprio governo. Nas exposições de motivos de seus projetos, o Ministro costumava propor ao Chefe do Governo que os publicasse antes da conversão em decreto, a fim de receberem críticas e sugestões dos *interessados e do público em geral*, aí compreendidos, é claro, os agentes das empresas, contudo, o prazo de espera das contribuições raramente era fixado por ele em mais de dois meses - o que está longe de propiciar uma mobilização ampla em termos de Brasil.

O segundo indicio está nos parâmetros da organização dos sindicatos. Assinale-se, de passagem, que os propagandistas da Revolução de 1930 fizeram larga publicidade da lei sindical, atribuindo-lhe o papel de primeiro passo para a organização associativa do proletariado no país.⁴⁰ A verdade é que des-

de 1907 vigorava entre nós uma legislação legitimando o funcionamento dos sindicatos, o Decreto 1.637, de 5 de janeiro. Não só facultava a organização de sindicatos, como lhes permitia o livre registro civil: *Os sindicatos profissionais se constituem livremente, "sem autorização do governo", bastando, para obterem os favores da lei, depositar no cartório do registro de hypothecas do districto respectivo tres exemplares dos estatutos, da acta da installação e da lista nominal dos membros da directoria, do conselho e de qualquer corpo encarregado da direcção da sociedade etc.*⁴¹

Diversa era a orientação da legislação *revolucionária*. Antes de tudo, exigia-se o *reconhecimento* do Ministério do Trabalho a cada sindicato constituído para que adquirisse personalidade jurídica; o Ministério devia também aprovar os estatutos do sindicato e as sucessivas alterações, bem como receber uma lista nominal dos sócios com seu endereço profissional (art. 2º). Aos estrangeiros era praticamente vedado participar da direção de entidades sindicais, a menos que tivessem 20 anos de residência ou 10 de naturalização - o que significava, em vários casos, desmobilizar associações preexistentes em que a colaboração dos trabalhadores estrangeiros era tão importante

⁴⁰ Joaquim Pimenta, do grupo de intelectuais do Ministério de Collor, dizia que o Decreto 19.770, de março de 1931, foi uma espécie de carta constitucional que, enquanto restaurava e garantia o direito de associação dos trabalhadores, ampliava o tipo tradicional do sindicato que, além de instituição cujos estatutos ainda se regulavam por normas de direito privado, passava, também, a ser colaborador do Estado na solução de problemas diretamente ligados aos interesses de classe. Em nota de rodapé, acrescentava: Fornos ou Evaristo de Moraes os redatores do anteprojeto. SOCIOLOGIA Econômica e Jurídica do Trabalho 5. ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1957. p. 191-3. (A original é de 1944, de Max Limonad).

⁴¹ Art. 2º do Decreto 1.637, de 5/1/1907 (grifo nosso). O Código Civil, de 1916, também dispensava os sindicatos profissionais e agrícolas, bem como as cooperativas, de prévia autorização (§ 1º do art. 20).

(art. 1º, c). O Decreto, para facilitar o controle governamental sobre as entidades fundadas, estabelecia um número certo de confederações nacionais, sendo uma para o *trabalho* e outra para a *indústria e comércio* (notar a ressonância, no esquema confederativo abençoado, do nome do Ministério). Os sindicatos, federações e confederações deveriam remeter todo ano ao Ministério do Trabalho o *relatório dos acontecimentos sociais, do qual deverão constar, obrigatoriamente, as alterações do quadro dos sócios, o estado financeiro da associação, modificações que, porventura, tenham sido feitas nos respectivos estatutos, além de fatos que, pela sua natureza, se possam prender a dispositivos do presente decreto* (art. 4º).

O art. 9º dava a entender que somente existiria um sindicato para a *mesma classe* (categoria). Os acordos e convenções intersindicais visando a *defesa e garantia de interesses recíprocos* deviam ser ratificados pelo Ministério do Trabalho para que se tornassem executáveis (art. 10º). Era proibido ao sindicato brasileiro filiar-se a sindicatos internacionais sem prévia aprovação do Ministério e essa proibição se estendia à própria pessoa física do operário ou do patrão sindicalizados (art. 12º). Como se não bastasse, o Decreto instituía, junto aos órgãos sindicais, delegados do Ministro, *com a faculdade de assistirem às assembleias gerais e a obrigação de, trimestralmente, examinarem a situação financeira dessas organizações*, comunicando ao Ministério irregularidades e infrações observadas (art. 15º).

Essas disposições mostram que o sindicato se concebia como órgão de direito público ou de alguma forma estranho à esfera privada, sem nenhuma autonomia.⁴² Confirma-se isso pelo elenco de penalidades que ele podia sofrer no plano administrativo, sem nenhuma interferência prévia do Poder Judiciário. De fato, a penalidade da dissolução do órgão sindical pelo Ministério do Trabalho não foi inventada pelo Estado Novo, mas pela administração Collor, ao autorizar as punições de *fechamento do sindicato, da federação ou da confederação até seis meses, destituição da diretoria ou sua dissolução definitiva* (art. 16º).

Após a saída de Collor, houve até um abrandamento do sistema de punições, já que eliminada a pena de dissolução definitiva do órgão sindical pouco antes da Constituição de 1934. Outro ponto sintomático foi a criação de um meio do Ministro interferir pessoalmente em assuntos controvertidos da vida interna dos sindicatos: o recurso de qualquer associado ao Ministro contra atos da diretoria ou de assembleias gerais (art. 19º). Não admira, assim, a conclusão de Rezende Puech de que, *friamente analisado em seus preceitos, o Decreto 19.770 abria, na sistemática sindical do país, a era da subjugação do sindicato pelo poder público, eis que fazia do órgão de classe um instrumento do Estado...*⁴³

⁴² Diz a Ministro Collor, na exposição de motivos com que encaminhou o projeto de (re)organização sindical: *A previsão genial de Augusto Comte já havia dividido que nem todas as relações entre os indivíduos de uma mesma sociedade podem ser enquadradas dentro das regras comuns de Direito Privado: "Chaque citoyen quelconque constitue réellement un fonctionnaire public dont les attributions plus ou moins définies déterminent à la fois les obligations et les prétentions" (...) Incorporar o sindicalismo no Estado e nas leis da República, essa deve ser e está sendo, para honra de V. Exa. uma das tarefas mais altas, mais nobres e mais justas da Revolução Brasileira (...) Com a criação dos sindicatos profissionais, moldados em regras uniformes e precisas, dá-se às aspirações dos trabalhadores e às necessidades dos patrões expressão legal, normal e autorizada. O arbítrio, tanto de uns como de outros, gera a desconfiança, é causa de desencantamento, produz atritos que estalam em "greves" e "lock-outs". Os sindicatos ou associações de classe, serão os pára-choques dessas tendências antagônicas. É interessante observar no texto inteiro da exposição de motivos o completo silêncio sobre a lei sindical de 1907 ou sobre o Código Civil vigente.*

⁴³ PUECH, L. R. Rezende. Na vivência do Direito Social. Apud MAGANO, Octavio Bueno. *Manual de Direito do Trabalho*. São Paulo: Editora LTR, 1984. v. 3. (Direito Coletivo do Trabalho), que no mesmo sentido observa: *Com o advento do Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, implantaram-se, no país, as bases de um tipo corporativista de organização sindical, que perdura até hoje. É verdade que a Constituição Corporativista só surge em 1937, mas em 1931 o corporativismo italiano estava sendo uma experiência bem sucedida e isso refletiu-se no espírito do nosso legislador...*, p. 46.

Quanto às convenções coletivas de trabalho, há muito existentes no direito estrangeiro, a administração não a encarou como a culminância de um processo de negociação livre entre patrões e operários, mas como ato a três, isto é, um pacto subordinado à aprovação do Poder Público, ou às *vistas cautelosas do Estado*, como gostava de dizer o Ministro. Apesar da redação algo imprecisa, é o que se pode depreender do disposto no art. 10º do referido Decreto 19.770, de 19 de março de 1931. *Além do que dispõe o art. 7º, é facultado aos sindicatos de patrões, de empregados e de operários celebrar, entre si, acordos e convenções para defesa e garantia de interesses recíprocos, devendo ser tais acordos e convenções, antes de sua execução, ratificados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.* Paire dúvida, por isso, sobre a autonomia da contratação coletiva ao longo da gestão de Collor e ainda após o advento do Decreto 21.761/32, por ele proposto.

Mas, quer esta interpretação corresponda ou não à prática da época, caberia questionar a liberdade da negociação coletiva num regime de relações trabalhistas onde a greve sofre profundas restrições. O Código Penal de 1890 reputava a greve um crime, ao estabelecer nos artigos 205 e 206:

Seduzir ou aliciar, operários e trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados, sob promessa de recompensa ou ameaça de algum mal. Pena - de prisão celular por um a três meses e multa de 200\$000 a 500\$000.

Causar ou provocar cessação ou suspensão do trabalho para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário. Pena - de prisão celular por um a três meses.

Essa concepção foi logo ultrapassada no plano formal, através do Decreto 1.162, de 12 de dezembro de 1890, cujas disposições se incorporaram à Consolidação das Leis Penais de 1932.

Em 1905, Evaristo de Moraes pro-

clamara num livro que com o Decreto 1.162 estava reconhecido o direito de greve no país. Mas a seguir, ele se demorava em descrever o que era a prática do Estado perante as greves efetivas, o recurso governamental à polícia e à violência,⁴⁴ e isto implicava, naturalmente, uma larga distância entre a lei e os fatos, na qual prevalecia a ação arbitrária do poder estatal. Além disso, a mentalidade da classe dominante nunca digerira a greve como um direito.

Ora, sabe-se que a crise de 1929 e as difíceis condições econômicas dos trabalhadores no princípio dos anos 30 iriam fazer explodir uma série de greves.⁴⁵ Premido pelas circunstâncias e talvez evitando incorrer na sentença simplificada atribuída a Washington Luiz - *a questão social é caso de polícia* - o Ministério do Trabalho concebeu um modo indireto de proibir a greve, não mais com o Direito Penal mas com o próprio Direito do Trabalho: a legislação sobre Comissões Mistas de Conciliação instituiu como causa para dispensa sumária dos empregados o envolvimento em suspensão coletiva do trabalho sem tentativa prévia de apresentação do litígio a uma Comissão. E, por outro lado, autorizou a cassação da carta de sindicalização dos sindicatos promotores de tais comportamentos. Ressalve-se, no entanto, que a legislação em apreço é de maio de 1932 e Collor deixou o governo em março; pode ser que os dois dispositivos não fizessem parte de sua proposta original. Em todo caso, nada faz crer que ele fosse um partidário do direito de greve, sendo sugestiva a omissão, em seu arsenal de projetos, de qualquer norma de reconhecimento explícito da greve como conduta legítima. A julgar pelo registro de Edgard Carone,

⁴⁴ MORAES, Evaristo de. *Apostamentos de Direito Operário*. São Paulo: LTR Editora, 1971. Capítulo V. [Edição original de 1905].

⁴⁵ Cf. longa enumeração de greves no período pelo historiador CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1976. p. 106.

o Ministro era mesmo simples e redondamente contrário à greve e em encontros com as representações operárias exercia um papel constrangedor, combinando persuasão e ameaça contra as suspensões coletivas do trabalho.⁴⁶

Direito Individual do Trabalho

Os direitos trabalhistas do empregado, quando instituídos pela lei, correspondem geralmente a um mínimo de proteção jurídica e provavelmente devem prescindir até das conquistas obtidas em negociações coletivas. Estas últimas destinam-se a ultrapassar o *minimum*, promovendo no debate com as empresas participações mais altas do trabalhador no produto econômico, de modo que a sociedade inteira se beneficie de uma distribuição adequada da riqueza social. Deve, por isso, ser registrada a favor da gestão Collor a instituição de vários direitos individuais do trabalhador, dando início a uma série que prosseguiria após ele. Nem todos os que programou ele teve ocasião de ver implementados, mas a contribuição intelectual de Collor e sua equipe não lhes poderá ser negada. (Por economia de espaço, incluímos entre os direitos individuais algumas das chamadas regras de tutela geral dos trabalhadores).

Desses direitos, dois devem ser sublinhados com ênfase: o salário mínimo interprofissional e a extensão da estabilidade no emprego a vasta categoria de trabalhadores com dez anos de serviço. Quanto ao primeiro, o gesto do Ministro teve um valor simbólico relevante, ao dar partida aos estudos e à expectativa política de um sistema nacional de salários mínimos. Não era fácil montar os trabalhos da pesquisa de hábitos alimentares e demais itens do padrão de vida num imenso país e pôr a funcionar, com regularidade, as comissões paritárias do salário mínimo - e isto explica em parte a demora dos sucessores de Collor na criação do instituto do salário mínimo, mas tudo indica que de-

pois dele houve excessiva tolerância com a reação dos empresários ao projeto, a ponto de só a 1º de maio de 1940 ter sido baixado o decreto instituidor.

A estabilidade no emprego tinha sido inaugurada no Brasil com a Lei Eloy Chaves, em 1923, proibindo a dispensa dos ferroviários que houvessem completado dez anos de serviço (art. 42º da Lei 4.682, de 24 de janeiro de 1923). O regime foi inicialmente estendido aos empregados das empresas de navegação marítima ou fluvial e às de administração portuária, pela Lei 5.109, de 1926. Sob o Ministério Collor, ampliou-se os serviços de transportes urbanos, luz, força, telefone, telégrafo, portos, águas e esgotos, quando explorados diretamente pela União, Estados ou Municípios, ou por empresas, agrupamentos de empresas ou particulares. A ampliação prosseguiu pós-Collor, até que a Lei 62, de 5 de junho de 1935, generalizou o direito a todo empregado de dez anos de casa, exceto os trabalhadores rurais e os domésticos. Na época de desemprego extenso e crise atravessada no começo dos anos 30,

⁴⁶ Outra técnica que Lindolfo Collor usa é convocar industriais e discutir problemas com eles: numa destas vezes, reúne-se no Ministério Jorge Street, Joaquim Pimenta e Evaristo de Moraes, ligados ao Ministério; Walter Gosling, diretor do Centro Industrial do Brasil; Adib Nader, industrial, cujos operários estão em greve e representantes operários. Primeiro fala o ministro, estranhando que os operários façam greve e depois apelem para ele. "quer [que os operários] se manifestem com a necessária clareza... Ou apelam a ação do Ministério do Trabalho, que traz uma mentalidade nova, de cooperação... ou se consideram dentro de uma questão de polícia, no sentido do antigo governo. Ou abandonam a mentalidade bolchevista e subversiva, ou se integram no corpo social a que pertencem". Continuando, diz "que as classes operárias estão sendo fomentadas por elementos subversivos - comunistas, para dizer a palavra perigosa - notei não há a menor dúvida. E muito menos de que esses elementos são agitadores internacionais, conhecidos e que apenas podem prejudicar a conquista dos direitos do operário, pelos quais sempre teve o maior desvelo". [Jornal do Comércio, 18 abril 1931]. CARONE, Edgard. Op. cit., p. 134, nota 50.

o dispositivo poderia representar um papel moderador das dispensas em massa. Vulgarizou-se, hoje, a incompreensão contra o instituto da estabilidade, devido a ter-se mostrado, ao longo dos anos, de rara aplicação prática e contraproducente; prefere-se, com razão, a chamada proteção contra a despedida arbitrária.⁴⁷ Mas, tomado no contexto, ele desempenhou, no princípio, um papel economicamente defensável e politicamente útil.

O decreto sobre a duração do trabalho dos empregados do comércio foi como um modelo para outros que se seguiram, interessando a diferentes categorias profissionais. Entrementes, as regras do antigo Código de Menores, protetoras do trabalho das crianças, eram aperfeiçoadas, decretando-se também preceitos tutelares do trabalho das mulheres.

Quanto à chamada nacionalização do trabalho (lei dos dois terços), tratava-se de um conjunto de regras que, confluindo com as leis da imigração e as da organização sindical, visavam a reduzir a presença de estrangeiros nas atividades fabris e de serviços urbanos, particularmente nos postos de liderança sindical. Enquanto, por exemplo, a lei sindical de 1907 permitia a brasileiros naturalizados serem dirigentes sindicais, desde que residentes no país há pelo menos cinco anos, o Decreto 19.770/31 exigia do naturalizado dez anos de residência; admitia estrangeiros, mas residentes há no mínimo vinte anos e em número não superior a um terço. Os efeitos eram ambíguos, pois que, se por um lado poderiam liberar-se lugares de trabalho para brasileiros, por outro se prejudicavam trabalhadores já incorporados à economia nacional - sem falar das restrições de ordem política que a privação de colegas estrangeiros acarretava para o movimento operário brasileiro.⁴⁸

Direito Previdenciário

Quatro anos antes da Revolução de 1930, a Lei 5.109, de 20 de dezembro de 1926, havia estendido a todas as empresas do Poder Público, bem como às de navegação marítima e fluvial e às de exploração de portos, o regime das Caixas de Aposentadorias e Pensões. Ninguém jamais pôs em dúvida a necessidade da generalização de um sistema de aposentarias e concessão de pensões *post-mortem*, máxime numa economia em que os rendimentos reais do trabalho eram tão baixos, que não permitiam aos trabalhadores amealhar um pequeno patrimônio rentável para sua sobrevivência futura. Assim, a extensão do regime previdencial aos serviços de força, luz, bondes e telefones, bem como aos serviços particulares de telegrafia e radiotelegrafia, em 17 de dezembro de 1930 (Decreto 19.497) constituía uma medida justificada.

Com os trabalhos da reforma do regime das Caixas, afinal resultantes no Decreto 20.465, de 1º de setembro de 1931, esperava-se que a ampliação pas-

⁴⁷ Sobre a história do salário mínimo no Brasil e em outros países ver: SANTOS, Roberto A. O. *Leis sociais e custo da mão-de-obra no Brasil*. São Paulo: Edusp; LTR Editora, 1973. Capítulo VI.

E para uma análise dos efeitos da estabilidade a longo prazo, bem como das vantagens da garantia contra a despedida arbitrária, ver:

SANTOS, Roberto A. O. Estabilidade e FGTS no Brasil: repercussões econômicas e sociais. In: ESTABILIDADE e Fundo de Garantia. São Paulo: LTR Editora, 1979. (Obra coletiva do Instituto de Direito Social).

Despedida arbitrária e tutela do emprego: mudanças requeridas. In: GONÇALVES, Nair Lemos; RÔMITA, Aílton Sayão, orgs. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTR Editora, 1983. (Homenagem a Evaristo de Moraes Filho).

⁴⁸ Sobre a formação do operariado na República Velha e o papel dos estrangeiros em seus movimentos, ver, entre outros: PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: *HISTÓRIA Geral da Civilização Brasileira*, v. 2, capítulo IV, nota 43. (Obra coletiva).

sasse a abranger também as empresas do comércio e da indústria. Mas Collor resistiu a essa providência. Em suas palavras: *Por proposta minha, prevaleceu a orientação de não se tornar extensivo a empresas industriais e comerciais o âmbito da lei em estudos (...) Prevaleceu, assim, a orientação, por sem dúvida baseada nos melhores motivos de natureza técnica, de elaborar-se, por ora, apenas uma lei de assistência e previdência sociais para os empregados de empresas de serviços públicos* (entendidos neste conceito, também, os concessionários particulares de serviços industriais de utilidade pública). Ao mesmo tempo, ele assumiu o compromisso de designar uma comissão de estudos para a concepção do regime de seguro social extensivo a todos os empregados industriais e comerciais (cf. Exposição de Motivos de 23 de setembro de 1931). Já não foi ele, no entanto, o autor dos projetos dos Institutos de Aposentadorias e Pensões posteriormente criados.

Uma análise técnica do regime previdenciário implantado escaparia aos propósitos deste trabalho. Também iria além dele argüir se a decisão de estatizar a administração dos seguros sociais do pessoal de empresas privadas, em vez de reservar para o Estado (contribuinte) uma tarefa fiscalizadora, teria sido a melhor. Esta última é uma pergunta certamente nova, para colocar em face de um Estado de Bem-Estar Social que se tornou demasiado poderoso e que precisa pensar em sua própria desconcentração, devolvendo aos diretamente interessados a administração de seus assuntos vitais.

As observações precedentes confirmam a forte dose de autoritarismo da legislação social dos anos 1930/32, especialmente na esfera do Direito Coletivo do Trabalho, mas também na do processo geral de concepção e imposição das novas regras, autoritarismo esse do tipo *Ideologia de Estado*, com destaque para a pretensão de reorganizar corporativamente a sociedade sob comando de um Poder Público centralizador e cesarista. Seria, porém, Collor o exclusivo responsável por essas marcas do re-

gime jurídico trabalhista nacional naquele período?

A convergência doutrinária dos assessores do Ministro

Em verdade, Collor não estava só ao abraçar um programa autoritário-corporativo para o Ministério do Trabalho. As origens do corporativismo eram antigas entre nós e mais antigas ainda na Europa, onde lançava raízes no corporativismo católico do final do século XIX e no chamado profascismo anterior a 1910 (Lamounier). Evaristo de Moraes, um dos mais prestigiosos colaboradores do Ministro, era socialista reformista, mas de uma corrente centralista que reunira vários militantes em torno da revista *Clarté* entre 1921 e 1922. Originariamente, *Clarté* era um movimento francês sob liderança de Henri Barbusse e que se propagou, por breve tempo, a América Latina. No Brasil, estiveram à frente dele Nicanor Nascimento e Maurício de Lacerda, além do próprio Evaristo de Moraes, Everardo Dias, Joaquim Pimenta, Antônio Correia da Silva, Francisco Alexandre, Agripino Nazareth e Afonso Schmidt. Na primeira declaração oficial do grupo, o Estado era saudado como *concentração das forças sociais para o bem comum*. Em outra declaração, em que o *Clarté* do Brasil aproveitava as formulações do socialista argentino José Ingenieros, *os brasileiros modificaram o programa argentino, entretanto, retirando quase tudo que pudesse parecer mais ousado de uma proposta já não particularmente militante ou revolucionária, tornando-a mais estatizante e ainda mais reformista*.⁴⁹ Alguns membros do grupo admira-

⁴⁹ HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo *Clarté* no Brasil: da revolução nos espíritos ao Ministério do Trabalho. In: PRADO, Antônio Amori, org. *Libertários no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 270.

Alude também ao grupo *Clarté* em: MORAES FILHO, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados: Editora da Univ. de Brasília, [1981?]. p. 27.

É no prefácio à obra de: MORAES, Evaristo de. *Apostamentos de Direito Operário*. São Paulo: UR Editora: Edusp, 1971. p. XV. (Edição original de 1905).

vam a então recente experiência do Estado soviético, pela criação de *um governo técnico, científico... e sua conjugação formidavelmente centralizada*, ou aderiam às propostas *modernizantes* e autoritárias do movimento dos tenentes. Não deve, portanto, causar estranheza a estreita cooperação de uma equipe de socialistas e um representante da oligarquia, num momento particular, em que os reunia a fé no papel reestruturador do Estado forte, apto a legislar sem parlamento e sem referendo popular, e a disposição de promover mudanças distributivas em nome da *revolução* recente.

Do ponto de vista do Ministro, nomes como os de Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta e Agripino Nazareth não só contribuíam para conferir certa legitimidade ao Ministério entre as esquerdas e maior confiabilidade entre os intelectuais, como lhe punham à disposição a vasta experiência técnica de que carecia para implementar seus planos de modo bem-sucedido. Por outro lado, a colaboração de socialistas partidários de um Estado francamente intervencionista e hostil às instituições democráticas tendia a reforçar os fundamentos da ideologia de Estado de Collor, na medida em que vinha ao encontro de suas idéias comleonas de autoridade e ordem, sem contradizer o ideal positivista da *incorporação do proletariado à sociedade ocidental*. Assim, o esquema de reformas de inegável importância prática, mas processadas de maneira estritamente calibrada e sob controle do Estado, marcharia muito melhor.

Outras versões da imagem política de Collor

A análise política mais informativa e provavelmente mais completa até agora disponível sobre a ação de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho é a de Rosa Maria Barboza de Araújo, *O Batismo do Trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Sua abordagem realiza-se mediante desagregação prévia dos vários

aspectos envolvidos no discurso do Ministro e na legislação trabalhista editada em sua gestão ou por ele aprovada antes do pedido de demissão que marcou sua ruptura com Getúlio Vargas em março de 1932. Dado o grau de detalhamento da pesquisa, a autora se vê a braços com situações reciprocamente contrastantes, quer no pensamento do Ministro, quer nos resultados da legislação social dos trabalhadores. Assim, por exemplo, o contraste entre a pregação de forte intervencionismo do Estado e a defesa da liberdade de pensamento ou a concessão de certos direitos do trabalhador e a manipulação da classe trabalhadora. Prefere, por isso, recorrer a modelos dualísticos de interpretação: no domínio intelectual, atribui as propostas de Collor à *dualidade de seu pensamento liberal/intervencionista*; no domínio dos efeitos da legislação, acredita que se devam avaliar *custos e benefícios* dos trabalhadores, que em sua opinião reconheciam no Ministério do Trabalho *o duplo poder de controle e conquista de seus direitos*.⁵⁰ Invoca também a perspectiva de Werneck Vianna, segundo a qual, a legislação trabalhista do pré-35 obedecia a uma combinação de coerção e manipulação do consenso. E conclui que *a classe trabalhadora não foi apenas utilizada como "massa de manobra" para servir aos interesses da classe dominante. As classes populares, ainda que manipuladas, tiveram algumas de suas aspirações atendidas e foram consolidadas medidas de proteção ao trabalho há muito reivindicadas*.⁵¹

A posição de Rosa Maria Barboza de Araújo, apesar do discernimento da autora e dos inegáveis méritos de sua pesquisa, não me parece tão explicativa quanto à resultante da aplicação da tipologia de Debrun, adotada neste trabalho. O critério de custos/benefícios tem um

⁵⁰ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. Op. cit., p. 97, nota 35.

⁵¹ *Ibidem*, p. 161.

sentido pragmático só validável quando (a) há combinações alternativas de benefício e custo para o interessado escolher e (b) a opção entre as várias combinações é reservada a quem suporta os custos, e não a outro agente que impõe de fora e de cima a solução. No caso, o operariado que suportava os custos sociais (à parte certo encarecimento da folha de salários das empresas) não era convocado a escolher entre as várias soluções alternativas para a legislação social (inclusive na área do direito agrário, direito sindical, direito de greve, direitos trabalhistas individuais etc.). Logo, o critério mais explicativo, aí, seria o implícito na tipologia de Debrun - o da profundidade das medidas quanto à alteração das bases estruturais do poder, envolvendo no caso, pelo menos, a revisão da propriedade da terra e das relações de trabalho no campo, com o enfraquecimento real da autoridade das oligarquias, bem como a liberdade do movimento sindical, necessária ao advento de um regime de contratação coletiva autônoma e de progressivo mas efetivo reconhecimento da greve como direito. Tal profundidade não houve. As reformas, como assinalou Evaristo de Moraes Filho, foram de superfície.

Quanto à dualidade interna que se verificaria no pensamento de Collor, nessa leitura de sua contribuição sugere, ao contrário, um pensamento em contínua evolução, é certo, mas bastante harmonioso, bem-integrado e consistente consigo mesmo, em cada fase considerada. O liberalismo de algumas de suas posições políticas à época do Governo Provisório (e ainda mais forte em seus últimos anos), em particular no que se refere à liberdade de pensamento, era compatível com seu conceito autoritário de ordem, dentro da lógica do sistema conteano. Como também podia digerir, tranquilamente, a idéia paternalista da *incorporação do proletariado na sociedade ocidental* e toda espécie de concepção de direitos individuais e coletivos do trabalho reconhecidos pela legislação dos anos 30.

Diversa da visão de Rosa Maria Barboza de Araújo é a do operário e escritor Everardo Dias, contemporâneo dos acontecimentos. No seu livro, *História das Lutas Sociais no Brasil*, que tem o valor de um depoimento, expõe o autor sua versão sobre o Ministério Collor: *O governo não se julgava seguro e a agitação social tinha para ele um caráter que se podia transformar em levante armado. Não podia consentir no reagrupamento sindical dos trabalhadores, o que representava perigo mortal a seu domínio, pois via na bandeira flocada por Prestes, ao Sul, um iminente surto revolucionário (...). Tratou, então, de criar um novo Ministério - o do Trabalho - ao qual caberia a tarefa de engambelar os trabalhadores com a aplicação da legislação trabalhista, que já existia desde 1927, sendo cumprida apenas por algumas empresas, entre essas poucas a E. Ferro Sorocabana, que vinha dando férias a seus empregados desde esse ano (...). Foi então nomeado para essa função um elemento que nunca, nos longos anos em que foi deputado federal, tinha se preocupado com esses problemas, nunca dera um simples aparte pró ou contra nos debates acalorados provocados por esse assunto: o Sr. Lindolfo Collor. Aliás, posso dizer, sem temer contestação: os ocupantes do Ministério do Trabalho nos períodos Getúlio e Dutra não passaram de autênticas nulidades nessa matéria que lhes foi confiada. (...) Felizmente, para compor o quadro de técnicos foi nomeado um pugilo de elementos capacitados e valiosos, aproveitados do Departamento Nacional do Trabalho, os quais interpretaram as leis anteriores votadas e organizaram a regulamentação adequada às circunstâncias.*⁵²

Segundo Everardo Dias, a classe operária repudiava o Ministro, e assim o demonstrara, por exemplo, na reunião

⁵² DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962. p. 178-9. Os elementos capacitados a que ele se refere eram certamente seus antigos companheiros do grupo Cibraté.

havida na Associação das Classes Laboriosas em São Paulo. Conta que Collor iniciou seu discurso, *mas, logo às primeiras afirmações, ditas em tom doutoral, a respeito das medidas trabalhistas que iam ser aplicadas, começaram a chover os apartes e a receber assertivas contrárias que eram verdadeiros desmentidos àquilo que afirmava. O ministro entrou a reconhecer erros de datas, emendar acontecimentos, corrigir fatos, tentar dissuadir com truques de pedante oratória, que não havia propriamente questão social no Brasil, entrando pelos meandros escabrosos e ingratos da encíclica "Rerum Novarum" e da proteção aos trabalhadores dispensada pelo industrialismo, sentenciando que "já era tempo de substituirmos o velho e negativo conflito de luta de classes pelo conceito novo, construtor e orgânico, da colaboração de classes".* *Aí, os revides dos apartes tomaram forma incisiva e sarcástica, deixando o ministro gaguejante e desorientado. A claqué salvou a situação, tomando atitude ofensiva contra a massa da assistência, uma vaia colossal irrompeu no salão e a reunião acabou com o desembainhar de sabres pela soldadesca e o espancamento dos menos afoitos em fugir, enquanto o pano de boca descia rápido, escondendo o Ministro e sua camarilha (...)* *Essa, a primeira prova de fogo do trabalhismo aplicado pelo Sr. Getúlio Vargas. Daí por diante, o acirramento foi mais intenso e declarado. As antigas disposições dos acordos de Washington sobre as bases de duração do trabalho, férias anuais, emprego de menores, assistência à mulher grávida e gestante continuaram a não ser cumpridas. Se alguma greve irrompia, como explosão de indignação malcontida, a polícia encarregava-se de fazê-la abortar através de seus meios de repressão: chanfallo, bala, gabinete de investigações, presídios da Liberdade e do Paraíso e depois seguida de expulsão do país dos elementos marcados, mesmo que fossem brasileiros natos.*⁵³

Mais que um juízo individual sobre

Collor, a imagem que o líder operário transmite do Ministro mergulha raízes na revolta contra um Estado que pregava a paz nos discursos, mas enviava a polícia como instrumento de coerção e, de acordo com o autor, até de eliminação dos membros mais conscientes e ativos do proletariado.

De outro contemporâneo, Virgínio Santa Rosa, é a terceira das especulações sobre Collor distintas da nossa. Foi ele o primeiro autor a empreender uma análise da Revolução de 1930, usando como pano de fundo, o que se poderia considerar uma sociologia das classes. Seu ponto de vista assumido é o do tenentismo. Conforme seu clássico livro, antes da Revolução de 30 o desenvolvimento comercial e industrial do Brasil permitira já a diferenciação de funções e cargos - de funcionários administrativos, empregados do comércio, o *proletariado dos campos e das fábricas*, que, dada a baixa complexidade do sistema econômico, ter-se-iam reunido numa *única classe, a pequena burguesia*, ou seja, segundo o autor, a *classe média e os párias quase inconscientes dos campos*; os tenentes, saídos principalmente da classe média, são vistos como cavaleiros dos interesses das camadas oprimidas contra os senhores de terras e a burguesia industrial e comercial; a Aliança Liberal, ditada por motivos políticos temporários, formara-se em verdade de duas correntes extremas e antagônicas, as quais se haviam separado outra vez logo após o triunfo de outubro de 30 e passaram a disputar a hegemonia dentro do governo provisório.

⁵³ DIAS, Everardo. Op. cit., p. 180-1, 184. O autor alude a uma circular confidencial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, de 19 de janeiro de 1932, com o seguinte teor: Queiram V. Sas. notar que a Delegacia de Ordem Social destacou para as fábricas desta cidade "grande número de agentes, investidos de missão especial". As fábricas onde estiverem em serviço estes auxiliares da polícia devem alimentá-los e alojá-los comodamente, para maior eficiência do trabalho que estão realizando.

Santa Rosa vê em Lindolfo Collor um dos homens da oligarquia gaúcha no governo de Getúlio Vargas - este também um elemento de raiz oligárquica, porém mais sensível no entender do autor. *Até aquela data (da vaia em São Paulo), tudo que saíra da pasta do Sr. Collor trazia o signo criminoso da incharacterística e imperfeição. A sua obra era eclética, cinzenta, privada de seiva vital. Homem sem convicções firmadas, político sem orientação social definida, legou-nos somente leis precárias e defeituosas, próprias a aguçar os instintos de poderio e revolta do proletário sem, ao menos, tentar saciá-los. S. Exa., bom moço, vestindo boas roupas, desejava ardentemente a simpatia dos homens rudes do trabalho sem, contudo, ousar desgostar os magnatas da indústria e do comércio.*⁵⁴

A interpretação de Santa Rosa, apesar de exata quanto à ambigüidade da política social do Ministério - decorrente do papel bonapartista (supraclássica) em que o governo se investira - invade o âmbito das apreciações subjetivas, e o faz apressadamente, ensejando dúvidas e controvérsias. Ademais, indica *falta de orientação social definida* de Collor enquanto político, o que já vimos não ser correto: Collor tinha orientação definida em ampla e suficiente gama de assuntos sociais, orientação essa radicada num corpo teórico também definido, o positivismo comteano, inclusive desdobrada em várias diretrizes sociais gerais. Faltava-lhe, é certo, o conhecimento profissional do Direito (não se graduara em Direito), mas ele nunca escondeu não ser um especialista em problemas do trabalho. Seu comportamento *pendular* (Evaristo) não parece ter decorrido de *falta de orientação*, e sim da enorme dificuldade de levar à prática uma doutrina tão irrealista quanto a de que a *luta de classes* está superada.

O resultado, continuava Santa Rosa, *foi essa legislação social insignificante, inútil e criminosa, que vai levantando tantos protestos e reclamações por toda parte... Assim, essa curta gestão*

*no Ministério do Trabalho, focalizando de maneira incompleta os problemas sociais brasileiros, só veio revelar ao nosso operariado muitos dos direitos que lhe eram desconhecidos. Despertou-se um grupo de homens que viviam adormecidos e que, agora, escudados na justiça de suas pretensões, irão exigir um padrão de vida superior. Essa dubiedade de atitudes do Sr. Collor começou a atrair os olhares e atenções dos tenentes. A nova pasta estava destinada a servir de pomo de discórdia entre os agrupamentos rivais. À proporção que se firmavam os pendores dos novos elementos, pelas transformações de cunho acentuadamente social, o abismo crescia entre as duas correntes que apoiavam o Sr. Getúlio Vargas. E a pasta do Trabalho, graças à delicada função construtiva que lhe fora imposta, aparecia como pára-choques em todas as divergências e conflitos... Não tardou um embate violento, ao ser promulgada a lei de sindicalização.*⁵⁵

Passemos por cima da adjetivação agressiva, da *legislação criminosa* etc., que denota antes a inclinação de Santa Rosa a partilhar da hostilidade de vários tenentes a Collor, desde a repercussão do artigo deste na década de 20 condenando as quarteladas e levantes tenentistas (*Pela ordem*). E retenhamos de suas observações a que confere uma função táctica importante ao Ministério do Trabalho. Com efeito, ali desembocavam as tensões de uma sociedade em ebulição e atormentada além de tudo pela crise econômica mundial e seus reflexos nacionais. Poderia ter cabido ao Ministério canalizar as tensões para modificações decisivas no sistema produtivo e institucional. Mas a *chance* foi perdida pelos que se autodenominavam revolucionários. Em 1933, Santa Rosa teve a lucidez de sugerir a reforma agrária, que reputava *indispensável e inadiável para a con-*

⁵⁴ SANTA ROSA, Virgílio. Op. cit., p. 66, nota 10.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 67.

*solidação definitiva das conquistas sociais da Revolução de Outubro, no sentido da perfeita expressão política das classes médias.*⁵⁶ O adiamento da reforma agrária, ainda sem efetivação após quase sessenta anos, era o mais óbvio a esperar numa situação em que os proprietários de terra estavam tão bem representados no governo⁵⁷ e tinha que levar as *conquistas sociais* da Revolução ao quase total fracasso de que até hoje se ressentente a sociedade civil brasileira.

Numa perspectiva de todo oposta às apontadas acima, Vianna Moog traça de Collor, com o talento de primoroso artista da palavra e da lembrança, um retrato de cores vivas e comoventes, no discurso de posse da cadeira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Lindolfo Collor e a questão social no Brasil*. No que toca à obra política do homenageado, sua conclusão é significativa: *A não ser José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, que em quase idêntico período construiu um Império, nenhum outro brasileiro levou a termo obra mais monumental em tão curto prazo.*⁵⁸ Mas o próprio Vianna Moog não oculta sua antiga filiação ao partido de Borges de Medeiros, numa época em que, adolescente, Collor constituiu para ele um ídolo cultuado, cujos artigos no jornal borgista *A Federação* se haviam convertido no seu habitual *evangelho de civismo*.

Essa afinidade doutrinária e simpatia afetiva pelo biografado seguramente influem na qualidade da avaliação política. Mas, para além dos adjetivos e comparações grandiloquentes, há que reconhecer que Collor quis de fato realizar em bases sérias a obra que idealizava e presumivelmente julgava possível: a coordenação e pacificação dos interesses de classes mediante a desconstituição estatal dos conflitos pela lei. É o que se depreende de certas informações de Rosa Maria Barboza de Araújo.

Contudo, a firme política de *conciliação* apoiada na *ideologia de Estado* (seção 3), não permitia ampliar o hori-



Foto extraída do livro de REALE, Edo. *Lindolfo Collor, uma vida dedicada à questão social no Brasil*. São Paulo, OBA Arbet Graficat, 1997.

Collor após o exílio, em entrevista no ano de sua morte

zonte das reformas sociais, levando as propostas legais a se autolimitarem, na medida mesmo em que o poder central se fortalecia. O Estado Novo conduziu ao paroxismo essa ideologia, desalojou

⁵⁶ SANTA ROSA, Virginia. Op. cit., p. 124.

⁵⁷ Já na distribuição dos ministérios, as oligarquias regionais que formaram a Aliança Liberal vão garantir seu poder ocupando a maioria das pastas [...] Todas as componentes da "Geração de 1907" tinham atuado no Partido Republicano Rio-Grandense e, à exceção de Collor, eram advogados. Quase todos eram filhos ou parentes próximos de "coronéis" e provinham de famílias de fazendeiros. ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. Op. cit., p. 53-5.

Um registro análogo no artigo de: BRUM, Hélio de Almeida. Lindolfo Collor: perfil de uma vida. In: Carta Mensal do Conselho Técnico da Conf. Nac. do Comércio, v. 35, n. 412, jul. 1989.

⁵⁸ MOOG, Vianna. *Lindolfo Collor e a questão social no Brasil*, p. 44. Discurso a 16 nov. 1977, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (cópia). Hélio de Almeida Brum, pela ligação regional e a irrestrita admiração pessoal por Collor, demonstradas no trabalho citado (nota 57), merece figurar ao lado de Moog.

a Constituição e o sistema de equilíbrio de forças por ela criado, tornou deliberadamente clara a absorção do sindicato pelo Estado, reconcentrou o poder na burocracia e instalou a ditadura aberta, a repressão doutrinária e a perseguição pessoal dos adversários políticos. A essa altura, Lindolfo Collor já era um adversário do regime, foi procurado, preso e exilado. De algum modo, no entanto, ele estava sendo vítima do monstro que ajudara a produzir nos laboratórios da Revolução de 30, pois, como diz Leôncio Martins Rodrigues, *as práticas corporativas não surgiram em 1957 com a implantação de um regime autoritário. Esse aspecto nem sempre é levado em consideração. Uma vez que a CLT foi promulgada durante o Estado Novo, tende-se a esquecer que as tendências corporativas e as medidas relacionadas com o controle governamental das associações operárias são anteriores. Elas foram implementadas a partir da vitória de Vargas por um grupo de intelectuais que iria dar origem a uma de nossas primeiras formações tecnocráticas. Fora de qualquer controle partidário ou legislativo, e com amplos poderes, o grupo que viria a assessorar o novo ministro, Lindolfo Collor (paradoxalmente um representante da oligarquia gaúcha) reunia intelectuais, políticos, jornalistas e advogados com um passado de atividade de lutas sindicais e de defesa dos trabalhadores.*⁵⁹

Comentário final

Os estudos de biografia política inspirados na perspectiva estrutural - que dão preeminência aos fatores sociais nos acontecimentos políticos - devem renunciar de antemão à análise de personalidade que, apesar de também legítima, põe a tônica no exame de motivações pessoais. Mesmo assim, suscitam freqüentemente a tentação de considerar os biografados à luz de um critério qualquer de avaliação de personalidade. Os próprios leitores tendem à expectati-

va de um *juízo histórico* proferido pelo autor como se fora sua sentença final sobre os personagens estudados. No presente caso, dada a natureza introdutória do artigo e o limite das informações nele reunidas, convém não ceder à tentação e permanecer fiel ao seu propósito inicial. Está longe das possibilidades do trabalho aquilo que seria talvez o ideal de um estudo historiográfico: não se auto-restringir, passar de uma modalidade de perspectiva a outra, visando a uma síntese entre o pessoal e o social, capaz de fornecer pistas metodicamente estabelecidas sobre a motivação *integral* dos atos políticos.

Assim é que nos parece válido, quanto a Lindolfo Collor, registrar duas notas relativas ao caráter, suficientemente documentadas por depoimentos contemporâneos: a coragem moral e o desprendimento pessoal. Ambas tiveram inegável reflexo político-social e lhe foram importantes, primeiramente, para afastar-se do Governo Provisório em defesa da liberdade de imprensa e logo enfrentá-lo na revolta constitucionalista de 1932; depois, para o confronto com o Estado Novo e os padecimentos da prisão e do exílio, mas foram igualmente importantes como testemunho do potencial de grandeza do espírito humano - o que encerra um significado histórico autônomo.

Haveria talvez um terceiro traço a observar na personalidade de Collor que, a despeito de menos documentado (ou menos mencionado), sensibiliza seu leitor. Era uma capacidade pessoal de aderir aos princípios com convicção e ao mesmo tempo sem imobilismo. É impossível dizer até que ponto sua fé dos anos 20 e 30 no autoritarismo político se modificou com a experiência da luta contra o regime getuliano e a crescente simpatia pela democracia norte-americana

⁵⁹ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos*. São Paulo: Ática, 1990. p. 46-76. [Capítulo: O sindicalismo corporativo no Brasil. A citação é da p. 50].

ao longo da Segunda Guerra, mas com certeza passou por profunda mudança na direção do liberalismo, um liberalismo de linha intervencionista, rooseveltiano - ou keynesiano, como diríamos hoje.

Sua aversão ao nazismo e sua pregação para que o Brasil formasse junto com os aliados fazem supor que seu intervencionismo não transpunha certas fronteiras e comportava boa dose de autocontenção do Estado. Não consta que essa evolução tenha resultado em revisão de seu ideário trabalhista do período de 1930-32. Aparentemente, ele continuou, nesse ponto fundamental, completamente fiel aos conteúdos do pensamento coletivo de sua classe. Considerando as dotações de independência de seu espírito, o fato vale por uma sugestão do quanto é difícil pressentirmos a atuação da ideologia em nosso interior.

Hoje, o corporativismo brasileiro mudou bastante. Com a nova Constituição (5/10/88), o sindicato ganhou auto-

nomia jurídica em relação ao Poder Público, de maneira que a ideologia corporativista parece estar se diferenciando em relação à *ideologia de Estado* (Lamou-nier). Uma de suas possibilidades, entre outras muito menos otimistas, é que se venha a aproximar do tipo de organização social de alguns países de capitalismo avançado de *welfare-state*, também rotulada, com variação de sentido, de corporativismo. Mas durante mais de meio século o corporativismo introduzido por Lindolfo Collor sobreviveu nas mais distintas circunstâncias políticas; resistiu à Constituinte de 1946, onde até os comunistas o apoiaram, foi reforçado pelos governos militares pós-64 e ultrapassou a Constituição de 1988.⁶⁰ Sua estranha mas ampla aceitação social - cujo registro se impõe, sem que signifique aprovação - indica que a antiga fórmula de Collor está hoje adicionada de novos ingredientes mercedores de estudo específico, já que pode encerrar surpresas para o nosso futuro. Isto, porém, requer outro trabalho.

⁶⁰ RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. cit., nota 69.

A Abolição da Escravidão como Etapa Fundamental da
Transformação Burguesa do Estado no Brasil

Décio Saes

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-Unicamp

A problemática dominante
na análise do ato estatal
(abolição) de 1888

Dentre os historiadores e cientistas sociais que têm abordado o episódio da Abolição (1888), a maioria tem sido orientada, nessa abordagem, por uma mesma pergunta-chave: o ato estatal que decretou, a 13 de maio de 1888, a extinção da escravidão, foi ou não decisivo para a cessação do trabalho escravo no país?

Detectar a presença dessa pergunta na maioria dos trabalhos que abordam o episódio da Abolição não implica, entretanto, em sustentar que ela só comporta uma única resposta. Uma vez formulada uma questão qualquer, está logicamente colocada a possibilidade de respostas divergentes. Ora, é justamente a proposição de *respostas diferentes a uma mesma pergunta* - a pergunta-chave acima mencionada - o elemento diferenciador da maior parte das análises até agora empreendidas sobre o episódio da Abolição. Tais análises podem ser classificadas em dois grandes grupos, correspondentes a duas grandes linhas de resposta àquela mesma pergunta-chave.

A primeira linha propõe uma *resposta positiva* à questão-chave, sustentando que o ato estatal decretador da extinção da escravidão (1888) foi decisivo para a cessação do trabalho escravo. A segunda linha propõe uma *resposta negativa* à questão-chave, sustentando que tal ato foi tão somente um episódio

superficial e secundário de um processo, já em curso, de cessação progressiva do trabalho escravo (o que significa que a cessação total do trabalho escravo ocorreria de qualquer maneira, independentemente da decretação oficial da Abolição).

Não pretendemos analisar estas duas grandes linhas de resposta, nem as variações possíveis dentro de cada uma delas. Nosso objetivo, aqui, é desenvolver uma reflexão crítica *sobre a própria pergunta*. E o ponto de partida desta reflexão é, por sua vez, uma outra interrogação: a pergunta acerca do caráter decisivo, ou não, do ato estatal de 13/5/1888 para a cessação do trabalho escravo é a única questão que se deve formular a propósito do episódio da Abolição?

Antes de darmos nossa resposta a esta questão, convém esclarecermos que a maioria dos analistas se comporta, em termos práticos (isto é, no terreno da análise histórica), como se tal questão fosse a única pergunta cabível no caso em pauta. Isto significa que a maioria dos analistas se preocupa, basicamente, em investigar o lugar da Abolição no processo de cessação do trabalho escravo e não se interroga sobre outros efeitos e dimensões possíveis desse episódio. Pode-se, portanto, concluir que a sua perspectiva de análise do episódio da Abolição é *economicista e reducionista*.

Na verdade, a análise do episódio da Abolição não pode se destinar exclusivamente a caracterizar os efeitos do ato estatal de 1888 sobre o trabalho esca-

vo (liquidação, ou não, dessa forma de trabalho); ela deve também propiciar a caracterização dos efeitos *políticos* desse ato.

É preciso, portanto, que o analista do episódio da Abolição agregue à pergunta *clássica* uma nova pergunta: qual terá sido a repercussão propriamente política do ato estatal decretador da extinção da escravidão? Como já sugerimos anteriormente, a presença dessa segunda pergunta não tem sido freqüente na bibliografia sobre o assunto. Todavia, é indispensável reconhecer que um economista e historiador da economia como Celso Furtado soube afastar-se da perspectiva economicista-reducionista na análise do episódio da Abolição. Em *Formação Econômica do Brasil*, esse autor coroa a sua análise acerca das repercussões da Abolição com a seguinte conclusão:

Observada a Abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que a mesma constituiu uma medida de caráter mais político que econômico.¹

Também Barrington Moore se interroga, na análise do processo norte-americano de Abolição da Escravidão, sobre a repercussão especificamente política de um ato estatal (aquele assinado pelo Presidente Lincoln) de decretação da Abolição. Diz esse autor no monumental *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*:

A abolição da escravidão foi um episódio decisivo da luta; pelo menos tão decisivo quanto a abolição da monarquia absoluta na França e na Inglaterra, a condição prévia dos progressos ulteriores. Como na França e na Inglaterra, os principais resultados da Guerra de Secessão foram políticos no sentido amplo do termo.²

Impõe-se valorizar a preocupação de autores como Furtado ou Moore em caracterizar a Abolição da Escravidão, no Brasil ou nos Estados Unidos, como um *fato político*, mesmo quando não se encampa inteiramente a caracterização que

um e outro empreendem da ação estatal abolicionista nos seus respectivos países. Advirta-se, ao mesmo tempo, que preocupar-se com a dimensão política - num sentido estrito - da Abolição não implica em desconsiderar a questão do seu lugar no processo de cessação do trabalho escravo. Por isso mesmo, devemos, antes de enfrentarmos em nossos próprios termos a nova pergunta, dar uma resposta a essa questão clássica da bibliografia sobre Abolição no Brasil.

O ato estatal abolicionista de 1888 ocupa um lugar definido no processo de cessação do trabalho escravo. A escassez crescente de escravos em escala nacional, decorrente de fatores como: a abolição do tráfico internacional de escravos, a elevada taxa de mortalidade entre os escravos e as fugas crescentes de escravos rurais, obrigou, de fato, os fazendeiros escravistas a procederem, no século XIX, à *complementação* do trabalho escravo com o trabalho do elemento não-escravo.³ Todavia, reconhecer que essa tendência emerge bem antes da abolição *oficial* não implica, de modo algum, em negar que o ato estatal abolicionista tenha tido um papel importante no processo geral de cessação do trabalho escravo. A medida estatal de 1888 desescraviza um contingente populacional considerável: 725 mil ao todo, dos quais 107 mil sediados em São Paulo,

¹ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 162.

² MOORE, Barrington. *Les origines sociales de la dictature et de la démocratie*. Paris: Maspero, 1969. p. 133. A tradução da passagem citada é nossa.

³ Por elemento não-escravo não se entenda, aqui, trabalhador livre. Nas áreas escravistas em declínio (exemplo: certas sub-regiões do Nordeste), recorreu-se, na substituição do trabalhador escravo, ao elemento nacional; nas áreas escravistas em expansão (exemplo: o Oeste cafeeiro paulista), complementou-se o trabalho do escravo com o trabalho do imigrante. Mas, em ambas as áreas, não foi o trabalho assalariado que se difundiu, e sim, formas de trabalho predominantemente servis [o morador, o agregado, o colono da primeira fase].

162 mil na Província do Rio de Janeiro e 192 mil em Minas Gerais.⁴

Isso significa que, no plano das relações de produção, o ato estatal abolicionista não deve ser visto como o fato gerador da difusão do trabalho dependente não-escravo na economia agrária brasileira e também não deve ser encarado, por outro lado, como uma mera *transcrição jurídica* de um processo substitutivo - passagem do trabalho escravo ao trabalho não-escravo - já integralizado no plano econômico. Nesse plano específico, o episódio da Abolição define-se como o *ponto intermediário* do processo de substituição, na economia agrária brasileira, do trabalho escravo pelo trabalho dependente não-escravo.

A Abolição da Escravidão como etapa fundamental da transformação burguesa do Estado no Brasil

O episódio da Abolição, porém, não se limita a ocupar um lugar importante no processo de cessação do trabalho escravo; ele apresenta, também, uma dimensão político-institucional, que nos incumbe qualificar agora.

O ato estatal abolicionista configura-se, objetivamente, como um ato político de desorganização (ou desestruturação) de um tipo histórico de Estado - o Estado escravista moderno - e, conseqüentemente, como o elemento detonador de um processo de reorganização (ou reestruturação) do Estado, no Brasil, em termos burgueses. Em suma, a Abolição delinea-se, simultaneamente, como ação destruidora do Estado escravista moderno e como ação instauradora do Estado burguês.⁵

Passemos à demonstração da tese acima enunciada. No terreno especificamente jurídico, a Abolição implicou a anulação do chamado *Código Negro*: as notas de rodapé anexas À Consolidação das Leis Civis, elaborada no período imperial por Teixeira de Freitas. Tais notas constituíam a súmula do direito escravis-

ta, na medida em que classificavam os homens vivendo na formação social brasileira em duas ordens: as *pessoas* (eram os homens livres que não podiam se constituir em objeto de propriedade) e as *coisas* (eram os escravos que se constituíam em objeto de propriedade, podendo ser vendidos, alugados, emprestados, hipotecados etc.). A despeito de sua aparência marginal - as suas normas estando dispostas em meras notas de rodapé - o *Código Negro* foi a verdadeira base jurídica sobre a qual se erigiu todo o direito privado imperial, tanto o direito civil como o direito comercial. E foi esse direito privado escravista, e não a Constituição imperial de 1824, a *lei fundamental* dentro da formação social brasileira de 1888, assim como o direito privado é a *lei fundamental* em qualquer formação social onde já se tenha produzido a diferenciação entre direito público e direito privado. A Constituição de 1824, tão louvada na historiografia conservadora pelo fato de silenciar sobre a escravidão, não passou de um aspecto secundário do direito imperial; por isso mesmo, o seu conteúdo de classe só poderá ser desvendado se a inteligência do texto constitucional for *precedida* pela leitura detalhada e minuciosa do direito privado imperial.

Voltemos ao episódio da Abolição. A anulação do *Código Negro* pelo ato estatal abolicionista equivale à revolucionarização imediata do direito privado imperial. A mera queda da distinção entre homens livres e escravos, bem como dos dispositivos nela assentados, converte - à falta de disposições em contrário - todos os homens, independentemente de

⁴ Dados extraídos do Relatório do Ministério da Agricultura, 14 maio 1888, p. 24. Citados por: CONRAD, Robert. *Os últimos anos do escravatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 359.

⁵ A tese que passamos a demonstrar se encontra exposta de modo detalhado e sistemático em nossa tese de livre-docência. Consultar: SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

sua posição no processo social de produção, em *sujeitos de direito*, igualmente dotados de capacidade jurídica em geral. Desde a Abolição, portanto, o direito privado brasileiro se configura como um direito burguês, isto é, como um conjunto de normas igualmente inspiradas no princípio da atribuição a todos os homens, independentemente de sua filiação de classe, da condição de sujeitos de direito. Toda elaboração jurídica posterior ao ato estatal de 1888 - por exemplo, a criação de um novo Código Civil em 1917 - constitui tão somente, qualquer que seja o seu papel na sistematização e formalização do direito brasileiro, um prolongamento lógico do processo prévio de reestruturação burguesa do direito privado.

Mas a transformação burguesa da estrutura jurídica não é a única consequência político-institucional da anulação do *Código Negro* pelo ato estatal abolicionista. A Abolição de 1888 também repercute no *modo de organização* do aparelho de Estado brasileiro, na medida em que ela inviabiliza a conservação dos critérios, abertamente particularistas e classistas, segundo os quais se organizava, até então, o aparelho de Estado imperial.

Nesse aparelho, os cargos burocráticos estavam expressamente reservados àqueles seres humanos detentores da condição jurídica de *homens livres*; quanto aos seres humanos detentores da condição jurídica de *coisas* (os escravos), era-lhes vetado o acesso a tais cargos.⁶ O recrutamento burocrático estatal tinha, portanto, um caráter socialmente limitado no período imperial.

Nesta comunicação, não pretendemos reexaminar essa característica, sobejamente conhecida; preferimos nos deter na análise das suas consequências ideológicas e político-institucionais. O caráter socialmente *fechado* e discriminatório do recrutamento burocrático estatal tinha, em primeiro lugar, uma consequência no plano da relação entre o Estado e as classes exploradas (traba-

lhadores escravos, camponeses). Estando em vigor tais práticas discriminatórias, o Estado imperial apresentava-se ostensivamente às classes exploradas como uma máquina a serviço das classes exploradoras; sua aparência só podia ser, portanto, uma aparência particularista, radicalmente contrastante com a aparência universalista peculiar a todo Estado burguês.

Mas a vigência das *restrições de classe* no recrutamento burocrático estatal tinha, também, uma consequência específica *dentro* do aparelho de Estado imperial: impedia uma efetiva burocratização, *em termos burgueses*,⁷ do aparelho estatal. Negando-se, por princípio, a possibilidade de certos homens - aqueles declarados *escravos* - acederem ao aparelho de Estado, tornavam-se inviáveis a apresentação da competência individual como critério de hierarquização dos funcionários, a despersonalização dos cargos burocráticos, a separação entre os recursos materiais privados de cada funcionário e os recursos materiais do Estado etc.

A esse respeito, observe-se que a emergência de conflitos políticos entre os novos Estados nacionais da América Latina e, mais especificamente, a eclosão da Guerra com o Paraguai, constituíram-se em poderosos fatores - *externos* - indutores da *profissionalização* de um ramo específico do aparelho de Estado imperial: as Forças Armadas. Todavia,

⁶ Aqui, referimo-nos especificamente aos cargos burocráticos, qualificados pelo atributo da responsabilidade formal, e não a toda e qualquer atividade desempenhada por conta do Estado imperial. Assim, muitos escravos trabalharam nos serviços públicos imperiais (exemplo: como varedeiros, faxineiros etc.), sem serem funcionários de Estado.

⁷ Essa burocratização, em termos burgueses, do aparelho de Estado corresponde à implantação daquilo que Nicos Poulantzas chama *burocratismo*. Sobre esse conceito, consultar: POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero, 1971. 2 v. Capítulo V do v. 2. Sur la bureaucratie et les élites, p. 153-193.

esse auxílio externo não foi aproveitado; a oficialidade do Exército pôde deflagrar, mas não logrou fazer avançar e integralizar o processo de *profissionalização* das Forças Armadas imperiais.

Tais fatos são bastante conhecidos. Para os nossos propósitos, é importante sublinhar que esse estancamento da *profissionalização* das Forças Armadas imperiais nada teve de fortuito. Enquanto persistisse a escravidão, o aparelho de Estado só poderia estar reservado aos seres humanos detentores da condição jurídica de *homens livres*, já que o eventual acesso de homens prestadores de trabalho compulsório a cargos estatais abriria a possibilidade de utilização destes para a liquidação do próprio regime de trabalho compulsório. Ora, vigorando esse *critério de ordem* no recrutamento burocrático imperial, tornava-se impossível a adoção oficial e formalizada de um critério radicalmente distinto: o critério da competência individual para o desempenho de tarefas burocráticas. Mais concretamente: o caráter particularista do recrutamento burocrático imperial desqualificava e desmoralizava qualquer tentativa de burocratização, em termos burgueses, de algum ramo do aparelho estatal. Entenda-se: como a oficialidade militar poderia lutar com seriedade e convicção pela estruturação de uma *burocracia competente*, se o Estado continuava negando um amplo contingente populacional - os escravos - o direito de pleitear um cargo no aparelho burocrático? Mantida essa restrição, a eventual adoção do critério impessoal e objetivo da competência por algum ramo do aparelho estatal permitiria, no máximo, que se declarasse os seus funcionários como os *mais competentes* (para o desempenho daquelas tarefas burocráticas) *dentre os homens livres*. Quando se leva em conta que a oficialidade das Forças Armadas imperiais teve a oportunidade de constatar, no próprio campo de batalha, a aptidão militar de muitos escravos e libertos, pode-se deduzir que esse reconheci-

to de competência burocrática em *círculo fechado* (isto é, na esfera limitada dos homens livres) apareceria aos olhos dos seus supostos beneficiários - os militares - como uma autêntica farsa.

Esta é, portanto, a razão sociológica profunda pela qual o grupo militar deixou de canalizar sua energia política para a luta pela profissionalização integral das Forças Armadas imperiais, preferindo deslocar-se, nas duas últimas décadas do Império, para o terreno revolucionário da luta pela Abolição da Escravidão (participação em clubes radicais ou abolicionistas, recusa ao desempenho de tarefas repressivas internas etc.). O conjunto da oficialidade militar pelo menos intuía aquilo que era claramente compreendido pela vanguarda intelectual do grupo militar: vale dizer, que a Abolição da Escravidão, enquanto anulação do *Código Negro* e revolucionarização do direito privado, tornaria inevitável a implantação de um novo critério formalizado de organização do aparelho de Estado. Caso o Estado passasse a reconhecer todos os homens como *sujeitos de direito* (isto é, *cidadãos*), não seria viável negar a alguns deles, *em função de sua posição no processo social de produção*, a possibilidade formal de pleitearem um cargo, civil ou militar, no aparelho de Estado. Abolida a escravidão, o Estado não poderia deixar de praticar um recrutamento *aberto* e de adotar oficialmente, no recrutamento e na promoção burocráticos, o critério da competência individual.

A observação histórica confirma, de resto, a efetividade dessa relação entre Abolição da Escravidão e reorganização do aparelho estatal. Com a Abolição em 1888, o Estado imperial entrou em colapso. Já não sendo um aparelho de Estado reservado aos *homens livres* (pois a Abolição tinha liquidado a distinção jurídica entre *homens livres* e *escravos*), ainda não operava explicitamente segundo um novo critério, distinto do *critério de ordem*. Esse colapso explica porque a Abolição foi rap-

idamente sucedida pelos episódios da Proclamação da República (1889) e da Assembléia Constituinte (1891).

Tais episódios têm sido, freqüentemente, encarados de um modo *superficial*; vale dizer, como momentos de um processo de mudança *do regime político* (entendidos como regimes políticos distintos a monarquia e o presidencialismo). Não pretendemos negar que, entre 1889 e 1891, tenha ocorrido no Brasil a passagem da monarquia ao presidencialismo; todavia, essa mudança institucional específica é apenas a dimensão mais superficial dos dois episódios mencionados. No processo de transformação política em curso, a Proclamação da República e a Assembléia Constituinte configuram o momento de ratificação/afirmação de um novo critério - implicitamente indicado no próprio ato estatal decretador da Abolição - de organização do aparelho de Estado. Esse critério é o que se segue: *podem ser funcionários todos os que forem cidadãos e são cidadãos todos os elementos nacionais, independentemente de sua condição social*. Assim, a Proclamação da República e a Assembléia Constituinte representam o coroamento do processo, iniciado com a Abolição da Escravidão, de transformação burguesa do Estado no Brasil.

Quando se considera esses três episódios como momentos de um processo unitário de revolucionarização da estrutura jurídico-política, deve-se conseqüentemente criticar certas teses difundidas pela historiografia tradicional. E muitas obras já clássicas, a Proclamação da República aparece como uma obra de fazendeiros escravistas ressentidos com o Monarca, em razão deste ter concedido a Abolição (é a tese do *ressentimento de classe*). Noutros trabalhos também clássicos, a queda da Monarquia é encarada como a conseqüência da indiferença geral, a partir da Abolição, com relação ao seu destino (é a tese do *vazio de poder*). Tais interpretações apresentam, a par de sua diversidade, algo em comum: elas estabelecem uma relação

mecânica e externa entre os episódios da Abolição, Proclamação da República e Assembléia Constituinte, fixando-os como *acontecimentos* isolados.

Um novo problema: quem dirige o processo de transformação burguesa do Estado no Brasil?

A definição da Abolição, da Proclamação da República e da Assembléia Constituinte como etapas de um processo único de transformação burguesa do Estado no Brasil coloca um *novo problema* ao pesquisador: que força social terá intuído a unidade existente entre metas políticas aparentemente autônomas, lutando desse modo para que o cumprimento de uma das metas políticas (Abolição) se desdobrasse na concretização das demais metas políticas (Proclamação da República, Assembléia Constituinte)? Que força social terá se lançado numa *revolução permanente por etapas*, empenhando-se em frustrar qualquer estancamento do processo de transformação política (interrupções ou recuos, teoricamente possíveis)?

Nesta comunicação, só podemos fornecer um esboço de resposta a essa pergunta.⁸ Tal força social foi aquela que:

a) lutou pela Abolição para resolver um problema do *branco*, e não do *negro*, ou melhor, um problema do *homem livre despossuído*, e não do *escravo*, isto é, lutou pela revalorização social do trabalho em geral como caminho (certamente áspero e inclinado) e para a valorização social do trabalhador não-manual em particular;

b) definiu a reorganização dita *republicana* do aparelho de Estado como um aspecto necessário desse processo global de valorização social do trabalhador não-manual, isto é, como a ratificação, pelo próprio Estado, do critério *meritocrático* (competência), sem a qual

⁸ Analisamos em detalhe este ponto em: SAES, Décio. Op. cit., capítulo 3, A transformação burguesa do Estado brasileiro (1888-1891), p. 285-317.

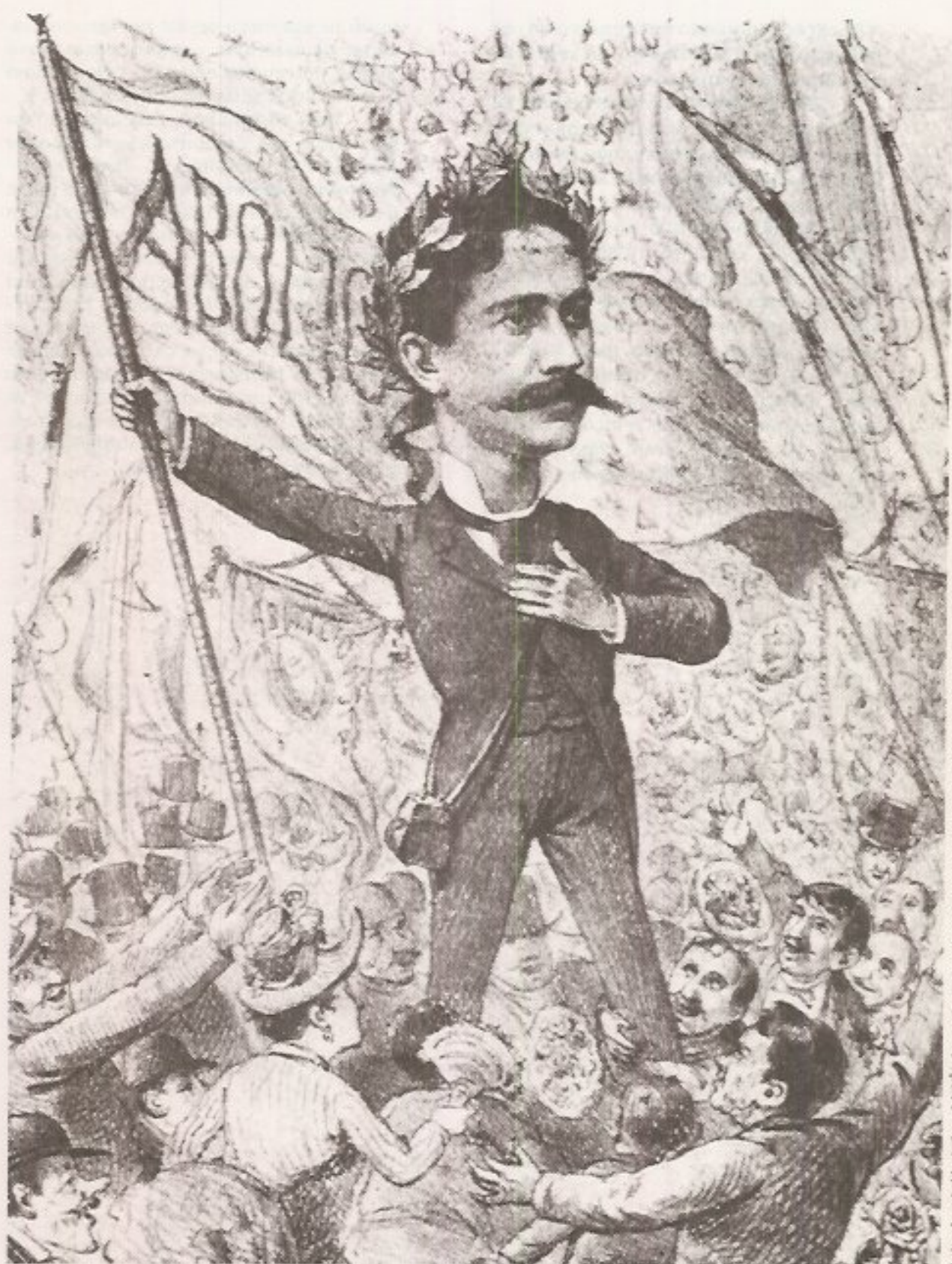


Ilustração enviada ao livro: GOUVEIA, Fernando da Cruz. Abolição: a libertação veio do Norte. Recife: Funasa; Editora Massaranga, 1988.

a Abolição, enquanto instrumento da reabilitação social do trabalho, se veria desmoralizada e negada.

Essa força social, voltada essencialmente para a transformação burguesa da estrutura jurídico-política, não podia ser a massa escrava, pois esta se mostrava basicamente interessada em fazer cessar o trabalho escravo; nem os fazendeiros, pois estes se mostravam - na melhor das hipóteses (exemplo: o Oeste novo paulista) - interessados em preservar e difundir formas de trabalho *dependente* (colonato, moradia, meação etc.), contraditórias com o direito burguês (cuja vocação é a contratualização e a despersonalização das relações de trabalho). Na verdade, foi a classe média emergente, civil e militar, quem se cons-

tituiu nessa força social revolucionária, capaz de estimular e coordenar o movimento de revolta escrava, colocando-o a serviço dos seus objetivos políticos.

Esta afirmação é polêmica, e não tem como ser demonstrada no quadro desta breve comunicação. Todavia, tive de fazê-la, para indicar que o nexo entre a Abolição, a Proclamação da República e a Assembléia Constituinte, aqui apontado, não é mero fruto da fantasia. Ou seja, a análise da prática política de uma das forças sociais do Segundo Império - a classe média emergente - nos fornece indícios da presença de uma vontade política de transformação burguesa do Estado e de um entendimento intuitivo da conexão estreita entre os objetivos perseguidos pelas lutas abolicionista, republicana e constitucional.

Demandas Populares e Educação - aspectos sócio-culturais da cidade de Campinas na Primeira República*

Rosa Fátima de Souza

Mestre em Educação pelo Unicamp. Professora do Departamento de Ciências da Educação da Faculdade de Ciências e Letras-Unesp/Campus de Araraquara

A articulação destes dois temas - classes populares e educação popular - questões pouco exploradas na historiografia local, possibilita um outro olhar sobre a realidade sócio-cultural da cidade de Campinas, no início do século.

Por um lado, sobressaem o povo, os pobres, os trabalhadores, sujeitos que, vivendo a condição de marginalidade no seu tempo, permanecem excluídos da história. Por outro lado, a educação popular revela as sombras de um universo cultural cuja apresentação, em geral, tem sido circunscrita nos limites dos grandes colégios e escolas destinados à formação de elites. Ao contrário, destacam-se, em evidência, as pequenas escolas isoladas, nos bairros rurais e urbanos, as escolas estrangeiras, os grupos escolares, enfim, as escolas populares que alfabetizaram e instruíram centenas de trabalhadores e revelam ser o contexto educacional da época, algo mais que a fama e glória do Colégio Culto à Ciência e a opulência dos grandes colégios particulares.

Outrossim, a temática da educação popular na Primeira República não é questão de interesse apenas do campo educacional. Além de manifestar parte significativa do *corpus* ideológico do liberalismo que impregnou o espírito da época, a educação foi considerada uma questão eminentemente política. Basta dizer que os liberais republicanos, muitos intelectuais, educadores e políticos depositavam nela a esperança de concretização da república democrática.

No projeto educacional da classe dominante, a educação tinha por finalidade a formação do cidadão o que significava a conformação de todo o povo à nova ordem social, sobretudo, pela formação moral e cívica. Explica-se, portanto, o fato da educação ser apontada como condição de garantia e consolidação do novo regime e ser até mesmo considerada o maior problema da Nação.

Associado a estes aspectos políticos, o projeto burguês de educação difundiu um imaginário pelo qual ela passa a ser condição imprescindível para a vida política e social, gerando o estigma contra o homem analfabeto, ao mesmo tempo em que a apontavam como fator de ascensão social e minimizadora das diferenças sociais.

No Estado de São Paulo, o início do século é um momento em que ocorre, embora de forma precária e insuficiente, a expansão do ensino público primário e a ampliação das oportunidades de acesso da população à escola.¹

* Este artigo constitui síntese dos capítulos II e IV de: SOUZA, Rosa Fátima de. *Classes populares e educação popular na Primeira República: problemas, valores e lutas*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Unicamp, 1991.

¹ Estudos pomenalizados sobre a expansão do ensino público no Estado de São Paulo veja: COSTA, Ana Maria Infantosi da. *A escola na República Velha*. São Paulo: Edec, 1983. ANJUNHA, Heládio C. G. *Instrução pública no Estado de São Paulo: a reforma de 1920*. São Paulo: Edusp, 1976. REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez, 1981.

Não obstante, a interpretação do movimento educacional desse período não comporta uma análise linear. Durante a Primeira República, a educação torna-se uma questão relevante para diferentes grupos sociais que apresentam por ela interesses antagônicos. Assim, embora o projeto burguês tenha sido hegemônico na época e tivesse um caráter progressista e até mesmo democrático, ele, além de não ser unânime, não foi o único. É necessário considerar os conflitos existentes no âmbito dos próprios grupos no poder e os projetos orgânicos de democratização do ensino apresentados pelo movimento operário.²

Por outro lado, no reverso da medalha da política educacional implementada pelos poderes públicos, é preciso ver um outro elemento, qual seja, as demandas e reivindicações populares pela escola. É no entrecruzamento destas múltiplas forças em ação que se fundamenta nossa análise sobre a educação popular em Campinas.

No entanto, adotar um outro foco de análise, incidindo a luz sobre as classes populares, suas condições de vida e trabalho, suas demandas e reivindicações, ressaltando as escolas populares e as estratégias alternativas de escolarização empreendidas pelas classes populares, é uma tentativa de fazer uma imersão no passado, embrenhando-se por tortuosos caminhos, envoltos em silêncios, sombras, ecos e vestígios escassos.

Significa enveredar, também, pelo universo das lutas das classes populares por melhores condições de vida e trabalho. Luta maior na qual se insere a luta pela escola travada no cotidiano e que se manifestava de múltiplas formas, embora seja menos evidente nos registros históricos.

Para proceder à investigação desta temática foi necessário recorrer a fontes diversas e algumas pouco usuais em trabalhos dessa natureza. Destaca-se, aqui, a pesquisa realizada com o jornal Diário do Povo, exemplares da década

de 20, que possibilitou uma caracterização mais próxima do cotidiano da vida sócio-cultural, política e educacional da cidade nessa época.³ Além do jornal, resalta-se a consulta a livros de matrícula de grupos escolares existentes no período e entrevistas realizadas com idosos que estudaram durante a Primeira República.

Condições de vida e trabalho das classes populares

O café e o movimento republicano marcaram a história político-econômica da cidade. Nas décadas de 70 e 80 do século passado, Campinas foi considerada *Capital Agrícola* da Província de São Paulo, constituindo-se no principal centro de produção de café do Oeste Paulis-

² A relevância dos projetos e ações empreendidas pelo movimento operário em relação à educação, no início do século, não podem ser memorizadas. Socialistas, anarquistas e comunistas não apenas lutaram pela democratização do ensino através de denúncias, reivindicações e projetos políticos, como criaram escolas e centros educacionais. Estudos sobre educação e movimento operário na Primeira República veja: GURALDELLI JR., Paulo. *Educação e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1987.

MAZZOTTI, Tarse Bonilha. *Educação popular segundo os sindicalistas revolucionários e os comunistas na Primeira República*. Tese (Doutorado), USP, 1987.

LUIZETTO, Flávio. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional*. Tese (Doutorado), USP, São Carlos, 1984.

JOMNI, Regina C. Mazoni. *Uma escola para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, 1980-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

³ Grande parte da historiografia sobre Campinas refere-se ao período Imperial, principalmente, temas relacionados à economia cafeeira, o trabalho escravo e o movimento republicano. Poucos são os estudos sobre a Primeira República. Tal fato resultou na necessidade de realizar-se levantamentos específicos para a elaboração de um quadro histórico, sócio-político-cultural da cidade, para a contextualização da temática da educação popular.

ta. Já no final dos anos 60, tornara-se o primeiro centro de propaganda republicana da Província. Por isso, os campineiros celebraram o novo regime na condição de co-paternidade. O advento da República significou a consolidação dos interesses dos fazendeiros de café, a elite econômica e política.

Mesmo perdendo a supremacia econômica para a Capital e outras regiões do Estado, Campinas continuou se desenvolvendo compassadamente, apresentando um processo de urbanização crescente nas primeiras décadas do século. O café permaneceu por toda a Primeira República, a determinar seu desenvolvimento econômico. Dessa forma, à sombra da sociedade agrária, a cidade provinciana também se modificava e modernizava, atualizando-se, ainda que fosse em limites circunscritos à contemporaneidade de seu tempo.

Ao iniciar a década de 20, Campinas possuía 115.602 habitantes, correspondendo a um quinto da população da Capital do Estado, onde 20,34% dessa população era composta por estrangeiros, a maior parte por italianos, em seguida, por portugueses, espanhóis e alemães. Cerca de 17% da população era negra e mais da metade dos habitantes do município viviam na zona rural, concentrando-se, ali, o maior contingente de trabalhadores. A força de trabalho no campo era constituída por colonos e pequenos proprietários imigrantes, além de negros trabalhando como agregados e camaradas e migrantes vindos de outros Estados.⁴

No meio urbano, a classe trabalhadora era formada por operários, ferroviários, alfaiates, carpinteiros, empregados do comércio, sapateiros, pedreiros, barbeiros, empregados públicos, profissionais liberais, professores, empregados domésticos, vendedores ambulantes, entre outros. Também era expressivo o número daqueles que se encontravam fora do mercado de trabalho.

Em 1920, havia na cidade noventa e um estabelecimentos fabris em-

pregando 2.865 operários. O ramo têxtil era o setor mais importante. Durante a década foram criados mais quatro estabelecimentos desse ramo incluindo uma indústria de seda. Havia também indústrias rurais de beneficiamento de algodão, café, cana, arroz, milho e açúcar. Além das grandes fábricas, encontravam-se estabelecimentos menores empregando um número menor de trabalhadores.

O trabalho feminino e infantil também foi muito utilizado. O setor têxtil e toucador empregava grande número de mulheres e crianças.

Segundo o recenseamento de 1920, 40% da mão-de-obra empregada no setor eram mulheres. Elas também correspondiam a um quarto dos trabalhadores da zona rural. Acresce ainda sua forte presença no trabalho doméstico juntamente com as crianças.

Era significativo, pois, o crescimento industrial da cidade na época, favorecido, enormemente, pela isenção de impostos e outras concessões propiciadas pelo poder executivo municipal.

Um dos setores mais importantes da economia, o comércio, empregava, no início dos anos 20, 3.903 pessoas e o setor de transportes 2.737. Cabe ressaltar a importância que as ferrovias tiveram no desenvolvimento da cidade e composição da força de trabalho por sua influência no comércio atacadista e varejista, nas indústrias e demandas de serviços.

Por último, destaca-se a participação do setor doméstico empregando cerca de 3.140 pessoas.

Grande parte dos setores popu-

⁴ Dados sobre a composição da população, classe trabalhadora e desenvolvimento industrial da cidade foram extraídos do Recenseamento Geral do Brasil de 1920 e das obras de: SEMEGHINI, Ulysses Cidade. *Campinas (1860-1980): agricultura, industrialização e urbanização*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Unicamp, 1988.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1987.

lares viviam na cidade de Campinas em estado de penúria e miséria, nas primeiras décadas do século. Pelos bairros populares - Vila Industrial, Guanabara, Estação, Ponte Preta, Botafogo, Bonfim, Cambuí - espalhava-se a população de baixa renda, aglomerada em pequenas casas, geralmente alugadas: sala, cozinha e dois quartos compartilhados por dez a quinze pessoas. As famílias numerosas necessitavam do trabalho infantil para ajudar no sustento.

Os bairros careciam de infra-estrutura. Demandas por equipamentos urbanos eram noticiadas na coluna *Queixas e Reclamações* do Diário do Povo; através de abaixo-assinados, petições e requerimentos, os moradores solicitavam dos poderes públicos iluminação, água e esgoto, calçamento, limpeza pública, linhas de bondes.

A pauperização dos salários era agravada ainda mais pela crise econômica; a carestia na década de 20, toma proporções alarmantes, principalmente no ano de 1925, com o acréscimo dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Precárias eram também as condições de saúde e acesso à educação. A condição de exclusão parece ter sido o traço característico da forma pela qual as classes populares viveram nessa sociedade, no período.

Contudo, é necessário assinalar as estratégias de incorporação, resistência e luta empreendidas pela população, em especial as estratégias cotidianas de organização e reivindicações.

Vivendo nessas condições não é fortuito, pois, a existência de inúmeras associações constituídas pelas classes populares que se verifica nesse período: associações beneficentes, de auxílio-mútuo, de categorias profissionais específicas, de caráter sócio-cultural e étnico (como as associações de negros e imigrantes). Além das associações criadas para prestar auxílio em diferentes áreas, defender interesses profissionais e promover atividades sócio-culturais e de lazer a seus membros, na experiência cotidiana, inscreviam-se também lutas

episódicas como greves, passeatas, paralisações.

Maciel (1987) registra a ocorrência de dez movimentos grevistas ocorridos entre 1891 a 1910, na cidade, contando com a participação de negros. A greve geral de 1917, estendeu-se também por Campinas resultando num conflito sangrento entre trabalhadores e policiais. Na década de 20, o jornal Diário do Povo notifica a ocorrência de vários movimentos grevistas, entre eles: greve dos ferroviários (1920), greve de operárias da Fábrica de Chapéus Cury (1923), greve de colonos da Fazenda Sant'Ana (1925).

Mas a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho não se expressava somente nesses momentos de conflito direto. A luta cotidiana configura um movimento subterrâneo. Reivindicações eram encaminhadas aos poderes públicos através de abaixo-assinados, petições e requerimentos. Ações coletivas de moradores do bairro ou de uma mesma rua e também iniciativas de caráter individual.

Através da coluna *Queixas e Reclamações*, o Diário do Povo colocava à disposição da população um veículo de expressão das demandas e reivindicações populares as quais adquiriam uma ressonância pública. Demandas por equipamentos urbanos, policiamento, fiscalização. Não apenas das grandes questões, mas também dos mais mezinhos problemas. Dessa forma, o cidadão tornava público a sua indignação, o seu protesto frente a direitos lesados ou face às arbitrariedades do poder público e afirmava seus direitos.

Qualquer um podia fazer uma queixa ao jornal e elas eram frequentes, bastando encaminhar uma carta ou dirigir-se diretamente à redação para notificação das mesmas. No entanto, a partir de 1925, o jornal restringe o direito de reclamação aos analfabetos exigindo que as queixas fossem feitas apenas por escrito e assinadas pelos reclamantes.

Em se tratando da política local,

eram restritas as possibilidades de participação popular nas questões políticas. Mesmo porque a República instaurada em 1889 não concedeu ao povo os direitos plenos de cidadania, ao contrário, todos os esforços das elites dirigentes na Primeira República foram no sentido de limitar a participação popular. Começando pela restrição do voto ao analfabeto que deixava a maioria da população excluída, havia ainda as interdições violentas a todas as formas de organização e movimento dos trabalhadores, além de um conjunto de práticas e projetos acionados visando a conformação dos trabalhadores à ordem vigente.

Acresce também a própria estrutura política oligárquica. Mesmo os setores que se opunham ao regime buscavam as mudanças, as reformas dentro da ordem, com exceção do movimento operário.

Tudo isso não seria diferente em Campinas, cujas elites políticas se orgulhavam do fato da cidade ter sido berço do movimento republicano em São Paulo e, zelosos, portanto, de uma tradição liberal-democrática. Mas, fato é que, a política local reproduzia as mesmas distorções do regime republicano oligárquico. Voto de cabresto, fraudes eleitorais, influência dos coronéis (mandonismo), herdeiros muito próximos da vanguarda dos fazendeiros do Oeste Paulista que em São Paulo constituíram a primeira geração de políticos republicanos, fizeram do Partido Republicano Paulista (PRP), o partido de expressão de seus interesses, e consolidaram a hegemonia política no Estado por mais de quatro décadas.

O PRP, através do diretório local, esteve na liderança do município durante toda a Primeira República. Reconhecidos chefes políticos - Orozimbo Maia, Luís de Queirós Teles, Antônio Álvaro de Souza Camargo, Fernão Pompeu de Camargo - eram todos do partido, como também, a grande maioria dos vereadores e prefeitos que compuseram a Câmara Municipal nesse período.

A elite política do município apresentava as mesmas características da elite política paulista como um todo: homogeneidade fundada em origem comum, laços de parentesco e educação, interesses semelhantes, longas carreiras políticas (Love, 1982).

O município era o baluarte da política perrepista. As eleições significavam a legitimação da oligarquia, a tintura democrática.

Todavia, apesar da hegemonia dos correligionários do PRP, as dissidências e oposições agitavam a vida política local. O vereador Álvaro Ribeiro foi uma das expressões mais vivas dessa oposição que durou décadas. Além da tribuna, o vereador utilizava a atividade jornalística como campo de batalha. Foi um dos fundadores do jornal *Diário do Povo*,⁵ cujo programa constava *defesa do povo e dos ideais liberais-democráticos*. Percebe-se que a oposição lutava também no *front cultural*.

Durante a década de 20, grupos dissidentes organizaram-se e acirraram o movimento de oposição ao PRP, como de resto em todo o Estado. Em 1923, foi criada a União Liberal e em 1926 o Diretório do Partido Democrático.

Ao cinismo político reinante na época, a população tinha, em geral, uma atitude de indiferença. Algumas vezes, o voto de oposição chegou a desbancar as expectativas do partido situacionista como nas eleições de 1927 para senadores e deputados. Mas as abstenções às eleições eram as respostas mais frequentes.

Verifica-se, dessa forma, que, na provinciana cidade democrática, as dificuldades impostas à incorporação das classes populares à sociedade burguesa

⁵ O jornal *Diário do Povo* foi fundado em 20/1/12. Além desse jornal, o vereador Álvaro Ribeiro foi responsável pela instalação do jornal *Correio Popular* em 1927. Junto com as atividades jornalísticas, dedicou-se também à atividade educacional. Colaborou com a fundação do Colégio Cesário Mota e foi o principal idealizador e fundador do Colégio Atheneu Paulista.

iniciavam-se no trabalho e estendiam-se aos campos político, social e cultural.

As demandas populares pela educação

Os estudos sobre a educação popular na Primeira República e sobre a expansão do ensino no Estado de São Paulo têm, em geral, ressaltado a ação do Estado. Esta ação é vista ou como resultado das pressões das elites esclarecidas - os liberais, políticos, educadores e intelectuais, exaltados como defensores da democratização do ensino - ou como decorrência das determinações estruturais, ou seja, em virtude das transformações sócio-econômicas (urbanização/industrialização).

Nenhuma referência é feita à participação popular nesse processo, questão a priori descartada em consequência de uma outra afirmação difundida no imaginário sobre o movimento educacional desse período, qual seja, o *desinteresse da população pela escola*.⁶ Tal afirmação, impregnada de preconceitos e sem nenhuma base de comprovação empírica, tende por um lado, a ratificar a idéia de uma suposta *antecipação das elites* às reivindicações populares e, por outro, anular a atuação, interesses e projetos do movimento operário e das classes populares negando, até mesmo, sua existência.

Dessa forma, institui-se uma forma peculiar pela qual educadores e intelectuais contam a história a partir de sua visão de mundo, que Warde (1984) chamou de *memória educacional das classes médias*, perpetuando, desse modo, a perspectiva dos grupos dominantes.

No entanto, a investigação sobre o processo de escolarização das classes populares em Campinas, nesse período, evidencia um quadro diferente onde se sobressaem as demandas populares pela escola e as estratégias de apropriação da educação escolar empreendidas pelas classes populares.

Na análise das lutas do povo pela escola é necessário compreender demanda e apropriação como manifestações de um mesmo fenômeno. A demanda pela escola refere-se ao desejo, a motivação valorativa, fruto de uma necessidade nascida de uma ausência. Ela expressa uma procura, uma reivindicação latente ou manifesta, a solicitação, o reclamo que se dirige tanto aos poderes públicos quanto à sociedade civil, atuando como mecanismo de pressão e de interlocução, motivando ações/respostas.

Percebe-se da parte dos poderes públicos as medidas de expansão do ensino, seja pelo crescimento do número de escolas ou medidas internas de ampliação do número de matrículas, pelo aumento do número de classes ou pelo desdobramento de turnos como as medidas tomadas pelo Estado de São Paulo a partir de 1910.

No âmbito da sociedade civil, é possível perceber dois processos. Por um lado, o atendimento à educação popular promovido por instituições como a Igreja, Associações Benéficas, Maçonaria movidas por interesses próprios. Por outro lado, verifica-se a mobilização das classes populares no sentido de satisfazerem a sua própria demanda através do pagamento de escolas particulares acessíveis.

A demanda popular por educação, nesse período em Campinas, é sobretudo, uma demanda pelo ensino primário. A sociedade brasileira, fortemente hierarquizada no início do século, respaldava a diferenciação social dos níveis escolares - ensino secundário e superior para formação das elites e ensino primário para o povo. Havia, pois, uma compreensão social e política na época

⁶ Esta interpretação é dada por: BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira, 1974. E, de certa forma, corroborada por: PAVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1983. ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.

de que a educação popular a ser necessariamente universalizada era a escola primária, mas era necessário, criar condições estruturais para sua existência, ou seja, efetivar a expansão quantitativa do ensino primário.

Participes de uma sociedade que supervalorizava a educação escolar, as classes populares compartilhavam desse universo de representações e valores acerca da escola. Aliado a esse magma valorativo, as dificuldades de acesso e permanência das classes populares na escola reforçavam, ainda mais, a percepção da validade do ensino primário explicitada na convicção popular de que era *doutor* aquele que dentre eles conseguia concluir o 4º ano primário.

A apropriação é empregada como termo conceitual que nos auxilia compreender a ocupação pelas classes populares de todas as possibilidades existentes naquele momento para promoverem a sua educação, ou seja, fosse o acesso à escola pública - municipal ou estadual - fosse nas escolas populares religiosas, beneficentes ou privadas de baixo custo, as classes populares usufruíram dessas alternativas de escolarização. Tal fato reforça a própria consideração da existência de uma demanda popular e nos leva, mais uma vez, a contestar a afirmação do *desinteresse da população pela escola*.

Este processo pode ser melhor compreendido, a partir da análise do quadro de expansão e composição do ensino primário de Campinas no início do século, relatado a seguir.

As demandas pelo ensino público

Por volta da Proclamação da República, existiam treze escolas públicas na cidade, conforme consta no Almanaque de Campinas de 1892.

Encontravam-se matriculados 452 alunos, mas 512 era o número de frequentes. Cinco anos depois, em 7/2/1897, foi inaugurado o 1º grupo escolar que

recebeu o nome de Francisco Glicério. O 2º grupo escolar foi instalado em 14/7/1900 e o 3º em 10/6/1910.⁷



Fachada do 1º grupo escolar de Campinas instalado em 1897

Fonte: Arquivo da EPM Francisco Glicério

As primeiras escolas isoladas encontravam-se localizadas, em sua maioria, na sede do município, nos bairros populares e nas sedes dos distritos de paz. Em 1908, elas eram em número de trinta e duas, sendo oito localizadas na sede: três no centro da cidade, duas na Vila Industrial, uma no Fundão e duas no Taquaral. As vinte e quatro restantes eram rurais.

Em 1918, elas eram em número de oitenta e quatro, sendo vinte e sete de sede e cinquenta e sete de bairro. Atendiam cerca de 2.626 alunos, pouco mais que o número de matrículas oferecidas pelos três grupos escolares na

⁷ Para a sistematização de dados sobre a educação popular em Campinas foram utilizados os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo de 1910, 1917, 1918, 1923, 1924-25; Recenseamento Escolar de 1920; Estatística Escolar de 1930; Almanaque de Campinas e Monografia Histórica de Campinas.

mesma época, apresentando número elevado de alunos por classe, cerca de 31,5% considerando a média entre número de escolas e número de matrículas.

A insuficiência de vagas, principalmente nos grupos escolares, era um grave problema registrado desde o início do século pelos Almanques da cidade e comentados pelo cronista Leopoldo Amaral. A luta pela vaga configurava-se como o primeiro obstáculo ao acesso do povo à escola (o segundo era a permanência) e expressava-se nas longas filas de espera, sorteio e pedidos dos pais a políticos de prestígio para intervir a favor de uma vaga para seus filhos.

O desdobramento de turnos dos grupos escolares, a partir de 1910, duplicou o número de vagas, contudo, ao iniciar a década de 20, a situação da educação popular na cidade continuava bastante precária. O recenseamento es-

colar de 1920 trouxe à tona dados desoladores, maus presságios às posições mais entusiásticas. Das 17.954 crianças em idade escolar no município, apenas 7.172 freqüentavam escolas, ou seja, 39,44% incluindo escolas públicas e particulares. Não havia escolas para 60% da população em idade escolar e o analfabetismo entre a população chegava a 70%.⁶

Na década de 20, ocorre a maior expansão do ensino público verificada nessas primeiras décadas, coincidindo com o grande crescimento populacional.

Ao iniciar a década, a rede de ensino primário estadual em Campinas era composta por três grupos escolares - sendo um anexo à Escola Normal - oitenta e quatro escolas isoladas - sendo cinco noturnas e uma modelo anexa também à Escola Normal - e uma escola reunida totalizando a matrícula de 4.933 alunos.



Turma de alunas do 4º grupo escolar de Campinas (década de 20), grupo escolar instalado em 1923

Fonte: Arquivo do EPHG Crislindo Miao

⁶ Recenseamento Escolar de 1920, relatório apresentado por Sampaio Dória ao Exmo. Dr. Alarico Silveira, Estado de São Paulo, 1920.



Fonte: Arquivo do IEPG Oratório Manoel

Turma de alunos do 4º grupo escolar de Campinas, instalado em 1923

Em 1930, existiam onze grupos escolares, três escolas reunidas, oitenta e duas escolas isoladas (sendo seis urbanas e setenta e seis rurais) com matrícula de 10.054 alunos. [Vide quadro I].

Um dos aspectos mais importantes a ressaltar nessa expansão ocorrida nos anos 20 é a instalação de grupos escolares em bairros populares na sede do município - 5º grupo escolar na Vila Industrial e o 6º grupo escolar no bairro da Ponte Preta. Também nas sedes dos distritos de paz, o que, por um lado, denota o atendimento pelo Estado de demandas crescentes da população por escolas e, por outro lado, evidencia o processo de popularização dos grupos escolares.

Porque o ensino primário no Estado de São Paulo expandiu mantendo diferenciações quanto ao tipo de escolas e população atendida. As escolas isoladas e, posteriormente, também as escolas reunidas consagraram-se como típicas escolas populares considerando a classe social que atendiam.

As escolas isoladas constituíam-se em unidades escolares não-agrupadas, com um único professor ministrando a instrução para crianças de diversas idades e avanço escolar heterogêneo. Os programas eram mais simplificados e a duração do curso reduzida possuindo caráter de uma escola alfabetizante.

A superioridade dos grupos escolares era contrastante. Constituíram-se, inicialmente, como estabelecimentos escolares arquetípicos do que melhor havia no ensino primário público. Os alunos eram distribuídos por classes, separadamente por sexo e segundo o adiantamento, (séries) e cada classe era regida por um professor. Além disso, possuíam melhor estrutura física (para muitos grupos foram construídos prédios próprios) e organização administrativo-pedagógica. Em razão de tudo isso, os grupos escolares atendiam alunos provenientes de setores privilegiados da sociedade sendo mesmo caracterizados, numa certa época, como sendo escolas de elite. No entanto, em que pese as proporções quantitativas, as generalizações

devem ser matizadas. Assim como muitas escolas isoladas e reunidas atenderam filhos de proprietários de terras, principalmente nas zonas rurais, nos grupos escolares conviviam diferentes setores sociais, pelo menos é o que se pôde observar em Campinas, e, o que, provavel-

mente, acontecia no interior do Estado.

Embora não haja dados que indiquem o atendimento efetivo da educação em relação à população em idade escolar, tudo indica que a expansão não tenha acompanhado a demanda, fenômeno que ocorreu no Estado de São Pau-

QUADRO I - Expansão das escolas primárias estaduais de Campinas na Primeira República

ANO	GRUPOS ESCOLARES		ESCOLAS ISOLADAS		ESCOLAS REUNIDAS		TOTAL DE MATRÍCULAS
	Nº DE ESTAB.	ALUNOS MATRIC.	Nº DE ESTAB.	ALUNOS MATRIC.	Nº DE ESTAB.	ALUNOS MATRIC.	
1892	-	-	13	452	-	-	452
1901	02	NC	14	538	-	-	*
1910	03	NC	38	1261	-	-	*
1915	03	2058	98	3705	-	-	5763
1918	03	2162	84	2626	01	154	4942
1920	03	NC	76	NC	01	NC	4933
1923	04	2036	48	NC	19	4129	*
1925	11	5271	46	2100	08	1637	9008
1930	11	6204	82	3222	03	568	10054

Fonte: Almanaque Histórico de Campinas de 1892 e 1901, Anuários do Ensino de São Paulo, 1910, 1915, 1918, 1923, 1924-5 e Estatística Escolar do Estado de São Paulo de 1930

NC: Nada consta nos arquivos

*: Ausência de dados impossibilita o cálculo

lo durante toda a Primeira República, permanecendo até os dias atuais.

Em Campinas, a presença de vários internatos - religiosos e leigos - atestam o modo pelo qual as classes dirigentes, sobretudo de origem agrária, do município e regiões vizinhas resolviam o problema da educação dos filhos. Assim mesmo, muitos industriais, comer-

ciantes, profissionais liberais e fazendeiros de café mantinham os filhos nos grupos escolares enquanto outros preferiam os colégios privados e/ou internos. Como não eram assim tão numerosos, parte das vagas eram preenchidas por filhos das camadas populares, os quais tornaram-se, em poucos anos, os usuários majoritários desses estabelecimen-

tos de ensino. É perceptível nesse processo a pressão da demanda popular pela apropriação da escola pública.

Não obstante, revestida de prestígio e qualidade, a escola pública consolida-se no meio popular como uma escola excessivamente seletiva e excludente.

Os índices de promoção anual dos três grupos escolares de Campinas, até 1920, apresentaram, nas primeiras décadas do século, médias entre 40% a 60% sobre a matrícula efetiva. Isto significa que os grupos retinham/eliminavam a cada ano, entre todas as séries, cerca de 50% dos alunos. Isto sem contar o déficit verificado entre matrícula geral e efetiva em torno de 15%. O número de concluintes do curso primário era ínfimo face ao número de matrículas anuais, não sendo fortuito, pois, o mérito atribuído aos que alcançavam tal façanha, principalmente se fosse um *filho do povo*. Os mecanismos de seletividade do ensino primário explicitam toda a perversidade e contradições que envolveram a expansão da educação popular no Estado de São Paulo e no país.

Retomando a expansão do ensino primário em Campinas, é preciso ressaltar que coube ao governo estadual a sua implementação face à participação irrisória do poder municipal. O Almanaque de Campinas de 1901 registra a existência de apenas duas escolas municipais que se mantiveram como as mais importantes durante toda a Primeira República: Escola Corrêa de Melo e Escola Ferreira Penteado. Em 1917, conforme consta no Anuário do Ensino, elas eram em número de dezessete possuindo 749 alunos matriculados - a maioria eram escolas isoladas localizadas na sede do município. Em 1923, elas totalizavam dezesseis.

As estratégias alternativas de escolarização

Como foi visto, as demandas populares pela escola se explicitavam em duas direções: aos poderes públicos e à sociedade civil. O corpus ideológico, construído em torno da importância da educação popular para o projeto político-social da República, foi o substrato sobre o qual vários setores sociais encontraram motivação para promoverem a educação popular independente do Estado. Aqui serão destacadas as ações empreendidas por organizações da sociedade civil e aquelas levadas a efeito pelas próprias camadas populares.

Um expressivo movimento, partindo da sociedade civil em prol da educação popular, ocorreu em Campinas no final do Império. No efervescer do movimento republicano, a vanguarda dos fazendeiros de café criara e mantivera escolas populares, buscando difundir os ideais liberais, e afirmar a força do movimento republicano. Nesta direção, destaca-se o curso noturno de comércio (1876), cujas aulas eram ministradas por professores do Colégio Culto à Ciência para crianças e adultos; a Escola Corrêa de Melo sustentada pelo Coronel Joaquim Quirino dos Santos; duas escolas e um colégio criados pelos filhos do Comendador Joaquim Ferreira Penteado; a Escola Ferreira Filho criada pelo Barão de Ibitinga (apud Moraes, 1981). Também a Loja Maçônica Independência mantinha, na década de 70 do século passado, aulas noturnas para trabalhadores livres e *escravos*.

Nas primeiras décadas republicanas não se veria mais esse ímpeto realizador individual de uma vanguarda combativa que transfere para o Estado a res-

ponsabilidade pela educação popular. Ainda assim, encontra-se várias iniciativas promovidas por organizações como a Maçonaria, a Igreja e Associações Benéficas. Embora o interesse em disciplinar a classe trabalhadora estivesse subjacente a muitas dessas iniciativas, os projetos educativos dessas instituições constituíam-se para as classes populares em oportunidades de escolarização.

A Loja Maçônica Independência e Ordem, manteve, no final dos anos 10 e durante os anos 20, duas escolas noturnas para trabalhadores: uma para o curso primário, outra para o curso profissional de desenho e pintura.

Além das escolas para formação das elites e classe média, a Igreja realizava obra de assistência e caridade às crianças pobres com o intuito de retirar os meninos da rua, dando-lhes instrução preliminar seguida de disciplinamento e formação para o trabalho.

O Liceu N. S. Auxiliadora teve originariamente esta finalidade. Criado no final do século passado, o então Lyceu de Artes e Offícios foi concebido, inicialmente, como asilo de órfãos e, posteriormente, estabelecimento de formação profissional para operários. Já nos anos 10, a seção de artes e ofícios do Liceu foi transferida para o Externato São João.

Além desse externato, a Igreja mantinha, em 1918, as seguintes escolas: Escola do Centro Operário São José, Escola Paroquial de Santa Cruz e uma escola no Asilo de Órfãos. Além disso, oferecia cursos noturnos gratuitos para trabalhadores - adultos e menores.

Durante a década de 20, surgiram outras escolas católicas beneficentes: Escola Paroquial do Santíssimo Sacramento (Diário do Povo, 4/6/27), Orfanato

de João Nery - estabelecimento de educação e trabalho destinado aos meninos negros sem-amparo (Diário do Povo, 26/12/27).

Entre as Associações Benéficas, que mantinham escolas populares, destaca-se o trabalho da Associação Amiga dos Pobres, que mantinha uma escola no albergue. Havia também a escola da Associação São Vicente de Paulo e a Sociedade Feminina de Assistência à Infância mantinha uma creche denominada *Bento Quirino*.

No conjunto das iniciativas empreendidas pelas próprias classes populares para promoverem a educação de seus filhos encontra-se o ensino pago.

Inúmeras escolas particulares, além dos grandes colégios e internatos, existiram em Campinas, nas primeiras décadas do século, voltadas para o atendimento de filhos de trabalhadores de poucos recursos.

Em primeiro lugar, destacam-se as escolas estrangeiras, muitas delas mantidas por sociedades étnicas formadas por imigrantes como a Sociedade Alemã de Instrução e Leitura e Circolo Italiani Uniti.

O Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1917 registra a existência de nove escolas estrangeiras no município. Entre elas: cinco alemãs, uma portuguesa e três italianas.

O Anuário do Ensino de 1918 arrola a existência de vinte e quatro escolas particulares. Escolas isoladas, pequenas, a cargo de um só professor e com média entre quinze a vinte e cinco alunos, localizadas em áreas urbanas e rurais. Cinco dessas escolas encontravam-se na Vila Industrial, o maior bairro operário da cidade no início do século. Professores ofereciam seus serviços e ha-

via quem pagasse por ele. Para as classes populares, essas escolas particulares configuravam-se numa alternativa a mais dado às limitações de vagas, acesso e permanência das crianças no ensino público.

Outra iniciativa importante a ressaltar é do Colégio São Benedito, fundado no início do século, e que perdurou por mais de três décadas. Essa escola voltada para a educação da população negra, ainda que não exclusivamente, foi criada e dirigida pelo professor Francisco José de Oliveira, que também era negro. A escola contou com a ajuda da Associação Protetora dos Brasileiros Negros e oferecia curso primário, comercial e secundário com preparatórios para o ginásio e escola complementar.

Por último, cabe ainda mencionar a iniciativa do movimento operário. A Liga Operária de Campinas, de tendência anarquista, fundou uma escola social em 1907, tendo como professor Renato Salles. No entanto, a escola teve vida muito efêmera. Mesmo assim, revela mais uma forma pela qual as classes populares empreenderam esforços para a promoção de sua educação e a de seus filhos.⁹

A trajetória de escolarização das classes populares em Campinas, no início do século, revela um processo marcado por problemas, valores e lutas. A importância da educação para as classes populares pode ser compreendida no universo das representações e das ne-

cessidades impostas pelo trabalho e pela vida social.

Os rudimentos da leitura, escrita e cálculo tornavam-se, cada vez mais, imprescindíveis para a participação política, econômica, social e cultural. Os valores e significações em torno da educação escolar eram valores socialmente compartilhados. Para as classes populares poderiam estar articulados com o projeto de melhoria de vida. Isto poderia referir-se tanto à aspiração por ascensão social - melhor padrão de vida, ou seja, melhores empregos e salários - quanto às estratégias para sair da situação de miserabilidade em que viviam. Significava também uma forma de desvencilharem-se do estigma criado em torno do homem analfabeto e ignorante e buscar condições mais favoráveis de vida que lhes possibilitassem inserir-se e participar de uma sociedade moderna e letrada, o que implicava na apropriação de experiências sociais, culturais e intelectuais, específicas, possibilitadas pela escola.

Os obstáculos enfrentados pelas classes populares com vista à apropriação de um mínimo de escolaridade revelam os silêncios dos discursos em defesa da democratização do ensino da época, bem como, a face obscura das políticas educacionais empreendidas pelo Estado. As lutas populares pela escola atestam o que tem sido historicamente a difícil trajetória do povo na luta pela cidadania.

⁹ Sobre esta escola veja:
GURALDELLI JR., Paulo. Op. cit.
JOMINI, Regina C. Mazoni. Op. cit.

Referências Bibliográficas

- 01-ANTUNHA, Heládio C. Gonçalves. *A instrução pública no Estado de São Paulo: a reforma de 1920*. São Paulo: Edusp, 1976.
- 02-COSTA, Ana Maria Infantsi da. *A escola na República Velha*. São Paulo: Edec, 1983.
- 03-DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri, org. *Velhos mestres das novas escolas: um estudo das memórias dos professores da Primeira República em São Paulo*. São Paulo: Ceru: Inep, 1984.
- 04-DIÁRIO do Povo, Campinas, 4 jun. 1927. Anúncio, p. 2.
- 05-JOMINI, Regina C. Mazoni. *Uma educação para a solidariedade: contribuição e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1990.
- 06-LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- 07-MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas 1888-1921*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1987.
- 08-MONOGRAFIA Histórica de Campinas. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.
- 09-MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. *O ideário republicano e a educação: Colégio Culto à Ciência de Campinas (1869-1892)*. Dissertação (Mestrado), USP, 1981.
- 10-NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Tese (Livre-Docência), Araraquara, 1966.
- 11-REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez, 1981.
- 12-SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. *Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)*. In: CARDOSO, Ruth C. L., org. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- 13-SEMEGHINI, Ulysses Cidade. *Campinas 1860-1980: agricultura, indústria e urbanização*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Unicamp, 1988.
- 14-UMA INICIATIVA louvável - D. Nery, o saudoso primeiro bispo campineiro. In: *Diário do Povo*, Campinas, 26 dez. 1927. p. 1.
- 15-WARDE, Miriam Jorge. *Anotações para uma historiografia da educação brasileira*. In: *Em Aberto*, Brasília, n. 32, p. 1-6, 1984.

Viagem de Volta à Casa da Memória*

Carlos Rodrigues Brandão

Departamento de Antropologia - IFCH/Unicamp

Antes de

Para o Armando

Fossem as eras dos tempos de açucenas
e seria possível dizer aos tracajáns
e aos bichos da areia do Araguaia
que não era ainda a hora de morrer.
Dizer ao sono dos seres da floresta
como outra vez em junho, como em junhos
que as águas voltariam a baixar
e entre um pé de andu e o horizonte
viria um dia de sal e amor de maio.

Isso se fossem outros os dias e a memória
e longe, como um sino antigo, acaso
soasse o entressonho das araras.
Seria quando nesse reino de águas e vestígios
viesses passar nas águas a cor da vida
e sem temor do novo um barqueiro olhasse o alto
e de si dissesse, e do destino:
não há no céu nenhum avião de carreira.

Goiânia, 1986



Aranjuez

Tinha essa suspeita de si mesmo
e que é nada e ele esquece e lhe sufoca
o coração do esquecido e da memória.
Tinha um roteiro de filme e três imagens
de cera, de cal e desespero.
Tinha no chão da alma uma ferida
que nem mel não cura e nem o toque
do corpo bom e nu de seis meninas.
Trouxe no lenço uma frase escrita
que é de dor e maio e faz escuro
quando passa um frade, uma criança
um touro indeciso e um homem triste.
Viaja só e vai de alma em riste
não acredita em reza e feiticeira
em bailes de agosto e madressilvas.
Só crê no que lembra e isso é pouco:
um sorriso, um dia, uma avenida.

Córdoba, 1985

* Doze escritas sobre os ofícios de lembrar feitos perto
de casa e longe dela.

Degredo

Estavam os objetos amorosos do dia:
óculos quebrados, um marcador de livros
uma faca sem corte, uma caneta inútil
pregados no vidro opaco da memória.
Estavam como asas de gaivotas do norte
mortas na manhã da praia de tanto voar
em busca de flores e esmeraldas.
Generosos como a terra ao sul em março
estavam ali, atentos, esquecidos
do olhar do homem, dia e noite vivos
na densa nuvem do esquecimento. Objetos
sem uso já, de tanto uso
como fantasmas estavam, mas também
como um anúncio do poder dos deuses
e do amor de dançarinos, magos e meninos.

Entre Assis e Milão, 1986



Emaranhado

E nem era a hora ainda
e não chegara a era do esperado.
Olha, amigo, a aurora é sempre ontem
e, fora o tempo, tudo passa
e isso é, amigo, infundo.
Há palavras que são, qual o silêncio
a saudade da amora não comida.
Quem procura não acha nem agora e
nem nunca. E, como o barco, vai perdido.
Tudo volta? Não sei. Tudo é achado?
Tudo volta e retorna e é medido?
Pois à noite parece que só há história
no desencontro do sempre e do sentido.
Não se jogue o feito na memória
e nem a alma vivida no esquecido.
Se os anjos não lembram, eles vivem?
Vivem os bichos que lembram e não dizem?
Ou mesmo a morte, que nunca soube disso?
Não sei. Quem sabe? Que teoria?
E há nesse saber alguma escrita?
Há, me diga, em tudo isso algo que se conte?
Ao menos a receita de uma velha falecida?
Pois, do que eu sei guardo apenas isto:
o amor é bom, amora bem comida
e o pensar cansa a alma e apressa a vida,

Pocinhos do Rio Verde, 1993





A Neve em Perúgia

Não cai a neve agora, caiu ontem
e o rosto branco do frio cobriu a noite.
O quarto vento vindo da toscana
trouxe esses grãos de alvura e pranto.
Depois de três ruas e duas pontes
imaginai uma casa de pastores:
a hora da volta do campo, um canto
o pio da gralha e um cão que lembra
o olhar de uma velha na janela
e um guia dos Alpes, agora cego.
O cajado, a bíblia, o campanário
que a cada oito dias lembra a morte.
A memória dos velhos coruja no telhado
agora não é mais e não foi sempre.
Mas houve um tempo, um baile e essa renda
guardada na gaveta da ante-sala.
Essa história igual e tão sem outra
como o olhar da velha, o vinho e a vida.

Perúgia, 1992

O Obscuro

Agora seja e pronto
e aqui o ser me venha.
O sol se põe agora e sou
e é hora ou o espelho?
Eis-me e, entanto, isso é
a vida? A ruína? O amor?
Ou o veio que vai do sangue à flor?
A água dura arranha a pedra e amanhece.
O eterno flui e esquece e dura o efêmero
e sem termo o tempo é hoje e é vento
e passa. E passo e volto ao fim? De quem?
Do que? A sina de ser queima meu rosto
e o oco do acaso se pergunta: muda o quê
se a areia enguiça na ampulheta
e há no ar um gesto de incomum?
Abraço o que há ao lado e no escuro
sem saber se me fere ou abraça, pois
é tarde e a tarde tarda
e quem me salva de ser?
Ouvindo a voz do logo e não a mim
vejo que tudo e todos somos um.¹

Petrópolis, 1990

¹ Como em Heráclito de Éfeso, dito: o obscuro

Outono

Venho de longe, minha amiga. Venho.
Andei sem calendário, sem destinos
entre países de sal e primavera.
Reinos estranhos onde um aroma de hortelã
era tudo o que um rei tinha pra reinar.
Andei errante e foi meu dono o vento
e vivi entre povos onde basta à noite
o canto e o mar.
Por isso mesmo, vindo de tão longe
nada tenho que te dê: nem pão nem flor.
Vaguei? Não sei. Andei? Estive sempre
ao teu lado, à volta desta tarde
dessa frase escrita a cal no muro
dessa tão minha vontade de ficar?
E agora setembro nos devolve à dor
de havermos escapado do silêncio
sem louvar a Deus e ao esquecimento.
Se uma estranha lembrança, passageira
outra vez nos esquece nesta praia
quem saberia por que a flor de maio
não abriu ainda a rosa ao dia?
Ou por que esses vulcões da Nicarágua
estão cobertos de neve e são aos homens
leves, como é leve o fogo e leve o breve
lembrar por um momento disso tudo.
Não sei. Não somos e eu não trouxe nada
e o nome obscuro do sofrimento fere.

Buenos Aires, 1988

Ripa

Há rostos que mudam
e traem os tempos.
O desejo do novo
deixa sulcos
no rosto cansado
da memória. Por isso
escondida de quem
sobe o monte
ao Sul de Assis
a do santo
Ripa, a antiga
ao redor da cidadela
armou a muralha
dos prédios de agora.
De esmalte e cimento
e não de pedras
com varanda e janela
eles olham para fora.
A alma dos mortos
e um bando de pombas
vagam sem rumo
na tarde sem pressa
porque os vivos
sem nome e sem ontem
com compassos e réguas
mudaram tudo à volta
de uma velha que à tarde



Os Outonos Cúmplices

Para o Joel

A amizade mancha.
Ela marca o outro de uma cor igual
pois entre amigos de muito tempo
há gestos cúmplices entre mortos e afilhados.
Alguns partiram cedo. Deixam nomes e a falta.
Mas os outros ficam e se reúnem, e há ritos
pois acaso viaja a alma do morto
sem a mão do que ajeita entre as flores
um último nó na gravata?
Há bodas de prata e entre barbas ralas
restos de afeto deixados no tapete.
A amizade envelhece, usa bengalas
reaprende manias e resmunga.
O olhar demora no rosto do amigo
pois as almas voltam nele à casa.
As mãos afagam ombros e o antebraço
e os dois se amparam no meio da ladeira.

Petrignano di Assisi, 1992

Sentado, a Cabeça Baixa

A morte cansa o corpo
e por isso a alguns os homens dão estátuas.
Corpos atílicos a cavalo, as patas da frente
levantadas, como a quimera do eterno
a fim de que os vivos toquem o imorredouro.
Mas a estátua de Gandhi, colocaram os ingleses
no centro de Tavistock Square, em Londres.
Ali, num lugar calmo e sem valor
entre ninhos e edifícios de ciência e arte.
Como apenas uma manta leve cobre o corpo
do bronze escuro, esse indiano sente frio.
As pernas cruzadas, como quem viaja com a alma
e os olhos baixos de quem já conhece o caminho.
Ei-lo deixado ali para que a paz tenha um vulto
e, ao passar, quem passe lembre dela.
Ei-lo ali, deixado, sentado e só.
Sentado, a cabeça baixa.

Londres, 1989

Um Velho em Brunico

Era um pouco depois do meio-dia
fazia frio e havia neve à volta
mas era o céu azul e a tarde amena
nesses altos dos Alpes, nesses altos.
Por isso bocejou e disse
a palavra *basta*, e havendo dito
pensou que morria, e era disto.
O trem tardava na estação vazia
e se viesse a morte antes (pensou)
a tomaria e pronto. Tudo é viagem.
Mas (depois) não. Melhor viver.
A morte era o ensejo desse dia
mas a vida vale um pouco mais ainda:
um outro trago entre amigos, a boca
limpa no pano do punho da camisa.
O cigarro aceso e ver a cinza
fazer a torre infinda do efêmero.
Ou menos do que tudo e sentir só
o vento anil da Áustria pelo rosto
como (faz tempo) no gesto do menino.
A vida vale (lembrou) e vale ainda:
a chegada do trem das seis, de um outro neto
o resultado do jogo, a loteria da sexta
e a promessa de amor, cumprida enfim
(a que um dia prometeu um adivinho).
Melhor viver (pensou) e entrou no bar
saudou dois ou três com um leve aceno
escolheu a mesa mais perto da janela
e a vontade de morrer matou com vinho

Brunico, 1988

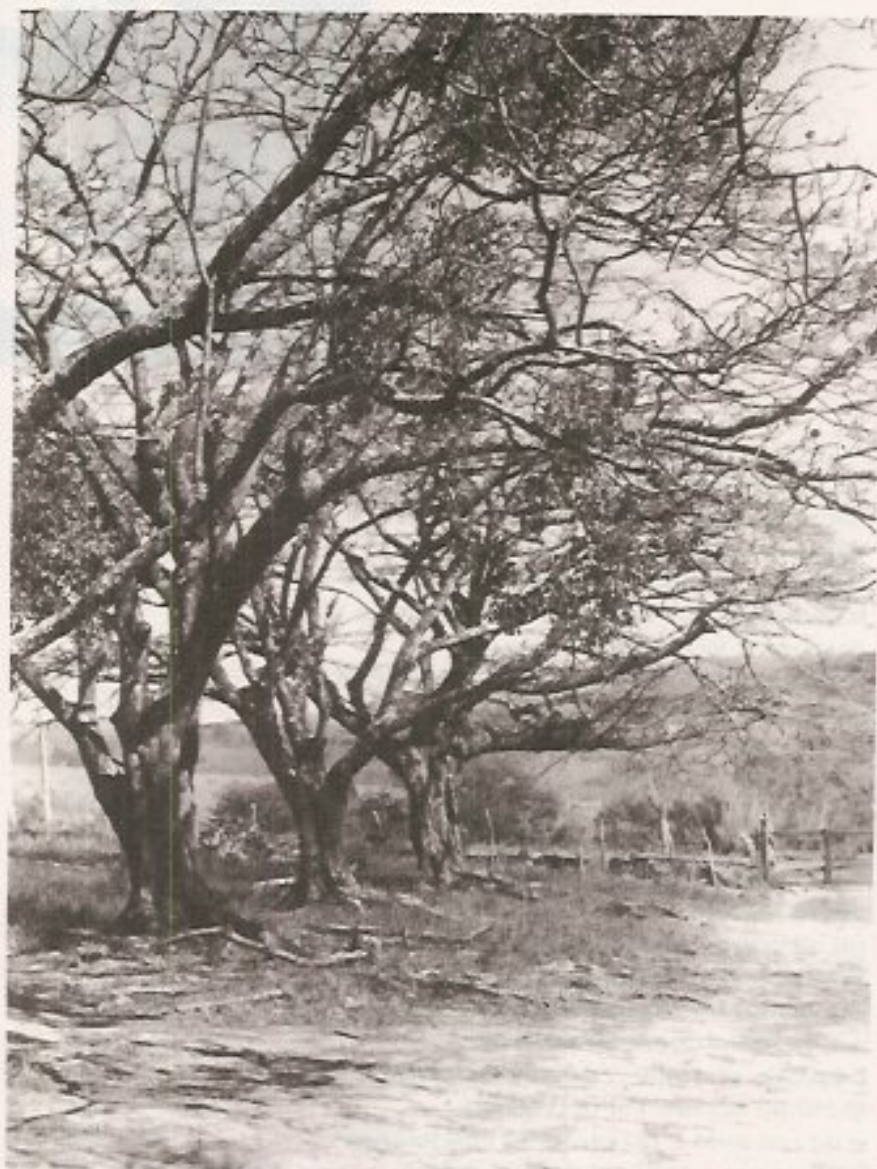




Valença e Tui

A um lado e outro do rio Minho
o coração descansa e lembra ontem.
Alguns peixes nadam rio acima
e mesmo o sofrimento é em silêncio.
Cobertos de pó os corpos são memória
e conhecem de cor o caminho de casa.
Pelas ruas se passa e pelos rios
e as almas do mundo vagam na corrente
entre as margens onde as garças pousam
e os homens se matam e na entressafra
constroem conventos e currais.
Às vezes, aos lados há pinheiros
e há vinhedos e sinais da vida
e se imagina moças e garrafas
gaitas de fole e o som de dois pandeiros
na alegria de julho, quando é quente.
Um colar no pescoço, um véu, um rosto
um aceno de adeus e a mesa posta
à espera de quem virá um dia:
amanhã, no Natal... depois de morto.
O Minho separa Tui de Valença
e de um lado e do outro há candelárias
e altares e mantilhas de cor negra.
Há em Valença festas ao Senhor dos Esquecidos
e em Tui à Virgem Maria da Quinta Angústia.
Todos crêem mas Deus é estranho e errante
e sobre o destino dos outros conta pouco
e ora protege um lado, e depois outro.
Por isso em Tui e em Valença, sobre o Minho
há igrejas, fortalezas e canhões.

Valença do Minho, 1992



Com vassouras e sonhos
varre as folhas do outono.
Varre as almas, e chora.

Petrignano di Assisi, 1992

São Paulo S/A*

Laymert Garcia dos Santos

Professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação-Unicamp

Reverendo *São Paulo S/A*, há pouco tempo, a primeira coisa que me veio à mente foi uma frase de Buckminster Fuller que, a meu ver, cabe como uma luva para esse filme. Ele diz: *Aprendi muito cedo e penosamente que você tem de decidir, de saída, se está tentando fazer dinheiro ou fazer sentido, na medida em que ambos são mutuamente excludentes.*

Tentar fazer dinheiro ou fazer sentido. A frase veio com toda força para iluminar o filme e o conflito de Carlos, muito embora nem ele, nem Person tenham a clareza de Buckminster Fuller.

Há dois tempos nesse filme. O tempo do presente; tempo da crise; tempo da ruptura com Luciana e Arturo; tempo do abandono da família, da grana e do trabalho; tempo da solidão e da deriva pelas ruas de São Paulo; tempo da marginalização, da fuga e do retorno à cidade. Tempo da percepção de um presente sem sentido; tempo da abertura de um imenso buraco. Tempo vivido na rua e na estrada.

Nesse tempo, Carlos corta a cidade em todas as direções. Nós o vemos passando por todos os lugares que conhecemos: a Praça da Sé, o Viaduto do Chá, as ruas do Centro, o Copan. Mas Carlos não está nesses lugares, sua presença neles é feita de ausência: Carlos não se encontra no espaço por onde anda, é mais uma espécie de zumbi. É que o corpo de Carlos perambula, feito um autômato, pela cidade, mas a cabeça está num outro tempo, a cabeça está cheia das imagens do passado, das ima-

gens gravadas entre 1957 e 1961; mergulhada no tempo da rememoração, ela remonta as imagens da memória, tentando, entender o que aconteceu, tentando encontrar a razão da insatisfação. É o tempo do flash-back, que na verdade constitui um filme dentro do filme. O filme de Carlos. Com efeito, vagando pelas ruas da cidade, Carlos assiste ao filme que o passado projeta na tela da memória. Vendo essas imagens que desfilam, Carlos se pergunta: O amor, o dinheiro, o trabalho, a vida - como tudo isso se articula? Como tudo isso conduziu-me até aqui? E novamente, no tempo de flash-back, nós o vemos nos diversos pontos de São Paulo, mas aqui ele está integrado à paisagem, é parte dela, como um peixe dentro d'água; tão integrado que nem presta atenção na cidade, na sua cidade.

Tanto no presente quanto no passado, Carlos está ao mesmo tempo, dentro e fora da cidade. E talvez seja esse um dos seus grandes problemas, uma das razões que o faz perder o rumo e entrar em crise. O mais curioso, é que São Paulo também está dentro e fora de Carlos. Nesse filme, o indivíduo funde-se com a sociedade e esta se reflete naquele; nesse filme, há uma intensa circulação de afetos e efeitos entre o indivíduo e a sociedade; há impregnação

* Texto apresentado no Ciclo de Cinema do Seminário *A Imagem de São Paulo*. Cinemateca Brasileira, São Paulo 5 de outubro de 1989.



Esta foto refere-se a uma instalação que o artista plástico Rubens Mano fez no Viaduto do Chá, dentro do Artef/Cidade II, em 1994

recíproca e também luta, rejeição; há complementariedade.

Talvez por isso mesmo seja tão forte, tão densa a impressão de que Person realmente conseguiu captar a alma da cidade, aquilo que a anima. São Paulo inteira está dentro do apartamento no instante em que Carlos se separa de Luciana; São Paulo inteira acolhe, absorve o rosto de Carlos na fusão do final do filme. E é esse, a meu ver, o maior êxito de Person: filmar a cidade de tal modo

que ela não surja nunca como imagem auto-suficiente, como cenário ou pano de fundo para um drama, mas sim como parte, como parceiro da interação indivíduo-sociedade anônima, interação que produz um drama.

Tudo o que faz a força e a miséria de São Paulo está lá, ganhou corpo e visibilidade: a importância soberana do dinheiro, o mito da redenção pelo trabalho, o otimismo na pujança da locomotiva do Brasil, a exploração do nordesti-

no, os trambiques, o jeitinho nas relações com o ministério público, a arrogância machista no trato com as mulheres, a ambição da pequena burguesia, o anacronismo dos valores familiares numa cidade que está justamente liquidando a família, o esfacelamento das relações humanas, a solidão, o anonimato, a mistura de raças e influências, a loucura.

Todos os lugares são visitados: o centro da cidade, a selva de pedra, a fábrica de automóveis, os meios de transporte, a rodoviária e a estação de trem, os apartamentos minúsculos, a casa de família, os bares, a São Silvestre, o Juqueri, o Ibirapuera, o fim de semana na praia, a favela, o curso de inglês, as praças, a Serra do Mar, a sauna, o interior dos automóveis, a televisão. No entanto, o espaço urbano não é exibido mas sim habitado.

Nós, espectadores, vemos o indivíduo e a sociedade na alternância dos dois tempos: o presente da percepção, o passado da memória. É como se fôssemos vendo o filme que trata da interação indivíduo-sociedade e o filme que o indivíduo Carlos vê. Até que a percepção dele e a nossa se encontram.

Carlos decidiu fazer dinheiro, vencer na vida, e imprimiu essa direção nas coisas do amor e do trabalho. Carlos passa a produzir engrenagens. Mas, aos poucos, vai notando que a tendência do processo é transformá-lo também em engrenagem, em autopeça. Carlos vai reparando que a cidade está tornando-se uma enorme indústria de autopeças - São Paulo S/A. Cabe salientar que, raramente, a mudança profunda que a industrialização opera na cidade e em seus habitantes foi tão bem explicitada. Carlos percebe, e nós com ele, que industrialização é sinônimo de despersonalização. Despersonalização do operário e do engenheiro, mas também do desenhista industrial Carlos, e também de Arturo e Luciana, par perfeito como vetor do lucro; despersonalização, ainda, de Ana, cuja beleza e juventude vão se consumir na busca do dinheiro fácil; desper-

sonalização, por fim, que Hilda, a existencialista, vai recusar: ela desprezara o dinheiro e encontrara a plenitude no amor, mas não poderá suportar a sua perda, antes de tornar-se uma sombra contra a muralha de prédios de São Paulo. O filme mostra que a industrialização é sinônimo de despersonalização. E seria impossível deixar de lembrar que seu diretor se chama precisamente Luís Sérgio *Person*.

Carlos decidiu fazer dinheiro. Mas, desde sempre, alguma coisa o faz recusar esse caminho. Carlos tem desprezo por Ana, que troca o amor por um passeio de lancha; tem desprezo pelos cálculos de Luciana e seu jeito voluntarioso, por baixo da máscara de moça boazinha; tem desprezo pelo modelo *self-made man* de Arturo. O suicídio de Hilda é a gota d'água... e a crise eclode.

É interessantíssimo observar que *Person*, na primeira versão do argumento de seu filme, intitulou-o *Agonia*, trocando-o mais tarde por *São Paulo S/A*. Como se a ênfase recaísse inicialmente no processo que se declara no indivíduo. Como se, depois, *Person* quisesse sublinhar que o principal é a transformação de São Paulo numa grande empresa. Como se o próprio diretor, à maneira do personagem e do espectador, fosse realizando que fazer dinheiro é não fazer sentido e que o processo extrapola a esfera do indivíduo, que o processo é social.

Ora, essa descoberta desemboca, creio eu, na ambigüidade em que o filme termina. Recusando-se a continuar fazendo dinheiro, Carlos quer fazer sentido - mas sem saber o que é isso, nem como. Tudo o que está ao seu alcance, no momento, é fazer *tábula rasa* do passado e recomeçar do zero; recomeçar outra vez; recomeçar de novo; recomeçar mil vezes; recomeçar sempre. Mas não ficamos sabendo, nem Carlos, o que é recomeçar. É repetir? É inventar? É procurar? É encontrar? É sonhar? É despertar?

Se além da via do dinheiro sobrar apenas o caminho trilhado por Sísifo,

caminho do sofrimento, da angústia, então a vida em São Paulo é sem saída. Pois se recomeçar é repetir o mesmo, a agonia só poderá se agravar: a escalada social parece ter como corolário o fracasso existencial. Mas talvez recomeçar seja fazer outra coisa. Person deixa em aberto, termina o filme em suspenso, coloca a questão a critério de Carlos e do espectador. Suspeito, porém, que recomeçar é tentar criar engrenagens que farão sentido.

Não gostaria de terminar sem antes mencionar o extraordinário valor documental de *São Paulo S/A*. Person filmou a vida transcorrendo na cidade, no final dos anos 50 e no início dos 60, captou os estados de espírito, as esperanças, os anseios, as condutas, os discursos de uma época na qual se deram grandes transformações. E como tudo isso foi registrado em seu caráter cotidiano, corriqueiro, anônimo, o filme de Person faz lembrar um pouco os filmes de Ozu, acolhendo a passagem do tempo e da vida. Evidentemente não há, aqui, a serenidade nem a simplicidade refinada do mestre japonês; em Ozu o drama da existência jamais ganharia um tom grandiloquente, como acontece aqui, em certos momentos. Ainda assim, a referência ao cineasta oriental não me parece forçada. Em ambos os casos, o filme respira o contato íntimo do diretor com o que está diante da câmera; em ambos, há modéstia no modo de filmar, há ternura para com os seres retratados.

As imagens cinematográficas de

Person são tão verdadeiras, que sentimos como se conhecêssemos aquelas pessoas todas. De certo modo, é perturbador ver como o universo desses anos ainda nos é familiar, contemporâneo, mas, por outro lado, não deixa de ser inquietante atentar para as diferenças, para o que mudou. Embora próximo, o otimismo evaporou-se: quem, hoje, na classe média, pode em sã consciência acreditar que o trabalho vale a pena e será recompensado? Quem, hoje, não percebe que a fenda se aprofundou terrivelmente, fazendo a crise eclodir também no sexo e na violência? Quem não se dá conta de que a perda da referência se generalizou, tornou-se uma questão não mais vivida individualmente, mas um fenômeno de massa? Quem não vê que o conflito tornou-se mais ácido, e que, os que escolheram fazer dinheiro ficaram mais cínicos?

São Paulo mudou bastante da década do desenvolvimentismo para a década da desilusão. A agonia não é mais uma experiência individual, a agonia é, diretamente, uma vivência social. São Paulo é uma sociedade anônima entranhada em seus habitantes, hoje perplexos. Nos anos 50, a falta de sentido parecia só incomodar aos Carlos e às Hildas - os outros estavam dentro das normas, os outros eram a norma, não podiam sequer compreender quem se propunha a escolher outra via que não a via do dinheiro. Agora, parece-me, que muita gente começa a achar que urge fazer sentido.

Menocchio e Rivière:
a palavra construída*

Gladys Sabina Ribeiro

Professora do Colégio Pedro II, da Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em História Social do Trabalho, na Unicamp

História e Linguística. História
e Antropologia

Muito se tem comentado, falado e discutido sobre as idéias do historiador Carlo Ginzburg. Isto se deu após a publicação da primeira edição brasileira do seu livro *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*,¹ no ano de 1987. No prefácio à edição italiana, o autor enuncia as suas propostas teóricas e metodológicas, diga-se, de passagem, de forma menos brilhante do que a sua realização. No decurso da obra, o moleiro Menocchio vai se revelando e deixando entrever a sua originalidade e a existência de uma autêntica cultura popular.

No meu entender, há dois aspectos que merecem ser destacados nesse livro. O primeiro diz respeito à conceituação de cultura, e mais, da cultura popular, o que realiza com grande proximidade à Antropologia. O segundo é aquele que marca a "circularidade", *influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica*, como definitiva para a compreensão do papel das idéias do moleiro e da formação de uma determinada cultura popular.²

Mesmo Ginzburg tendo deixado claro a sua inspiração em Mikhail Bakhtin, pouco tenho visto se recorrer às obras de tal autor para uma melhor compreensão da proposta da circularidade, do conceito de cultura popular, de classe social, além do recorte das fontes ou séries. Alguns equívocos são cometidos.

Por exemplo, critica-se Ginzburg por ter reduzido Menocchio - homem tão diferente! - ao mesmo; por tê-lo reduzido, obrigando-o à pertinência a uma determinada classe social. O historiador italiano teria negado a diferença, buscando a continuidade dos saberes, e, por conseguinte, teria se esquivado de abordar a mudança.

Por estas e outras razões, achei por bem voltar a M. Bakhtin. Não ignorando seus livros posteriores,³ porém, tomando-os como referência não-imediata, resolvi partir das idéias expostas em *Mar-*

* Este artigo, tal qual de: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. In: *Resgate*, Campinas, v. 2, n. 2, p. 48-55, 1991, foi fruto das discussões teóricas travadas nas aulas de Teoria e Metodologia em História do Trabalho I, no primeiro semestre de 1991, sob a orientação do Prof. Dr. Edgar de Decca. Os autores possuem opiniões divergentes sobre as obras de Ginzburg. C. *Os queijos e os vermes*, e Foucault, M. *Eu Pierre Rivière, que degolai minha mãe, minha irmã e meu irmão...*

¹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

² *Ibidem*.

³ Estou me referindo a outros livros de M. Bakhtin, como: *Problemas da obra de Dostoiévski*, publicado em 1929, na URSS, e cuja tradução francesa é de 1970; *A obra de François Rabelais e a cultura popular da Idade Média e da Renascença*, publicado em Moscou, em 1965, e, no Brasil, em 1987; *Questões de literatura e de estética. A teoria do romance*, coletânea de trabalhos de pesquisa sobre teoria e crítica literária escritos em épocas diferentes, sendo a publicação brasileira de 1988, pela Hucitec.

xismo e Filosofia da Linguagem.⁴ Afinal, o que pensava Bakhtin? Qual a sua proposta teórica? É necessário analisar como ele constrói a noção de signo, significado e ideologia, para poder entender a sua forma de acesso ao real e de construção da realidade.

Para ele, todo produto ideológico faz parte de uma realidade natural ou social e possui um significado. A ideologia só existe através dos signos. Estes podem ser fenômenos naturais, material tecnológico e artigos de consumo. Um signo não é só parte da realidade, ele reflete e refrata uma outra, porque tudo que é ideológico possui um valor semiótico. O signo ideológico não é apenas reflexo, é um fragmento material já que *todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material*.⁵ A realidade do signo é objetiva e como tal, passível de estudo metodológico.

A ideologia não se encontra na consciência, como quer a visão psicologista da cultura e da filosofia idealista. A formação da consciência dá-se no processo de interação social, quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico). Ela não deriva direto da natureza e só adquire *forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais*.⁶

O fenômeno ideológico está ligado às condições e às formas da comunicação social. E qual seria, então, o fenômeno ideológico por excelência? *A palavra*, modo mais puro e sensível da relação social. Ela dá conta da comunicação da vida cotidiana, é fruto dos processos produtivos e está diretamente vinculada às esferas das diversas ideologias. Não pode suplantá-las qualquer outro signo ideológico, porém, está presente em todos os atos de compreensão e de interpretação. Por isto, é o objeto fundamental do estudo das ideologias.

Portanto, para Bakhtin, a palavra e sua análise não são destacáveis da sociedade. Através da palavra podemos chegar ao social.

*As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o "indicador" mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem-formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.*⁷

A palavra é o meio pelo qual se pode ter acesso às mudanças da sociedade. Quando reconstruo o que aconteceu a partir dos rastros deixados pelos discursos (palavras e signos), não ignoro a mudança social. Apreendo-a, sim, de forma sutil, mas objetiva.

Usei o termo *rastro* propositalmente. Iguamente, poderia ter dito *indício*. Quis remeter-me à Ginzburg⁸ e ao modelo epistemológico do paradigma indiciário, usado na tessitura das análises sobre o moleiro Menocchio. Parece-me que este autor tem como base uma concepção do discurso bem próxima da de Bakhtin. A palavra é usada como fato ideológico; dá conta da vida cotidiana e está ligada a um processo produtivo. Pelo método indiciário, devo procurar entender como os agentes sociais construíram sociedades novas no sentido do diferente

⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986. Esse trabalho foi publicado pela primeira vez em Leningrado, no ano de 1929, sob o nome de V. N. Volochinov. As idéias expostas a seguir estão nas partes I e II desse livro.

⁵ *Ibidem*, p. 33.

⁶ *Ibidem*, p. 35.

⁷ *Ibidem*, p. 41.

⁸ GINZBURG, Carlo. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ou, ao menos, como tentavam fazê-lo, e como passavam a engendrar novas formas ideológicas. Evidentemente, não posso esquecer que as visões desses agentes sociais são construídas, *lidas*, pela própria visão do historiador, ou, no dizer de Bakhtin, pela *palavra-interna*, quer dizer, ideologia.

Cito abaixo alguns trechos de Bakhtin esclarecedores das relações entre ideologia, classe social e cultura:

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se "refrata". O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: "a luta de classes". Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Conseqüentemente, "em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios". O signo torna-se a arena onde se desenvolve a luta de classes. (...) Na verdade, é este cruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria (...).⁹

Mais uma vez, reafirma-se a produção do discurso pelas classes sociais. É pelo discurso que se chega ao real, enquanto construção vinculada à experiência de uma classe; ao cotidiano permeado por interesses sociais divergentes, lutas e tensões; pode-se entender a dinâmica social, o que movia aqueles homens, quais os sentidos das suas ações e os significados que lhes atribuíam. É possível compreender melhor a cultura de uma sociedade e sua produção, bem como as mudanças ocorridas, conferindo-lhes um caráter de classe não estanque, dialético e presupondo uma comunidade semiótica. Há um mesmo código ideológico e uma só

língua, embora aí se confrontem índices de valor contraditórios.

Desta forma, a análise da palavra, tecida por uma *multidão de fios ideológicos* e servindo de *trama* às relações sociais, é fundamental para o estudo da ideologia e da sociedade porque

A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou sentido ideológico ou vivencial.¹⁰

Por isso, o discurso, tanto para Bakhtin como para Ginzburg, é prática. A sua análise abre caminho às formas de vivência do real. Existe uma matriz, a tal comunidade semiótica, que, como código ideológico de comunicação, torna possível a troca cultural, a *circularidade*, como a definiu Ginzburg. É o signo, plurivalente, o local privilegiado da luta de classes e onde é factível estudar a mudança. Fica patente, então, que a *circularidade* não pode ser apenas bipolar, funcionando como se fosse uma bola de pingue-pongue. Existem valores e *factos* ideológicos que se confrontam. Há outros, porém, que são comuns, trocados e, até mesmo, reinterpretados de forma dinâmica. A dialética preside a circularidade.

Lê equivocadamente Bakhtin ou Ginzburg, quem diz que para esses autores só existe ideologia na classe dominante. Talvez, tais leituras estejam ainda impregnadas de uma visão mecanicista. Bakhtin não só vê o signo como lugar da luta de classes, abrindo um espaço para a sua apreensão, conforme já mostrei, mas também como seu produto. Sua visão é, mais uma vez, dialética. Não se submete ao mecanismo da tríade: tese, antítese e síntese. Assume-a no movimento constitutivo da própria dialética. Há que existir classes sociais diferentes e com especificidades próprias. Ele não nega elementos ideológicos comuns (comunidade semiótica), entretanto, não

⁹ BAKHTIN, Mikhail. Op. cit., 1986, p. 46.

¹⁰ Ibidem, p. 95.

pretende eliminar as classes da História nem subtrair os signos das tensões advindas das lutas sociais. Não há suplantação; há interação de culturas; existe movimento e dinamismo social. Não há reapropriação, pelos populares, dos valores, dos traços culturais da classe dominante, deformando-os e estereotipando-os. Existe, sim, uma cultura popular própria e autêntica que, não raras vezes, utiliza, como não poderia deixar de ser, signos comuns. Diz Bakhtin que se o signo é subtraído à luta social, vira alegoria... E há alegorias rondando em leituras deturpadas de Bakhtin e de Ginzburg, em relação aos chamados *dominados e dominantes*!...

Continuando com Bakhtin:

A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter tangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente.

Na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta "dialética interna" do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante.¹¹

Inexiste a visão da classe dominante como vilã. Os signos ideológicos são produzidos tanto por *dominantes* como por *dominados*; eles têm poder e são instituintes de poder. Os poderes das classes dominantes não são externos às classes populares, nem o contrário seria

verdadeiro. Os signos não são a arena onde se desenvolve a luta de classes? Assim, o poder aí se estabelece, com a classe dominante tentando impingir sua lógica como valor e signo ideológico único. É sua forma de tentar impedir a mudança. Trata-se de hegemonia, não de substituição de uma ideologia por outra. É importante não ver em uma questão que podemos denominar briga, luta, confronto, ou seja, tentativas de uma classe se sobrepor a outra, em uma mera visão *natural* das classes dominantes, ou mesmo das classes subalternas, como se o processo histórico fosse demiurgicamente determinado, ou como se uma classe pudesse impingir os seus valores a outra como um barro dócil de se modelar, sem nenhum tipo de resistência. A História não é mágica: tudo se sabendo, planejando e arquitetando de antemão... Estas últimas concepções são por demasiado monolíticas e simplistas. Nada dialéticas. A prática social é bem mais complexa, plural; supõe o jogo tenso das lutas e hegemonias. Segundo Bakhtin, o discurso brota deste tipo de *prática*, assim como a consciência. Cabe aqui lembrar ser esta visão da História, não mitificadora de classes, que reconhece os lugares *próprios*, específicos, autênticos dos populares e das elites, propondo-se exatamente a estudá-los dialeticamente, cara a Bakhtin e Ginzburg. Decorre, daí, a necessidade de ambos se debruçarem sobre o estudo das *culturas populares*. Ainda mais, para estes autores, os populares não se apropriam da ideologia e dos valores da classe dominante, deformando-os. Também as suas atitudes não são pura e simplesmente de resistência. As suas análises partem de uma visão dialética do social, das lutas internas e intraclasses sociais. Neles não se vê a resistência como simples negação ou mesmo a visão de que os populares acreditavam, piamente, nas representações que deles se fazia. Não podemos coisificar os populares! Adiante veremos

¹¹ BAKHTIN, Mikhail. Op. cit., 1986, p. 47.

como Ginzburg atribuiu a Menocchio e aos populares uma ideologia, uma autonomia à sua cultura. Reagir não é somente agir-contrá. Pode simplesmente significar ter outra lógica, construir o diferente, ler o mesmo como outro, ao invés de transformá-lo em alegoria.

Todo signo, de qualquer natureza, é passível de várias leituras produzidas em contextos específicos, por parte do leitor ou do receptor, ou de ambos. História oral ou História escrita, o problema teórico é praticamente o mesmo. A fala e a escrita são enunciações. Toda enunciação é resposta a alguma coisa e construída como tal. Desta forma, podemos dizer que o discurso, tanto para Bakhtin como para Ginzburg, é prática, mas de modo diferente daquele enunciado por Foucault.

Nos textos de Bakhtin e Ginzburg, a enunciação é dinâmica e é produzida pela experiência. Não é à toa que Ginzburg se preocupa em estudar a experiência do moleiro tal como foi produzida, lida por ele e por outros, contemporâneos ou não. Toda leitura produz uma versão e envolve produção, circulação e consumo. A apreensão do real, portanto, a construção da realidade por uma determinada classe social, baseia-se na sua experiência, na sua vivência.

Ginzburg, das páginas 125 a 129 de *O Queijo e os Vermes*, analisa a ideologia das classes populares construída a partir da experiência.

Porém, não é através das experiências cotidianas de Menocchio que obteremos todas as explicações; talvez, melhor dizendo, elas não expliquem nada. A analogia entre a coagulação do queijo e a condensação da nebulosa destinada a formar o globo terrestre pode parecer óbvia para nós, mas com certeza não era para Menocchio. E não apenas isso. Sugerindo essa analogia, ele estava reproduzindo, sem saber, mitos antiquíssimos, remotos (...)
É uma coincidência espantosa - digamos até mesmo inquietante - para quem não possui explicações prontas e aceitáveis, como a existência de um inconsciente coletivo, ou simples de-

mais, como o acaso. Decerto, Menocchio falava de um queijo bem real, nada mítico, o queijo que vira ser feito (ou que talvez ele próprio tenha feito) inúmeras vezes. (...) Mas no caso de Menocchio é impossível não pensar em transmissão direta - transmissão oral, de geração para geração. Essa hipótese parece menos improvável se pensarmos na difusão - durante os mesmos anos e justamente no Friuli - de um culto de base xamanista como os dos "benandanti". A cosmogonia de Menocchio localiza-se nesse terreno, ainda quase inexplorado, de relações e migrações culturais. (p. 126-7).

É curiosa a forma de Ginzburg reconstruir a sua leitura das idéias de Menocchio e a existência de uma ideologia popular. Levanta possibilidades e trabalha com as hipóteses através de um jogo de afirmativas e negativas. Recupera os signos ideológicos de Menocchio a partir da experiência dele, entretanto, não nega a comunidade semiótica, tanto presente quanto passada.

A experiência de Menocchio é única, original. Ela cria uma nova visão de mundo, confirma a tradição oral e deixa entrever a emergência de um estrato cultural profundo em que a reforma e a imprensa tiveram um papel importante.

A maneira de ler de Menocchio era própria (p. 89), porém, não era independente da rede de História oral que se interpunha entre o texto e a sua leitura. Menocchio é singular, mas isso não invalida que se possa perceber pelo seu discurso, nascido, naturalmente, de sua prática, a existência de uma cultura camponesa, popular. Ginzburg não desfaz Menocchio, ao contrário, mantém a sua originalidade. Reafirma uma visão da História que não descarta a experiência dos homens na formação das classes sociais e da consciência de classe. As classes constroem-se dialeticamente, interagem e têm autonomia.

Menocchio era consciente e orgulhoso da originalidade de suas idéias e, por isso, desejava expô-las as mais altas autoridades civis e religiosas. Ao mesmo tempo, porém, sentia necessidade

de dominar a cultura dos seus adversários. Compreendia que a escritura e a capacidade de dominar e transmitir a cultura escrita era uma fonte de poder. Não se limitou, portanto, a denunciar a "traição dos pobres" pelo uso de uma língua burocrática (e sacerdotal) como o latim. O horizonte de sua polémica era mais amplo. "O que é que você pensa, os inquisidores não querem que nós saibamos o que eles sabem"(...) Entre "nós" e "eles" a contraposição era clara. "Eles" eram os "superiores", os poderosos - não só os situados no vértice da hierarquia eclesiástica. "Nós", os camponeses (...) mas nem por isso pensava que a longa luta que iniciara com as autoridades dissesse respeito só a ele. (p. 128-9).

Este trecho é belíssimo. Mostra justamente como a experiência de Menocchio - única, original, indissolúvel - toma-se vivência, e como, através dela, de suas relações herdadas e partilhadas e de interesses divergentes, ele percebe-se enquanto classe. A sua consciência manifesta-se em termos culturais.

A análise do discurso do moleiro não nega o conteúdo ideológico *positivo*, instituinte de fatos sociais novos. Não nega a autonomia da cultura popular, produzida pela circularidade; não nega a ideologia das classes populares (nem das classes dominantes!).

Menocchio fazia questão de afirmar que seu pensamento fora construído por ele próprio (p. 115, 209, entre outras).

"Conceda-me a graça de me ouvir, senhor". Quem representa o papel da cultura dominante? E quem representa a cultura popular? Não é fácil responder. A forma pela qual Menocchio se utilizava da semelhança entre os três anéis tornava a situação ainda mais paradoxal. (...)

Tudo o que vimos até agora demonstra que Menocchio não reproduzia simplesmente opiniões e teses de outros. Seu modo de lidar com os livros, suas afirmações deformadas e trabalhosas são sem dúvida sinais de uma reelaboração original. É evidente que esta não partira do nada. Cada vez com mais nitidez, vimos como ali se encontram,

de modos e formas a serem ainda precisados, correntes cultas e correntes populares. (p. 114).

Ginzburg reafirma a circularidade, mas não nega o conteúdo ideológico, nem de Menocchio, nem das classes populares. Porém, há hegemonia das classes dominantes. O moleiro reconhece claramente essa hegemonia através da consciência que tem do *nóse* do *eles*. Sua atitude não é de resistência, como a simples negativa de um signo. Propõe uma visão nova do mundo, usando a linguagem e os conceitos como pedras e tijolos (p. 131-2). Os populares são, também, detonadores do movimento da História. Não há aqui mascaramento da realidade produzido pelas classes dominantes. Existe, sim, representações, que são signos ideológicos e não devem ser tomadas como reflexos mecânicos do real.

Uma das contribuições do livro *O Queijo e os Vermes* é a percepção das leituras de Menocchio. O moleiro criava uma proposta de um mundo novo; seu pensamento apresentava pontos irredutíveis a qualquer influência. Era construído. Mas nem todo o seu pensamento era irredutível. No dizer de Renato Janine, no *Postlácio*, tudo isso é muito importante não para se saber o que Menocchio leu - nem é possível precisar todas as obras a que teve acesso - mas para entender como leu e o que fez da sua experiência; para diminuir a *distância que se costuma propor entre leitura e escrita, entre uma postura passiva e outra ativa frente ao conhecimento* (p. 236).

Os significados não estão cristalizados no texto. Dependem da produção, da circulação e da leitura; da dinâmica da História. Um primeiro conjunto de significações é produzido pelo autor. Tais significações podem não coincidir, no todo ou parcialmente, com as produzidas pelo leitor. As significações são ilimitadas. Existe uma relação dialética entre significação e texto. O historiador trabalha, construindo significações a partir da experiência de outrem, do discurso de

outrem. Produz *uma leitura possível* de acordo com as suas condições históricas, com a sua própria experiência, individual e social. Fará, necessariamente, uma proposta de interpretação, de leitura. Portanto, se sua prática é muito diversa daquela de quem produziu o discurso, é preciso buscar a riqueza das fontes para, resgatando experiências, propor interpretações. Não se busca a identidade com o real nessas interpretações ou reproduzi-lo como uma pintura realista. Este existe, mas só é apreendido como construção. Não se busca a verdade unívoca, porque seria entendê-la emergindo do real. Bem, nem do real nem da realidade. As significações são plurais. As realidades e as verdades também.¹²

Foucault e sua Arqueologia

Uma vez que a análise de toda a obra de Michel Foucault não é o objetivo deste trabalho, tomarei por base os livros *Eu Pierre Rivière... e a Arqueologia do Saber*. Neste último, ele se propõe a esclarecer algumas das suas idéias, formular teoricamente o que vem praticando. Faz uma espécie de autocritica e avança na sua arqueologia do saber. De certa forma, é uma resposta ao *Cercle d'Epistémologie de E. N. S.*,¹³ às questões levantadas a respeito de *A História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica* e *As Palavras e as Coisas*. É por isso, por ser elaboração teórica mais precisa e autocritica e resposta, que refletirei sobre alguns conceitos aí presentes, a meu ver basilares no pensamento foucaultiano. A partir deles, fica mais fácil entender sua postura frente ao processo-crime onde Pierre Rivière foi réu.

Na realidade, a minha releitura de Foucault deu-se pela curiosidade despertada em mim pelas idéias de Michel de Certeau, um discípulo seu.¹⁴

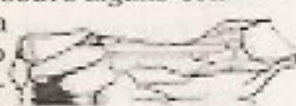
A preocupação central de Certeau é com a operação historiográfica, com a escrita da História. Como todo discurso é sempre produzido em relação a um outro, que muitas vezes não está presente e pode ou não ser explicitado, instigou-me a buscar o *outro* ou *outros*, com quem Certeau dialogava.

À medida que a leitura da *Escrita da História* avançava, o *outro* ia ficando patente. Michel de Certeau tentava se posicionar frente às brigas travadas na França, sobre as questões do discurso, do método e das diferenças e semelhanças entre História e Literatura. Sua preocupação fundamental era definir o objeto da História, a operação histórica e o *métier* específico do historiador.

Minha curiosidade ia sendo cada vez mais aguçada pelas notas de referência do livro de M. de Certeau. Partí, então, para explorar, inicialmente, Roland Barthes e Michel Foucault. Pareceu-me ser um primeiro passo interessante começar, em ambos os casos, pelas aulas inaugurais no Collège de France: Michel Foucault e *L'ordre du discours*; Roland Barthes e *a Lição*.¹⁵

Foucault e Barthes foram estruturalistas, em uma primeira hora. Ao romper com o estruturalismo, no meu entender, não acabaram de todo com o ranço estruturalista em suas idéias. A forma como Barthes entende a língua e Foucault o enunciado, denota uma preocupação com a estrutura tanto da língua como do discurso e com as normas que constituem o texto.

Roland Barthes diz ser a língua um instrumento de poder. Não possui uma visão dialética da construção desta. Ela é estrutura; é fascista. Não é combinação,



¹² Algumas das idéias aqui apresentadas estão no texto de:

RIBEIRO, Luis Filipe. *O fetiche do texto e a história*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1989. (mimeo.).

¹³ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. p. 3-20.

¹⁴ CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

BARTHES, Roland. *Lição*. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

nem seleção. Só a Literatura forneceria a libertação do homem, pela ficção e representação. Enquanto escrita, a Literatura é uma necessidade do homem. Não admite o paralelismo entre o real e a linguagem. A literatura circunscreve-se na ficção, porque é realista e irrealista. Realista porque só possui o real como objeto do desejo. Irrealista uma vez que acredita sentir o desejo do impossível.

Para Barthes, a Literatura é também escrita. Tanto Barthes quanto Foucault priorizam os lugares de produção, porém, não colocam a questão da circulação e do consumo da escrita ou das leituras que se fazem dos textos.

Foucault rompe com o estruturalismo, quando localiza as condições de produção do discurso. Contudo, o discurso, mesmo definido enquanto prática, como veremos adiante, é uma formação por regra, uma regularidade, uma entidade autônoma, embora disperso.

Voltando à sua aula inaugural no Collège de France:

No discurso que, hoje, devo proferir, como nos demais que deverei fazer aqui, talvez durante anos, eu gostaria de poder passar por eles sem ser percebido, sub-repticiamente. Mais que tomar a palavra, eu desejaria ser envolvido por ela e ser conduzido muito além de todo começo possível. Seria muito bom, no momento de falar, perceber que uma voz sem nome me havia precedido desde sempre: eu teria apenas que encadear, perseguir a frase, alojar-me nos seus interstícios, sem que ninguém notasse, como se ela me tivesse assinalado, detendo-se por um instante, ficando em suspenso. No começo, não aconteceria nada; e, ao invés de ser aquele de onde parte o discurso, eu estaria, ao contrário, à mercê de seu desdobramento, seria uma pequena lacuna, o ponto possível de seu desaparecimento. (Foucault, 1971).

Convenhamos que é belíssimo! O seu desejo é seu discurso inserir-se na cadeia de discursos. Na cadeia ou rede de discursos existentes que o precede-

ram ou o sucederão. Foucault passará. A enunciação é função vazia. O seu discurso permanecerá. O enunciado tem suas regras de formação! A circulação que se dá é a do *ente* discurso, independente de quem o produziu e de quem o consumirá. Como se vê, não coloca uma relação dialética entre a produção, a circulação e o consumo do discurso.

Vejamos estes aspectos com maior detalhe. Os discursos são uma dispersão, porém, é preciso descrever regularidades que funcionem como leis de tal dispersão. Todo discurso possui, em níveis diferentes, regras de formação relativas aos objetos, aos tipos enunciativos, aos conceitos e aos temas e teorias (estratégias).¹⁶ Tais níveis relacionam-se de forma a permitir passar-se da dispersão à regularidade. Eles não se justapõem, nem possuem autonomia, dependem uns dos outros.

A descrição dos discursos não deve ser fechada dentro do próprio discurso. É preciso articular os acontecimentos discursivos com os não-discursivos. Tal articulação dá-se através da formação de tais regras. As condições de possibilidade de um discurso se dão, porque este é um conjunto de enunciados. O enunciado é a unidade elementar e não pode ser confundido com uma proposição nem com uma frase. O sujeito do enunciado é uma função vazia, porque pode ser ocupada por qualquer indivíduo. O enunciado é passível de repetição. A enunciação, não. O enunciado é da ordem do institucional.

O enunciado, finalmente, não existe só. Sempre se relaciona a outros enunciados.

Foucault encara o discursivo e o não-discursivo como existentes separadamente. Percebo aí alguns problemas. Como é possível apreender o não-discursivo através de outra forma que não seja pelo próprio discurso? De uma maneira

¹⁶ MACHADO, Roberto. Ciência e saber: A trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 162-4.

mais geral, como apreender o não-discursivo? Tanto o discursivo quanto o não-discursivo são regularidades obedecem às regras de formação. Apresentam-se como positivities, como estruturas que não se aprisionam pelas noções de objeto, conceito, enunciado e teoria, entretanto, apresentam-se construídas a partir de regularidades das regras de formação.

Não existe noção de causalidade, nem de sistema reflexo entre o discurso e o não-discurso, mas separa a História ou a vida, ou, se quisermos, os saberes em campos político, econômico, social etc., assemelhando-se à divisão em superestrutura e infra-estrutura, não de modo mecânico, contudo, de modo relacional, relacional mecanicista!

O básico da formação discursiva é o enunciado, que é diferente da proposição - da lógica - e da frase - na gramática. Os enunciados não podem ocupar o mesmo lugar em um discurso. Há enunciados que não correspondem à frase alguma. Eles são função de sua existência. Desta forma, Foucault *contextualiza* o enunciado porque, segundo suas próprias palavras, *cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz aparecer em conteúdos concretos, no tempo e espaço.*

O enunciado aparecerá ligado a um referencial e, em seguida, a relação com o sujeito, diferente do sujeito da frase e do autor, é um espaço vazio que pode ser preenchido por qualquer indivíduo. A arqueologia assinalará a posição do sujeito, porém, esta é uma função que qualquer um pode ocupar. Não há agente histórico. O sujeito é anônimo. Não importa seu nome, seu contexto, sua *leitura* como produção, circulação e consumo. O enunciado é imutável, apenas se relaciona. O discurso de Pierre Rivière não é analisado de *dentro* de sua fala, é situado em uma cadeia discursiva, nas séries de assassinatos, de narrativas formadoras da memória popular dos crimes. Esta é a cadeia discursiva existente na França no final do século XVIII

e início do XIX. Só assim é possível se chegar ao cotidiano.¹⁷

Foucault relaciona o discurso de Pierre Rivière, que é arma, poder, a outros discursos semelhantes, porque o enunciado não existe só. Está localizado dentro de um espaço - o conjunto de formulações - em que ele se situa como elemento ou formulações as quais se refere, ou que torna possível, no futuro, pelo conjunto maior de formulações caracterizadas como um tipo determinado de discurso.¹⁸ Assim, o sujeito perde a sua especificidade histórica. A análise torna-se generalizante, estrutural, mesmo situando o sujeito em uma série ou conjunto. A noção do jogo enunciativo é rica, mas fica empobrecida pela generalidade das regras. Isto ocorre também na forma como distingue enunciação e enunciado.

O discurso, para Foucault, é prática. Prática discursiva definida como:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada e para determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de existência da função enunciativa.¹⁹

A arqueologia não faz análise das palavras, signos de outra coisa, nem análise das próprias coisas, objetos da experiência designados pelas palavras. O discurso é um sistema de regras dado como um sistema de relações.

O discurso como prática, para Foucault, considera esta prática enquanto regra situada historicamente, como possibilidade de acesso ao que efetivamente foi enunciado e pode ser repetido, enquanto materialidade. O discurso enquanto regra e materialidade parece surgir, no pensamento foucaultiano, como

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de paricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Grad, 1977. p. 211-21.

¹⁸ MACHADO, Roberto. *Op. cit.*, p. 169.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, 1987, p. 136.

emergência. Brotaria das fontes, *monumentos*, através da regularidade? Deste modo, a concepção do enunciado foucaultiano tem seus traços de semelhança com a visão de língua para F. Saussure. Língua, conjunto de formas, independente do impulso criador da ação individual, independente de ser produto da criação coletiva e fenômeno social, portanto, como toda instituição social, normativa para cada indivíduo.²⁰

A análise das palavras, fora do contexto, não tem sentido. Também não há sentido em se estudar as coisas, objetos e experiências designadas pelas palavras, sem contextualizá-los. Penso que o chamado método indiciário dá conta melhor do acesso ao real pelo uso do rastro. Através do indicio, não se deve buscar, no documento uma verdade e um real único, unívocos e, sim, a reconstrução de ações e experiências transformadas em vivências. É o resgate de vivências plurais. Isto supõe verdades plurais, lembrando sempre haver filtros no acesso ao real. As realidades, construídas como versões, são leituras de primeira, segunda e terceira mãos. São interpretações. Deve-se parar de confundir análises de experiências e vivências, que dão o *conteúdo* de classe, com o real, com a *empíria*!

Deste ponto de vista, a *análise* de uma documentação extensa não é para revelar a verdade, é, sim, para propor uma interpretação, fazer uma *leitura*.

Tudo isso mostra que os documentos, para o historiador que trabalha com o paradigma indiciário, são também construídos, séries, relações etc. Por isso, monumentos.

Desviei-me de Foucault. Retornemos à prática discursiva! Tanto Foucault como Bakhtin dizem ser o discurso prática. Vejamos como, sob a mesma formulação, escondem-se conceitos diferentes e concepções diversas da mudança.

Para Bakhtin, *toda enunciação, mesmo na forma imobilizada de escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal.*²¹

A fala e a escrita são enunciações, como já vimos. Esta visão é bem diferente do discurso como prática para Foucault. Para este, o enunciado é encarado como produto de um lugar social, produto que não é passível de decodificação, que ignora o *locutor* e o *receptor*, que não representa nada. Para Bakhtin, o enunciado e a enunciação correspondem a uma língua dinâmica, dialética, histórica, prática de indivíduos a partir de sua existência cotidiana o que só é possível, quando ela se torna signo, e este é ideológico.

Para Foucault, o discurso apresenta-se como se fosse composto de sinais. Seu enunciado é feito de sinais, arqueológicos, que devem se relacionar. A mudança dá-se pelo irracional, pelo desvio, na margem. Desta forma, o discurso encadeia-se em uma trama (ou rede). Mesmo que a consideremos como histórica, ela tende ao imobilismo, porque só é analisável do ponto de vista arqueológico, onde sua autonomia é relativa. O enunciado brota, emerge, da História como prática. Este também não é um ponto de vista positivista?

É como se aquilo que é apreendido como discurso - por exemplo, o discurso de Pierre Rivière - fosse concebido como algo pronto, que apenas tem que ser localizado e relacionado aos demais discursos da época. Esta é uma falsa concepção da prática discursiva escrita.

Tal prática discursiva, escrita, não supõe passividade de quem escreve. É produzida a partir da vida; pode ser apreendida como parte de um processo ideológico. A concepção da prática discursiva escrita supõe, também, uma réplica na leitura. Aí está o papel do historiador, também situado socialmente e

²⁰ BAKHTIN, Mikhail. Op. cit., 1986. Especialmente o capítulo quatro. Aí faz distinção entre duas concepções para o estudo da língua e da linguística. A primeira seria o *subjetivismo idealista*; a segunda, o *objetivismo abstrato*. Nesta segunda, situa Saussure e a sua tríplice distinção entre *langage*, *langue* e *parole*.

²¹ *Ibidem*, p. 98.

produzindo enunciações a partir da sua experiência.

Um discurso, como prática de enunciados, cuja função da enunciação é vazia, acaba se filiando ao próprio nascimento da lingüística, à concepção da língua ser uma estrutura regida por normas, que não se relacionam à consciência subjetiva dos indivíduos. Então, a prática é o que importa, porém, uma prática destituída de vida, na qual não existem necessidades enunciativas concretas para o locutor. Uma prática regida por normas e regras, que são intrínsecas às simultâneas ao locutor e às quais este se refere (é o referencial).

Para Foucault, o objeto, o conceito, o enunciado e a teoria são construídos a partir de regularidades, de regras de formação. Não seriam estas mesmas regras de formação que os estruturalistas, como Saussure e outros, procurariam ao diferenciar a língua da fala e da linguagem? É mais, que os levaria a só considerar como passível de estudo a língua, que é normalizada e possui regularidades?

O enunciado é prática, produz-se na prática. Em seguida, nega-se a sua historicidade, isolando-o. Ou melhor, ele se relaciona com outras regularidades, que por sua vez já estão isoladas. Não é à toa que Foucault chamou o seu método de arqueológico! Foucault reifica o enunciado. Não volta ao contexto e à experiência do indivíduo, dos seus locutores, ou mesmo, ao contexto e à experiência do historiador, para melhor entender o cotidiano e as vivências transmitidas, lidas e relidas.

O importante é o estudo das regularidades, isolando-as. Estas são vistas como práticas. Não há importância na forma do discurso: se prosa, poesia etc. As práticas discursivas acumulam-se, como se fossem estruturadas.

Assim, *Pierre Rivière* é uma enunciação isolada, desvinculada de seu contexto lingüístico e desvinculada igualmente do real, que Foucault se nega a analisar. O ato da enunciação, o ato da fala individual, é rejeitado da mesma for-

ma como o fazem os estruturalistas. A fala é função vazia, não é nem de natureza coletiva, nem social. O discurso de Rivière é trazido como *dado* último, compreendido de forma passiva. Talvez tenha sido também este aspecto que Ginzburg chamou de *irracionalismo estetizante*,²² e, posso acrescentar, paralisante. No máximo, o discurso de Rivière é entendido como regularidade!...

As regularidades discursivas levariam à noção de *séries*. A função do historiador seria a de construir séries. Estas seriam estruturas que se entrecruzariam e se relacionariam, em todos os sentidos. Baudrillard fez uma belíssima análise mostrando como Foucault se deixou influenciar pelos modelos de inspiração matemática - tão a gosto dos estruturalistas! - para o entendimento do *espaço* do discurso e do poder.²³ O discurso, que se desloca fora de uma estrutura fixa, na realidade procura outra estrutura. Tem autonomia. Desprende-se do sujeito e relaciona-se a outros discursos, formando redes. Assim, o novo e o singular apareceriam a todo momento, sem noção de continuidade, sem noção causal, mas como o irracional, como práticas descontínuas.

A gênese seria através das atualizações. As estruturas atualizar-se-iam e relacionar-se-iam, a partir das regularidades das práticas discursivas. Não há causalidade, existe atualização. E esta, no meu entender, é mecânica. É como se a História caminhasse aos pulos e saltos, não existindo progresso. Só existe quebra e relações entre as quebras: atualizações.

Foucault diz que o enunciado (não-dizível e visível) não tem nada de oculto, basta olhar, é prática; desta forma, estabelece uma relação mecânica com o real. Mesmo que este real seja composto de ações e paixões, mesmo que em confli-

²² GINZBURG, Carlo. Op. cit., 1987, p. 23.

²³ BAUDRILLARD, Jean. *Esquecer Foucault*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p. 11-99.

to, mesmo que a relação se diga plural, a busca continua sendo a da regularidade, seja como forma, seja como conteúdo. Não há uma relação dialética com o real, através da palavra que é ideológica e contextualizada. Ignora-se a enunciação. A preocupação é com a figura e o conteúdo. A batalha entre o visível e a linguagem permanece no enunciado.

Volto a *Pierre Rivière*, para apreciar a força do enunciado. A palavra, o saber, é uma forma de poder. Menocchio e Rivière aperceberam-se bem dessa realidade. Para Ginzburg, o poder de Menocchio está na sua originalidade e na força da cultura popular. E Rivière para Foucault?

*Rivière, sem a menor dúvida, executou seu crime no nível de uma certa prática discursiva e do saber que a ela está ligado. Ele jogou realmente, na unidade inextricável de seu parricídio e de seu texto, o jogo da lei, do assassínio e da memória que regulava, nesta época, todo um conjunto de narrativas de crimes.*²⁴

O discurso de Pierre Rivière prende-se a uma certa prática discursiva. Desafia o discurso médico e jurídico. Rivière joga com o seu discurso. O *assassinato-narrativa* é um projétil. Existe uma equivalência *arma-discurso*. O discurso de Rivière é uma arma, engendra poder.

A questão do poder é fundamental para Foucault. O poder não tem crise. É modulação, capilaridade, segmentação, microfísica. Espalha-se em redes. Não é dialético nem encontra resistências. A difusão do poder acaba sendo linear, sem falhas. A resistência, se existir, é ínfima, molecular, tênue. Pode ser situada no final da *multiplicidade de correlações de força*. E, se está em expansão, não dá para entender no que se esbarra e sobre o que se obstina. Cabe observar, com Baudrillard, que se o poder fosse infiltração magnética infinita no campo social, não encontraria mais resistência há muito tempo, e, se fosse o caso da unilateralidade de uma submis-

são, como na ótica tradicional, já teria sido derrubado em todos os lugares.²⁵

Baudrillard ainda observa, com propriedade, que o poder em Foucault, mesmo pulverizado, é estrutural, *uma noção polar, perfeita na sua genealogia, inexplicável na sua presença...*²⁶ Diz, ainda, que o poder acaba sendo determinação política em última instância, acaba se difratando em modelo carcerário, militar, asilar, disciplinar. Não se enraiza em quaisquer processos de produção; encontra o seu processo em si próprio.

O crítico de Foucault faz o seguinte comentário:

*... contra a visão ingênua e também contra a visão funcional de Foucault em termos de contatos e transmissões, é preciso dizer que "o poder é algo que se troca". Não no sentido econômico, porém no sentido de que o poder se realiza segundo um círculo reversível de sedução, de desafio e de ardil (nem eixo, nem contato até o infinito: um ciclo). E se o poder não pudesse ser trocado nesse sentido, ele desapareceria pura e simplesmente. Note-se que o poder seduz, não no sentido vulgar de um desejo cúmplice dos dominados (o que significaria fundamentalmente o desejo de outros, e isto seria acreditar demais que as pessoas são babacas) - não, ele seduz através dessa reversibilidade que o assombra, e sobre a qual se instala um círculo simbólico mínimo. Nem dominantes e dominados, nem vítima e carrasco (enquanto que "exploradores" e "explorados", sim, isto existe, de um lado e de outro, pois que não há reversibilidade na produção, mas justamente: nada de essencial se passa nesse nível). Nada de oposições antagônicas: o poder se realiza segundo uma sedução circular.*²⁷

Não é curioso que se use o círculo para explicar o exercício do poder enquanto troca? Descreve o poder como simulação e quando fala da paródia e da

²⁴ FOUCAULT, Michel. Op. cit., 1977, p. 220.

²⁵ BAUDRILLARD, Jean. Op. cit., p. 65-6.

²⁶ Idem, p. 65-6.

²⁷ Ibidem, p. 66-8.

inversão, Baudrillard defende o ponto de vista que não são deformações do poder, porém, outra forma de seu exercício, de ideologia própria.

Mesmo não penetrando profundamente no referencial filosófico de Baudrillard, possuo pontos em comum com ele, na sua crítica a Foucault. O poder foucaultiano é estrutural, ainda quando relacional.

O discurso de Pierre Rivière perdeu a sua riqueza e originalidade. Foi reduzido à relação com outros discursos sobre assassinatos no final do século XVIII e início do XIX, na França. O enunciado poderia ter sido feito por qualquer sujeito anônimo. Apaga-se Rivière da história! Apaga-se a experiência e as relações de classe!

Enfim, tomando-se por base as análises dos processos de Menocchio e de Rivière, vou fazer um jogo de ponto e contraponto entre Carlo Ginzburg e Michel Foucault - dois autores com percepções opostas da História como prática discursiva.

Realmente, Ginzburg não abandona a idéia de classe social. As classes sociais possuem valores e ideologia. Os valores, mesmo quando reinterpretados ou reapropriados, tornam-se próprios. Os *subalternos* têm valores próprios, mas possuem também valores em comum com as classes dominantes. Há uma matriz comum. Os valores circulam. Reconhecer *subalternos* e *dominantes* é um modo de denominar classes sociais. Não significa ver a sociedade bipolarizada, mas perceber a sociedade dividida em classes, e reconhecer a existência de hegemonias.

Menocchio é singular, original, único, contudo, situado socialmente.

É um equívoco pretender que o método indiciário considere o detalhe para construir o todo, desta forma tão genérica. Detalhes fornecem *uma* visão do geral, lembrando que há visões do real, porque há classes sociais e sujeitos participantes dessas classes.

A noção de circularidade não se

opõe a de classes sociais e de culturas específicas. É possível conservar o conceito de classe social, porque a classe é vista de forma dinâmica, como práticas, como experiências. A cultura também está no âmbito dessas práticas, das vivências, da procura de significados, dentro de um ponto de vista semiótico.

Outro equívoco é colocar a questão da pré-existência dos valores, das práticas ou do sujeito. O que há é uma visão social que produz práticas e valores. Este é o resgate que Ginzburg faz no discurso do moleiro Menocchio. É o sujeito enquanto pertencente a uma classe social - com a História e formação - não anônimo, isolado.

O uso de fontes extensas e variadas não serve para pintar um quadro mais verdadeiro e próximo do real. Serve, sim, para buscar o caminho para uma verdade ou verdades através dos rastros, como versões do real. As fontes variadas levam ao enriquecimento na construção de visões.

Uma vez que para Foucault a verdade se desloca a partir dos discursos enquanto regularidades, para Ginzburg a verdade varia de acordo com os indivíduos (situados socialmente, pertencentes às classes e que produtores de versões).

Para Ginzburg, o discurso de Menocchio é seu, é próprio. Por ele se pode rastrear um tipo de cultura popular e os valores que aí circulam. É uma versão possível dos acontecimentos e dos valores culturais. Neste sentido, é instituinte do social.

Para Foucault, o discurso de Pierre Rivière é um acontecimento em si. Não representa o crime. É uma série paralela que se remete a outras séries discursivas, a campos de força e saber. Em um certo sentido, Foucault também reconstrói verdades. Como? Desconstruindo as verdades dos saberes. Desconstrói a História, quando elimina o sujeito e a classe social. Para ele, o saber não está situado em uma classe. Seu lugar histórico é *institucional*.

Foucault trabalha o tempo todo com a noção de classe, mas não a situa, nem a conceitua. Mostra como houve transgressão de classe em Pierre Rivière. Qual seria a sua visão de classe? Seria discursiva, ligada ao poder? Seria normativa?

A experiência, para Ginzburg, está relacionada à vivência e à noção de classe social. Foucault não define a sua natureza, porque não reconhece a possibilidade de sua análise pelo sujeito enunciador, vê o sujeito como anônimo. Assim, a experiência refundada e construída seria a discursiva, anônima, deslocar-se-ia, contraditoriamente, por operações históricas. Seria, então, esse discurso que daria conta do cotidiano. No plano do enunciado do acontecimento estaria todo o acontecimento.

“Todo problema permanece aberto”

Trabalhando com discursos e narrativas, coloquei-me a tarefa de fazer uma reflexão sobre algumas diferenças entre História e Literatura.

História e Literatura possuem diferentes objetivos e métodos.

A História preocupa-se com o imaginário já produzido. É a escrita da História. O imaginário tem um referente. A imagem tem compromisso com o referente, reconstrói uma versão possível do que aconteceu.

A Literatura parte de um imaginário livre. É a escrita do imaginário que não tem compromisso com o referente. Tudo é ficcional (entendendo ficção como imaginário sem compromisso com o referente). Entretanto, há relação entre os personagens. As histórias podem ser inventadas. Nesse sentido, há liberdade de experimentação.

A História não trabalha com a ficção. Sim com discursos, que são reconstruções do real, da realidade. Embora através das versões também possamos recuperar as ficções. A tarefa do historiador é dar conta das práticas so-

ciais reais. O profissional da Literatura tematiza as práticas sociais, acontecidas ou não.

O papel da História é parecido com o da Crítica Literária. Ambas lidam com a função da metalingüística, ou seja, com o discurso que trabalha com outros discursos.

A Literatura necessariamente não se preocupa com os discursos já existentes. Não ordena os discursos. Faz um outro tipo de História.

A História trabalha com conceitos. A Literatura não obrigatoriamente. O crítico literário cuida dos conceitos. A sua preocupação é com o discurso literário, sobre o qual discursa. Já o historiador pode ter como tarefa séries heterogêneas de discursos.

Todo discurso é versão e é ideológico. Não se tem acesso ao real como dado objetivo. O acesso é fornecido pelo discurso, que é realidade, construção. O discurso constrói a realidade, que é uma visão do real. É uma construção. Seleção e combinação constituem o discurso. Logo, todo discurso é uma versão, porque a seleção e combinação são múltiplas. Existe dialética entre a realidade e o real. A construção do real, a realidade, nasce das relações sociais.

Os indivíduos selecionam a partir dos valores. A ideologia é a rede de valores que organiza o processo de seleção e combinação. Existe uma matriz de valores.

O historiador só tem acesso às subjetividades cristalizadas nos discursos. Os romancistas criam as subjetividades e os sentimentos a partir de experiências vividas.

Enfim, coloca-se a necessidade de continuar a discutir a prática discursiva dos historiadores. Por hora, prefiro dizer como Bakhtin, falando sobre Dostoiévski: *Nada lhe parece acabado; todo problema permanece aberto, sem fornecer a mínima alusão a uma solução definitiva.*²⁸

²⁸ BAKHTIN, Mikhail. Op. cit., 1986, p. 10.

O Homem Genérico como Telos Imanente da História: o mito "religioso" de Marx?

José Crisóstomo de Souza

Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Bahia. Doutor em Filosofia Política pela Unicamp



No que tange a uma apreciação de ressonâncias semânticas, é possível que o materialismo histórico, pensado nas línguas latinas, revele melhor o que poderíamos chamar de seu horizonte *antropológico*, melhor do que mesmo no original alemão. Na concepção do Marx maduro, o *gênero* (Gattung) ou o *ser genérico* (Gattungswesen) pode não aparecer expressamente, mas é possível perceber que o objeto da sua preocupação são ainda os homens na sua generalidade. Não que para o materialismo histórico eles sejam sempre os mesmos. Antes, pelo contrário, a história é o marco em que se apresentam arrematados em grandes classes conflitantes. Mas, ainda assim, numa *sucessão de ge(ne)rações* (IA 65, d45),¹ e em direção ao homem propriamente genérico. Tal concepção da história, aliás, poderia mesmo ser representada, *de uma maneira especulativa e idealista*, como o auto-engendramento (Selbsterzeugung) do *homem* - como o próprio Marx admite (67, d37).

A perspectiva materialista da *Ideologia Alemã*, em particular, é a da gênese e da geração, do interesse ge(ne)ral e do homem genuíno. Marx, aí, já não é o mesmo humanista dos *Manuscritos de 44*. Conjuga antes o espinozoano verbo *engendrar*, do que os aparentados e feuerbachianos *degenerar* e *regenerar*. Com isso, porém, seu discurso não se dissocia inteiramente do campo semântico desses dois. Não é preciso, no entanto, insistir muito nas associações

semânticas e etimológicas, para perceber Marx ainda comprometido com o *gênero* e para apreender a permanência e transformação do princípio do *homem genérico*, ainda num texto capital do materialismo histórico, como é a *Ideologia Alemã*.

O que é o comunismo - que Marx ainda chama aí de *humanismo real*² - na nova *concepção materialista da história*? Antes de mais nada, o comunismo supõe o fim da divisão do trabalho, e essa está, para Marx, praticamente, na raiz de todas as contradições que flagelam o gênero humano (IA 61). Ela está por trás da separação entre prazer e trabalho e entre interesse particular e interesse geral (61-2). Graças a ela, os indivíduos encontram-se escravizados a uma determinada esfera de atividade (63, 80). A divisão do trabalho é ainda, e, sobretudo, responsável pela transformação das *potências pessoais* em *potências objetivas* (93), com a perda de controle, pelos indivíduos, de sua atividade social (63). Essa situação, em que a força multiplicada e as relações sociais, resultantes

¹ Por simplificação, utilizo a abreviação IA para me referir à *Ideologia Alemã*, de Marx e Engels, obra que cito mais frequentemente. Também para ela ofereço algumas vezes duas indicações de página para a mesma citação; além da que remete à tradução francesa das Éditions Sociales, uma outra, da Dietz (MEW), alemã, distinguida por *d*.

² Marx ainda usa a expressão *humanismo real* num trecho, depois riscado, do manuscrito da *Ideologia Alemã* (cf. IA, p. 68-9).

da cooperação dos indivíduos, aparecem como algo de *estranho*, que *não conseguem dominar*. Marx não regateia em chamar de *alienação* (63)⁵ - mesmo que com aspas. Ora, é a ela que a revolução comunista deve suprimir, abolindo, por fim e definitivamente, a divisão do trabalho (61, 63), e instaurando o homem genérico, digo, o comunismo, em seu lugar.⁶

A revolução comunista, na *Ideologia Alemã*, parece representar, simplesmente, a *derrocada do estado social atual* (IA 67, d37) necessária *para fundar a sociedade sobre bases novas* (68). Mas, na verdade, significa muito mais que isso. Ela envolve uma tal mudança, uma tal inversão ou negação, que, para Marx, além de implicar na *dissolução de todas as classes* (68), representará a *apropriação*, pelos indivíduos, da *totalidade das forças produtivas* (103, d67), e mesmo, a inauguração de uma outra história! (104, d68). Com o comunismo, todo indivíduo *ver-se-á libertado das limitações nacionais e locais* e não mais estará submetido *a uma esfera de atividade exclusiva* (63). Nele, cada homem poderá *fazer uma coisa hoje e amanhã outra*, por exemplo: *caçar, pescar, fazer a crítica, sem jamais tornar-se caçador, pescador ou crítico* (63). O comunismo é, finalmente, a transformação dos indivíduos em *indivíduos completos* (104, d68), é a criação do indivíduo verdadeiramente universal (94).

Naturalmente, Marx sabe, pois não é um idealista qualquer, que *só é possível realizar uma libertação real do "homem", no mundo real e com meios reais* (IA 52-3). E que tudo isso supõe um determinado *desenvolvimento das forças produtivas e de relações universais* de intercâmbio (64, d35). Mas, como ele próprio diz, são aqueles *indivíduos completos - os indivíduos que não estão subordinados à divisão do trabalho - que os filósofos representam como ideal, sob o termo de "homem"* (104, d69). Portanto, o comunismo é, finalmente, a instauração do *homem* (ideal), do homem

genérico que é o resultado da história (67, d37). E, já vimos, a sucessão histórica dos ainda-não-homens *pode ser representada como um indivíduo único que realizaria esse mistério de engendrar-se a si mesmo, como homem* (67, d37).

Também nesse caso, os escritos anteriores ajudam a tornar visíveis certas *implicações* mais ou menos submersas pela nova postura teórica do Marx maduro. Coisas que ele agora, muitas vezes, só se permite mencionar como simples alegorias ou concessões à fantasia dos filósofos. Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (de 1844), ele declarava literalmente que o *ato de nascimento do homem* (que, como tudo que é *natural*, diz Marx, precisa nascer) é *a História*.⁵ Que é simplesmente o *engendramento do homem pelo trabalho humano*.⁶ Como tal engendramento ainda não se completou, podemos inclusive concluir que, para Marx, os indivíduos atualmente existentes não são verdadeiramente *homens* - por esdrúxula que a idéia possa parecer! Tal idéia, por certo, deixaria muita gente indignada, mas é bem o que Marx sustenta na própria *Ideologia Alemã*, quando reprova *os filósofos* (seus companheiros e rivais na esquerda hegeliana) por não dizerem diretamente que *não sois homens*, mas apenas que vos falta a *consciência* de homens (IA 283, d232).

Quanto ao comunismo, Marx afirma precisamente a mesma coisa nos *Manuscritos*, que a propósito do *homem*: *o movimento inteiro da história é seu ato de procriação real, o ato de nascimento de sua existência empírica*.⁷ Que será,

⁵ A essa altura, Marx justifica a utilização do termo, a fim de que nossa exposição seja inteligível para os filósofos (IA, p. 63).

⁶ Em *O Gênero e a Massa* (1844), Bruno Bauer, agora adversário de Marx, vê o comunismo com pretendendo representar a regeneração do gênero, enquanto a massa seria justamente o gênero decaído e decomposto (cf. Bauer, *The genus and the crowd*, p. 128).

⁷ MARX, Karl. *Manuscritos de 1844*. Paris: Éditions Sociales, 1972. p. 138.

⁸ *Ibidem*, p. 99.

⁹ *Ibidem*, p. 87.

afinal, a solução do antagonismo entre homem e natureza e da oposição dos homens entre si. Bem como será o fim da luta entre existência e essência, e indivíduo e gênero (IA 283, d232) - tudo o que, para bom entendedor, Marx repete na *Ideologia Alemã*. O comunismo é exatamente o *homem* realizado, o *gênero* constituído, e Marx, na *Ideologia*, tem apenas que mencionar aquele (o comunismo) no lugar deste (o homem genérico).

A história, pelo que vimos, não é história real do homem enquanto sujeito dado de antemão, já que representa seu ato de engendramento ou nascimento.⁸ Ora, o mais interessante a respeito de tal concepção é que sua origem imediata encontra-se em Hegel, particularmente, na *Fenomenologia do Espírito*. O grande mérito desta obra, para Marx, estaria justamente em que ela apreende a auto-produção do homem como um processo. Ela concebe o homem como resultado de seu próprio trabalho, que é o devir para si do homem no interior da alienação.⁹ Hegel teria encontrado apenas a expressão abstrata e especulativa, do movimento da história.¹⁰ Mesmo assim, é segundo a receita do grande filósofo especulativo (e da *Fenomenologia*), que Marx representará tal movimento como engendramento do comunismo e do homem-sujeito. Talvez mais interessante do que essa constatação, entretanto, é notar como o que Marx afirma aqui a respeito do *homem*, corresponde ao que é dito na *Fenomenologia* a propósito do... Espírito. Com o que, em Marx, o *homem* parece ser mesmo um novo avatar do Espírito Absoluto...

Que tal figura - o homem - está concebida segundo a imagem do Espírito, de Hegel, o próprio Marx encarrega-se de mostrar nas obras anteriores, e ainda, tacitamente, na *Ideologia Alemã*. Em Hegel, o Espírito vem propriamente no fim; seu processo de constituição *precisa de um sujeito*, que todavia *só aparece como resultado*.¹¹ Ora, na *Sagrada Família* (1845), Marx afirma que o

Espírito Absoluto é o *homem* e o *gênero* sob *vestimenta metafísica*, e atribui a Feuerbach e a glória de ter realizado seu *destravestimento*.¹² Pelo que vimos até aqui, porém, Marx vai se aproximar mais do que Feuerbach, do modelo hegeliano, defendendo a historicidade do homem-espírito, e concebendo-o como resultado do referido processo.

Na concepção hegeliana, o Espírito, no seu devir, aliena-se de si mesmo na *sua* substância, o mundo material.¹³ Marx, na própria *Ideologia Alemã*, tem também uma versão para isso, que é a dominação do homem pelas *circunstâncias sociais*, com a divisão do trabalho. Assim, o homem, tal como o Espírito na substância, está primeiro como negado nas relações sociais existentes.¹⁴ E só com a universalização das relações sociais e o fim da divisão do trabalho se constituirá em universal para si e verdadeiro sujeito. É esse o futuro que lhe espera.¹⁵

⁸ MARX, Karl. Op. cit., p. 128.

⁹ *Ibidem*, p. 133.

¹⁰ *Ibidem*, p. 128.

¹¹ *Ibidem*, p. 144. Tal resultado é, em Hegel, nada menos que Deus, o Espírito Absoluto, a *Idéia* (cf. MEF, p. 144). Da mesma maneira, na *Filosofia da História* de Hegel, o Espírito é o resultado de sua atividade e a história o curso de seu desenvolvimento.

¹² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *La sainte famille*. Paris: Éditions Sociales, 1972. p. 166-7.

¹³ A substância, diz Hegel, é o em si, o si mesmo do Espírito que ainda não está ali, o Espírito em seu devir. É a história é o movimento de transformação do em si em para si, da substância em sujeito (HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia del espíritu*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973. p. 467-9).

¹⁴ Cf. também *6ª tese ad Feuerbach* (Marx, *Thesen über Feuerbach*).

¹⁵ A comparação da concepção de Marx com a da *Fenomenologia*, e do homem marxiano com o Espírito hegeliano, tem ainda um ponto digno de ser mencionado. Hegel faz corresponderem história individual e história universal, de maneira tal que o indivíduo singular reproduz, na sua biografia, o percurso geral do gênero e da história toda. Isso Marx não vai fazer: no seu caso aparentemente o indivíduo não pode representar tanto, compreendendo em si, mesmo que resumidamente, a dimensão da história.

Para o filósofo marxista Louis Althusser - é assim que ele próprio resume a *tese essencial* de seus estudos - Marx abandona o *homem* hegeliano-feuerbachiano, e o discurso *ideológico* humanista, em 1845, quando funda a verdadeira *ciência da história*.¹⁶ A partir de então, Marx afastar-se-ia completamente de *toda teoria que fundamente a história e a política numa essência do homem, e rejeitaria toda a problemática da filosofia anterior*.¹⁷ Ora, como pode ser assim, se o próprio Marx acredita, tanto nas *Teses ad Feuerbach* como na *Ideologia*, que justamente agora consegue resolver (*num fato empírico e na prática*) *todo problema filosófico profundo e todos os mistérios da filosofia*?¹⁸ Para Althusser, a ruptura com o *homem* e a *essência* estaria expressa na afirmativa de que *esta não é um atributo dos homens tomados isoladamente, mas o conjunto das relações sociais*.¹⁹ Como entendemos, porém, tal proposição significa apenas que tal *essência* encontra-se *hegelianamente* em *devir*, nas relações sociais.

Althusser acha ainda que Marx, na sua teoria científica da história, substitui a oposição *indivíduos-essência*, por conceitos inteiramente novos, como forças produtivas, relações de produção etc. - o que significaria uma *revolução teórica total*.²⁰ De fato, não há dúvida de que se trata de uma extraordinária revolução conceitual: Marx dispõe agora, com sua teoria nova, de uma concepção que empresta sentido *empírico* àquela oposição e concebe como resolvê-la *na prática*, pela revolução. Certamente tal concepção não é um humanismo *contemplativo* e, contraditoriamente, *empírico* à la Feuerbach. Mas, tampouco, representa simplesmente uma pura *ciência da história*. Pois por ela se é solicitado a entender que são determinadas *relações de produção*, decorrentes da *divisão do trabalho*, que apartam o homem da sua *essência* - mesmo com aspas.²¹ E a imaginar que aquelas relações representam um momento do

devir desta *essência*, uma vez que ela não está dada de antemão, nem tampouco pertence ao indivíduo isolado. Trata-se de uma concepção revolucionária, coisa que a de Feuerbach claramente não é. Na qual, contudo, a *essência* e sua realização no comunismo não parecem ter perdido o caráter de um ideal (inscrito na história, naturalmente), nem a força de uma *missão* - antes, pelo contrário.

Althusser acha que, quando Marx diz que *a essência humana é o conjunto das relações sociais*, não se trataria mais daquela, *mas do conjunto das relações sociais*.²² Ora, Marx está claramente propondo uma noção de *essência humana (real)*, no lugar de outra - dada, *muda, natural* etc. - a de Feuerbach. Por que não tomá-lo respeitosamente a sério, se, à luz da *filosofia anterior* (o hegelianismo), suas palavras podem ser aceitas pelo que dizem? Tanto mais que, na sequência, Marx deixa patente como seu ponto de vista é exigido para uma *crítica* daquela *essência humana real* (enquanto *desvirtuada*), coisa que Feuerbach não alcança fazer. Ao contrário do que sugere Althusser, o problema de Marx não é apenas *pensar* a realidade,²³ mas *crítica-la*.

Para Althusser, *o par humano-desumano constitui o princípio oculto de todos os humanismos*.²⁴ Não será esse, ao contrário, o princípio manifesto de todo humanismo e o princípio mais ou

¹⁶ Cf.: ALTHUSSER, Louis. Sobre a evolução do jovem Marx. In: *Posições 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

¹⁷ Cf.: ALTHUSSER, Louis. Marxismo e humanismo. In: *A polémica sobre o humanismo*. Lisboa: Presença, /s.d./, p. 20.

¹⁸ Cf.: Marx, 8ª tese ad Feuerbach.

¹⁹ Cf.: ALTHUSSER, Louis. Op. cit., /s.d./, p. 21. Marx, 6ª tese ad Feuerbach.

²⁰ ALTHUSSER, Louis. Op. cit., /s.d./, p. 23.

²¹ Cf.: IA, p. 472ss, d415ss.

²² Cf.: ALTHUSSER, Louis. Nota complementar sobre o humanismo real. In: *A polémica sobre o humanismo*. Lisboa: Presença, /s.d./, p. 61.

²³ *Ibidem*, p. 62.

²⁴ Cf.: ALTHUSSER, Louis. Marxismo e humanismo. In: *A polémica sobre o humanismo*. Lisboa: Presença, /s.d./, p. 35.

menos oculto - na verdade reelaborado - da nova concepção? A divisão do trabalho e as relações de produção capitalistas não representam, como muitos marxistas diriam espontaneamente, o *desumano*?

Althusser entende que algumas das expressões favoritas de Marx (na verdade, favoritas da esquerda hegeliana e do próprio Hegel), como *concreto, real* etc., são palavras introduzidas na ideologia pela própria oposição à ideologia.²⁵ Ora, não seriam elas, em vez disso, o mais próprio da ideologia? O jovem (anti-)hegeliano Marx Stirner poderia concordar com Althusser: aquelas palavras estão na linha dos esforços para romper com o mundo das abstrações ou do *espírito*. Dos esforços que têm redundado, porém, apenas em tentativas para tornar o *espírito* (ou o *homem genérico*) algo de *real e objetivo*.²⁶ Por acaso Marx - agora com a palavra *científico* - representará uma ruptura absoluta com tudo isso, ou será antes a culminância disso tudo?

Althusser fala na *disparidade teórica entre um termo científico (socialismo) e um termo ideológico (humanismo)*.²⁷ Não será essa uma disparidade análoga à existente entre um *termo filosófico* (humanismo) e um *termo religioso* (cristianismo)? Sem dúvida, há uma diferença entre os pares *humanismo... real e socialismo... científico*, mas parece haver, também, uma certa homologia.

Em dado momento, Althusser manifesta dúvidas acerca da *existência concreta da universalidade do gênero humano atualmente* - preocupação singular para um anti-humanista convicto. Nem por isso, porém, ele deixa de concluir, pela importância de *denunciar e lutar* contra a fome, a exploração, a guerra e outras... desumanidades, com as quais o discurso humanista - segundo ele, *hipnotizador, cortina de fumaça* etc. - estaria na verdade solidário.²⁸ Bem, essa poderia ser também, e de fato é, repetidas vezes, a crítica de Marx: o humanismo (*filosófico*) está entre *impotente e hipócrita*, para realizar... o *humano*.

Não há por que negar que o princípio do *homem* (genérico) sofre uma transformação radical em 1845, na concepção materialista da história e no chamado socialismo científico. Em algumas formas que o marxismo tem assumido, o *recalcamento* de tal princípio chega quase a fazê-lo desaparecer; ainda que - e isso parece mesmo uma lei - apenas para deixá-lo ainda mais todo-poderoso. O fato, porém, é que o princípio do *homem* parece, implicitamente ou não, continuar sempre ali, a se fazer valer como medida, norma de ação e *telos*. A ter o seu papel como *universal fundante*, de atitudes e valores - morais, políticos e sociais. Marx, com sua *ciência nova*, obtém muito mais do que apenas uma maneira distinta de explicar os fatos e o desenrolar da história. Como deixa ver, por exemplo, outro importante marxista contemporâneo, Galvano Della Volpe, para quem a nova concepção oferece precisamente um *universal histórico* para ocupar o lugar do antigo *Espírito-Deus*!

O universal *transcendente* (Deus) terá sido útil até aqui, diz Della Volpe, mas sempre albergou, vejam só, um *egoísmo implícito*. E hoje, mais do que nunca, revelaria sua *impotência axiológica* de base, para fundar uma igualdade humana verdadeira.²⁹ Para o marxista italiano, a superação desse limitado ponto de vista envolveria a crítica da concepção rousseauista-cristã (*individualista*), de um *indivíduo abstrato* - solitário e pré-social. Marx seria quem oferece tal crítica, fornecendo, ao mesmo tempo, o

²⁵ Cf.: ALTHUSSER, Louis. Nota complementar sobre o humanismo real. In: *A polémica sobre o humanismo*. Lisboa: Presença, s.d./l. p. 63.

²⁶ Cf.: STIRNER, Max. *Der einzige und sein Eigentum*, p. 407ss.

²⁷ ALTHUSSER, Louis. Marxismo e humanismo. In: *A polémica sobre o humanismo*. Lisboa: Presença, s.d./l. p. 33.

²⁸ ALTHUSSER, Louis. Carta a Michel Simon (de 14/5/65). In: *A polémica sobre o humanismo*. Lisboa: Presença, s.d./l. p. 217-8.

²⁹ Cf.: DELLA VOLPE, Galvano. *Rousseau y Marx*. Barcelona: Martínez Roca, 1975. p. 18 e 22.

universal finalmente encarnado na história: o *gênero histórico chamado gênero humano*. Della Volpe recorre a Marx para opor o que ele chama de *universalidade real histórica, própria do gênero humano*, àquela *irreal*, que transcende o humano.³⁰ Em Rousseau, a igualdade dos homens *abstratos* ensejaria apenas o *amor humanitário*, ou seja, envolveria uma simples *laicização da caritas cristã*, que decorre da relação de cada um *com o universal transcendente*. Em tal caso, o indivíduo humano seria *pessoa* - ou seja, valeria alguma coisa - pela sua união privada com aquele, e não, como em Marx, com *o universal histórico que é o gênero humano*.³¹

O universal *humano* teria sido primeiro descoberto na concepção *platônico-cristã* da natureza humana. Mas agora, como entende Della Volpe, com a crise de tal fundamento *metafísico, religioso e abstrato*, sua *função revolucionária* passa ao marxismo, que se coloca assim como continuidade e superação do rousseauismo e, pelo que se pode entender, também do cristianismo e do platonismo! Com Marx, a igualdade dos homens passaria a ser finalmente *substancial e real* (além de, por suposto, não-metafísica e não-religiosa) porque *social*.³² Tal igualdade, aliás, é também a única que comporta a *liberdade real, a liberdade na comunidade e para ela*. Para o marxista italiano, o gênero ou universal humano, *ao qual o indivíduo pertence(!)*, é que pode agora efetivamente *investi-lo* com o valor e a dignidade de *pessoa*, dotá-lo de liberdade e de direitos.³³ Ora, se isso é a verdadeira concepção de Marx, ela se oferece como um alvo vulnerável à crítica anti-hegeliana de contemporâneos seus, como Bruno Bauer e Max Stirner, sem falar na de contemporâneos nossos, que Althusser gostaria de neutralizar...

De acordo com Mario Rossi, discípulo de Della Volpe, Marx, replicando ao individualista Max Stirner, opõe à individualidade stirneriana *pura e simplesmente a concepção materialista da*

história. Sendo assim, Rossi admite, esta não deve ser entendida apenas como um instrumento de interpretação da história, mas como uma doutrina da *fundação do indivíduo orgânico*, entendido como o único indivíduo verdadeiramente pessoal.³⁴ Através de tal doutrina, Marx teria estabelecido que *só organicamente unido aos outros* o indivíduo deixará de ser *contingente*, para tornar-se *pessoal* - sendo a revolução comunista, precisamente, o *ato de nascimento desse homem total*! Segundo Rossi, a concepção materialista da história opera uma *total resolução do indivíduo no corpo social (!)*; como único modo, entretanto, de lhe garantir um *âmbito total e limitado de manifestação pessoal*.³⁵

Outro marxista, o polonês Adam Schaff, entende que a afirmação do *homem*, no marxismo, é a afirmação da verdadeira singularidade ou individualidade de cada um. Mesmo se Schaff não consegue para tal equação (homem marxiano=indivíduo singular), mais do que fórmulas *fracas* como essa: *O marxismo "admitirá" a tese da unicidade dos indivíduos, "reconhecerá" que todo indivíduo é único*, e que a personalidade humana constitui também *um "certo" valor*³⁶ (grifos nossos). É que aí o indivíduo continua entendido essencialmente como *parte* da natureza e da sociedade - ou seja, do gênero. E a *personalidade* continua considerada como um *produto social*, como uma *função das relações sociais*. O que significa, como o marxista polonês mesmo diz, que ela é *única* simplesmente pela *complexidade de tal produção*.³⁷

³⁰ DELLA VOLPE, Galvano. Op. cit., p. 19-21.

³¹ Idem, p. 21 e p. 17-8.

³² Ibidem, p. 32-3 e p. 20.

³³ Ibidem, p. 20 e 25.

³⁴ ROSSI, Mario. *La concezione materialistica della storia (da Hegel a Marx)*. Milano: Feltrinelli, 1975. v. 4. p. 72-3.

³⁵ ROSSI, Mario. Op. cit., p. 168, 54 e 150.

³⁶ Cf.: SCHAFF, Adam. *Le marxisme et l'individu*. Paris: Armand Colin, 1968. p. 158.

³⁷ Idem, p. 110.

Schaff alardeia ainda as vantagens do marxismo como *antropologia antropocêntrica* (frente à *teocêntrica*, da religião), e como afirmação essencial da *autonomia do mundo humano*(?). Como se o esforço marxiano só pudesse ser entendido como um ataque contra a *heteronomia* do homem, firmada pela religião. É certo que Marx procura desenvolver seu combate às pretensões *individualistas e subjetivistas* do secularizado indivíduo moderno (radicalizados por Bruno Bauer e Max Stirner, contra os quais, Marx escreve a *Sagrada Família* e a *Ideologia Alemã*), como um prolongamento da crítica materialista, sua e de Feuerbach, à religião. Sabemos, porém, como seu empenho se enfrentava com a iniciativa inversa de seus adversários,

de enquadrar certas concepções humanistas e socialistas, elas sim, como *religiosas e heteronomistas...* com relação ao indivíduo realmente existente. Entregando a um humanismo ingênuo a defesa das prerrogativas do indivíduo enquanto *único e autônomo*, não admira que Schaff termine por concluir tal defesa com uma catilinária *religiosa* contra o *egoísmo moderno*. Termine por concluí-la com a proposição de que o socialismo é a verdadeira *doutrina do amor ao próximo*,³⁸ e de que o comunismo representa a *causa* e a *realização do homem novo*, ainda não existente.³⁹ São opiniões de marxistas que aparentemente trariam embaraço a Marx na polêmica com seus contemporâneos e, mais ainda, com alguns dos nossos.

³⁸ SCHAFF, Adam. Op. cit., p. 214ss e 186.

³⁹ *Ibidem*, p. 235, 187 e 206.

Referências Bibliográficas

- 01-ALTHUSSER, Louis. Carta a Michel Simon (de 14/5/65). In: *A polêmica sobre o humanismo*. Lisboa: Presença, /s.d./.
- 02-_____. Marxismo e humanismo. In: *A polêmica sobre o humanismo*. Lisboa: Presença, /s.d./.
- 03-_____. Nota complementar sobre o humanismo real. In: *A polêmica sobre o humanismo*. Lisboa: Presença, /s.d./.
- 04-_____. Sobre a evolução do jovem Marx. In: *Posições 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- 05-BAUER, Bruno. *The genus and the crowd* [Die gattung und die masse]. In: *The Philosophical Forum*, Boston University, v. 8, n. 2, 3, 4, 1976.
- 06-DELLA VOLPE, Galvano. *Rousseau y Marx*. Barcelona: Martinez Roca, 1975.
- 07-HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia del espírito*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.
- 08-MARX, Karl. *Manuscripts de 1844*. Paris: Éditions Sociales, 1972.
- 09-MARX, Karl. *Thesen über Feuerbach*. In: *Marx & Engels werke*. Berlin: Dietz Verlag, 1958. v. 3.
- 10-MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *L'idéologie allemande*. Paris: Éditions Sociales, 1968.
Em alemão: *Die deutsche ideologie*. *Marx & Engels werke*. Berlin: Dietz Verlag, 1958. v. 3.
- 11-_____; _____. *La Sainte Famille*. Paris: Éditions Sociales, 1972.
- 12-ROSSI, Mario. *La concezione materialistica della storia (da Hegel a Marx)*. Milano: Feltrinelli, 1975. v. 4.
- 13-SCHAFF, Adam. *Le marxisme et l'individu*. Paris: Armand Colin, 1968.
- 14-STIRNER, Max. *Der einzige und sein eigentum*. Stuttgart: Reclam, 1985.

Eleitores e Eleitos: os agentes do poder em Campinas, na segunda metade do século XIX*

Wanda Moreira Magalhães

Professora Doutora da USP. Coordenadora Cultural da União Cultural Brasil - Estados Unidos

Ao pesquisarmos a população campineira politicamente ativa, a partir de fontes e métodos ligados à demografia histórica, tivemos como objetivo fornecer à questão do poder local o embasamento empírico de um estudo de caso.

A maioria dos indivíduos aptos a votar na segunda metade do século XIX, pertencia à camada intermediária entre os senhores e os escravos, cada vez mais expressiva no país. Os eleitos ou nomeados para os cargos públicos integravam os tradicionais grupos oligárquicos e a nascente burguesia paulistas. Identificar esses personagens, caracterizá-los socialmente, explicitar seus trancos familiares, foram algumas das nossas intenções.

A configuração do cenário histórico regional do Oeste Paulista revela a precocidade da produção cafeeira de Campinas, logo transformada em franca liderança. A riqueza acumulada desde o período açucareiro incentivou as migrações, colocando o município numa posição ímpar em termos populacionais, financeiros e eleitorais.

O aumento da produção cafeeira do Oeste tornou Campinas um elo fundamental para a articulação das zonas produtoras e exportadoras, graças à sua localização no entrecruzamento de diversas rotas. A ligação ferroviária com a capital da província e com o porto, na década de 1870, representou o início de uma nova etapa na história da cidade.

Campinas adquiriu um aspecto híbrido, conformado por elementos dos mundos antigo e moderno. Um número excepcional de *barões* e congêneres apareciam não só como investidores na aplicação de capitais, mas também na própria direção de companhias de transporte, comunicação, bancos e associações financeiras, indústrias, comércio e imóveis urbanos. Famílias que tradicionalmente haviam sido o suporte local da monarquia, passavam a abrigar em-

pedernidos republicanos. O estoque de mão-de-obra escrava crescia nas fazendas, ao mesmo tempo que aumentavam as oportunidades de trabalho livre no centro urbano.

Essa conjuntura levou a uma redefinição da função da cidade, de sua relação com o campo e também das relações de mando. O poder público local, através da Câmara Municipal, da polícia, dos juizes, entre outros, passou a intermediar as ligações entre o poder governamental e o poder privado local.

As mudanças demográficas e econômicas do município refletiram-se na composição da camada a que era concedido o direito do voto. As informações contidas nos Alistamentos Eleitorais¹ revelaram que a maioria dos eleitores, registrados no período de 1850 a 1890, dedicava-se às atividades secundárias e terciárias e não à agricultura, como seria de esperar num município interiorano do século XIX. Uma vez que o setor de serviços desenvolve-se, fundamentalmente no ambiente urbano, é possível concluir que o eleitorado do município tornou-se, muito cedo, mais urbano do que rural.

Grande parte da população eleitoral possuía, pelo menos até 1876, apenas a renda anual mínima exigida por lei para a participação no processo eleitoral. Levando em conta a situação privilegiada de Campinas no contexto econômico da época, fica patente a enorme concentração das rendas geradas pelo lucrativo negócio cafeeiro.

A partir de 1881, as eleições passaram a ser diretas e foram admitidos, nos

* MAGALHÃES, Wanda Moreira. *Eleitores e eleitos: os agentes do poder em Campinas, na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado), USP, 1992.

¹ SÃO PAULO. Arquivo do Estado. São Paulo, latas 5.743, 5.744 e 5.745.

pleitos, os acatólicos, os ingênuos e os libertos. Os naturalizados há mais de seis anos ganharam o direito à elegibilidade.

Apesar da aparente *democratização* do processo eleitoral, houve, em todo o Império, uma drástica redução no número de eleitores alistados logo após a promulgação da lei. As explicações apresentadas pela historiografia dividem-se e parece existir certa confusão concernente a essa matéria. Alguns autores atribuem a queda à elevação da renda mínima e à exigência da condição de alfabetizado. Tais tentativas de explicação não podem ser aceitas, porque o censo mínimo permaneceu o mesmo e a alfabetização só foi exigida a partir das eleições de 1882.

O que consideramos como hipótese mais provável é que o maior rigor em relação às *provas de renda* foi o verdadeiro funil nos pleitos da década de 1880. As comparações estatísticas das listas por nós pesquisadas mostraram que o grupo mais excluído foi o dos agricultores pobres, aí incluídos os ex-escravos.

A difusão das reivindicações liberais tornava presente a possibilidade dos ex-escravos virem a participar politicamente na sociedade. Era urgente conciliar tal fato com a manutenção da dominação política de seus antigos e atuais proprietários. A Lei Saraiva pode ter sido a resposta encontrada para essa situação. A instauração das eleições diretas, tão insistentemente reclamadas, ao contrário de democratizar o processo eleitoral, tornou-o muito mais seletivo, alijando do direito de cidadania uma grande parte da população mais desfavorecida.

As duas tendências apontadas - a diversificação dos investimentos dos proprietários rurais no ambiente citadino e a *urbanização e letização* dos eleitores - eram consoantes e convergiam para um mesmo fim. Foi mantida, e mesmo ampliada, a capacidade dos fazendeiros de *fazer favor*. No ambiente clientelístico do final do Império, isso significava obter maior eleitorado e, conseqüentemente, uma posição mais alta na hierarquia política.

O exame da apropriação do aparelho político-administrativo local revelou alguns aspectos interessantes.² Foi significativa a participação de elementos exteriores às principais parentelas locais, mas não o suficiente para tirar-lhes o controle do município. Existiam dife-

renças na distribuição dos cargos entre membros e não-membros das famílias tradicionais da região. Diferenças que atuavam no sentido de limitar a presença dos segundos. Tais indivíduos ocuparam somente os cargos de menor prestígio e poder na hierarquia política da época (delegado, juiz de direito, eleitor e juiz de paz, em contraposição aos cargos de vereador, juiz municipal, deputado provincial e geral) e menos vezes do que os membros das parentelas políticas.

A análise da genealogia dessa parcela da camada dominante municipal demonstrou que os grupos familiares dos primeiros proprietários rurais mantiveram o controle das principais funções políticas até o final do período estudado.³ Foram eles: os Teixeira Nogueira, descendentes da família do primeiro pároco de Campinas; os Camargos, familiares do capitão-mor; os Souza Aranha, que descendiam do fundador do primeiro estabelecimento agrícola; e os Sales, cujos primeiros membros eram ligados ao fundador da cidade.

Além disso, a pesquisa genealógica demonstrou o espesso inter-relacionamento existente entre as famílias dominantes. Assim como a herança era a garantia de preservação do patrimônio familiar, privilegiando a influência de um determinado ramo em detrimento de outro, também o casamento era um viés para a concretização de tal finalidade.

As diversas ligações endogâmicas encontradas impediram a pulverização do poder, enquanto a intrincada rede de casamentos entre membros das principais parentelas tornava-os *parentes* e, portanto, fortalecidos econômica e politicamente. A pluralidade de nomes e sobrenomes transformava-se, na prática, na singularidade de um mesmo grupo, coeso e hegemonicamente incontestado.

² A listagem com os nomes de todos os que ocuparam alguma função político-administrativa em Campinas, na segunda metade do século XIX foi elaborada a partir da pesquisa nos Almanaque do Município e do Estado, periódicos locais, documentos eleitorais em geral e correspondência do juiz de direito. (Arquivo do Estado de São Paulo).

³ MOYA, Salvador de. *Índices genealógicos brasileiros*, 6. Instituto Genealógico Brasileiro, s.d./l. LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1905. 9v.

Urbanização e Sistema de Saúde na Região de Campinas*

Kleber Pinto Silva

Professor Assistente do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação-Unesp/Bauru

Procura-se reconstruir, no presente estudo, a história da rede de equipamentos públicos de saúde na microregião de Campinas, como meio de se compreender os motivos e o processo de constituição dessa rede com as características próprias de sua configuração atual.

A opção de olhar o passado através do presente e, de ambos, extrair os complexos de determinação, conduziu-nos à investigação do processo de urbanização das cidades estudadas, processo este que define, quantitativa e qualitativamente, as questões da saúde. Esta trajetória deslocou-nos do objeto inicial, isto é, a investigação da rede de estabelecimentos de saúde propriamente dita, para a análise, agora ampliada, do espaço edificado do hospital ou do centro de saúde em seu contexto urbano.

Deste modo, o urbano comparece não mais como mero cenário para os edifícios, mas como seu elemento definidor. Ora, o urbano assim como as edificações para a saúde e para os demais usos também se constituem, grosso modo, na face material, na representação das forças sociais atuantes na sociedade. Isto levou-nos a um terceiro complexo de determinação, constituído pelos agentes sociais, políticos e econômicos que atuam na conformação do urbano e de suas estruturas. Fecha-se assim o círculo de nossa abordagem. Concentrou-se, então, a abordagem central na história das cidades e traçando-se, a partir delas, dois planos simultâneos, entretanto diferenciados. De um lado, a formação da rede de equipamentos de saúde e de determinantes sociais, como os modos de vida da população. De outro, o plano dos determinantes políticos e econômicos.

A abordagem acima mencionada,

definiu também a extensão do território investigado, bem como o recorte temporal abarcado pelo estudo proposto.

Da observação das características da vida contemporânea da cidade de Campinas, saltam aos olhos algumas particularidades que não poderiam deixar de serem levadas em conta. Uma delas é o fato da cidade ter se firmado como importante centro regional. Outro fator, a existência de uma série de cidades à volta de Campinas, formando extensa e populosa rede urbana, economicamente relevante. E, por fim, um último fator, a observação de que tal rede urbana não se enquadra dentro dos padrões tradicionais de dependência entre centro e periferia, por formar uma rede interdependente de cidades.

Com base no exposto, optou-se, por um lado, pelo estudo de quinze municípios que formam parte da microregião de Campinas e, por outro, pela reconstrução histórica do momento de formação dos núcleos urbanos até o presente. Uma história que não pertence a uma ou outra cidade, mas a todas elas simultaneamente, reflete a história paulista e parte da história brasileira.

O trabalho em questão estrutura-se em quatro capítulos, de modo que, no capítulo primeiro, procede-se à elucidação do modo como se deu a constituição da região estudada, à luz dos processos sociais, econômicos e políticos por que passou o Estado de São Paulo. Neste sentido, recuperou-se toda a trajetória da ocupação territorial do Estado como meio de posicionar os determinan-

* Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 1993.

tes do surgimento da região de Campinas.

Com base na abordagem acima citada, descrevem-se também os padrões de urbanização das cidades paulistas, além da constituição das políticas públicas brasileiras de saúde e suas influências sobre a estruturação do sistema paulista de saúde.

No segundo, dedicar-se-á ao reconhecimento da região de Campinas, a partir de sua institucionalização como tal. Em tal processo de institucionalização, reconheceu-se, por parte de seus autores, mesmo que timidamente, a complexidade dos processos urbanos locais.

Deste modo, parte-se da consideração do desenho oficial da região de Campinas para definir-se a região de estudo. Lançam-se as bases, também, para a constatação de que tais municípios formam uma rede urbana com funções e processos sócio-econômicos internos muito semelhantes, constituindo, em verdade, um todo organicamente articulado e complementar com características que vêm sendo historicamente construídas.

Tendo por base tais processos, o capítulo terceiro dedicar-se-á à discussão da constituição da região de Campinas, tanto em seus aspectos urbanos como da rede de equipamentos de saúde em seus diversos momentos, de sua gênese com a lavoura canavieira do final do século XVIII até os últimos anos da década de 70, observando-se, em toda sua trajetória, o crescente papel polarizador exercido pela cidade de Campinas ao longo do período estudado.

Em seguida, passar-se-á ao quarto e último capítulo que está estruturado em duas partes. Na primeira parte, mostra-se a região de Campinas tal qual se nos apresenta hoje, bem como estudam-se os fatos determinantes da referida realidade, privilegiando-se as transformações ocorridas a partir das duas últimas décadas, fechando-se, assim, o quadro iniciado no capítulo anterior. Complementando-se o estudo do desenvolvimento sócio-econômico regional, ver-se-á também as alterações recentes nas políticas públicas em saúde, bem como a organização atual do sistema de saúde.

Na segunda parte do referido capítulo, apresentam-se, por fim, alguns da-

dos de produção do conjunto de unidades dos serviços regionais de saúde, estabelecendo-se relações entre eles, de modo a extrair alguns indicadores para aferição do desempenho da rede regional de equipamentos públicos de saúde.

Com base em tais análises foi possível concluir, entre outros, que:

1 - A cidade de Campinas foi fundada por Barreto Leme durante o período açucareiro, com base no apoio do então Governador da Capitania, denotando seu empenho na ocupação do território paulista. Mais tarde, com a implantação e ampliação da produção açucareira, consolida-se como importante núcleo urbano de significação regional, garantida pela existência da rede de estradas, todavia ainda desprovido de suas atuais funções urbanas de natureza capitalistas. Passa, entretanto, a sediar então uma importante classe de produtores rurais.

A urbanização na região de Campinas, durante toda a fase do açúcar, foi marcada pela fragmentação entre a vida rural e a vida urbana, entretanto é o momento no qual teve início a estruturação das funções urbanas da cidade. A vida urbana local não tinha, em verdade, autonomia em relação à vida do campo, constituindo-se em prolongamento desta. As atividades urbanas eram bastante tênues, com características econômicas marcadamente de subsistência e a população regional era bastante reduzida, dispersando-se por grande território.

Com este perfil social, pode-se compreender facilmente a inexistência de estabelecimentos para prestação de serviços de saúde. Além dos motivos acima citados, comparece outro, igualmente importante, o modo como se abordavam, na época, as questões de saúde e de doença. Veja-se como, a seguir.

A mencionada dispersão populacional assim como as poucas atividades econômicas impediam que a atenção à saúde fosse dispensada em espaços apropriados favorecendo, por longo período, a administração de cuidados aos indivíduos diretamente em suas residências rurais, pelos poucos práticos formados, em sua maioria, longe de instituições profissionalizantes ou pela própria população, com conhecimentos empíricos herdados das culturas européia, negra e indígena.

Esses *modos* marcaram toda a

história regional até final do século XIX,¹ quando teve início, a partir da cultura cafeeira, a modernização urbana de algumas cidades paulistas, inclusive Campinas.

2 - A Campinas desse período cresce assustadoramente, tornando-se, no século XIX, a *capital agrícola* da Província, lembrando-se que, a esta altura, a cidade de São Paulo já desempenhava papel importante no Brasil. Tal fato propiciava a expansão e a transformação, tanto no aspecto físico como de suas funções, da antiga capital paulista do açúcar. Amplia-se, então, ainda mais o mercado urbano, com o aporte maciço de população, tanto estrangeira como nacional, significando consumo, disponibilidade de mão-de-obra, prestadores de serviço e comerciantes. Implantam-se também inúmeros estabelecimentos comerciais e os primeiros equipamentos públicos, hospitais, escolas e outros.

Graças aos processos econômicos por que passou, Campinas torna-se precocemente capital regional, diferenciando-se muito do conjunto de cidades paulistas e brasileiras do período, ainda no século XIX, em dois momentos distintos de apogeu, do açúcar e posteriormente do café. Momentos esses que aprofundam ainda mais o caráter central de Campinas em relação à rede urbana paulista. Durante as primeiras décadas do século XX, entretanto, a cidade de São Paulo receberá os maiores impulsos, consolidando-se como metrópole nacional. No mesmo período, o papel regional de Campinas continuará sendo aprofundado, mas em ritmo menor que outrora, voltando a ampliar-se após a década de 50, porém sempre submetida à hegemonia paulistana.

A criação dos primeiros estabelecimentos hospitalares da cidade pode ser explicada a partir do grande desenvolvimento do setor terciário em Campinas. A existência desses primeiros hospitais, no entanto, não significaram nenhuma alteração radical no modo como a população vinha tratando seus problemas de saúde pois, apesar da urbanização crescente e das conseqüentes transformações urbanas, a população ainda residia predominantemente no campo.

Tais processos de urbanização alteraram-se bastante somente nas duas últimas décadas do século XIX, com base

nas intervenções urbanas empreendidas na tentativa de debelar as sucessivas epidemias que assolavam Campinas. A importância dessas intervenções reside em dois fatos, de um lado, o governo provincial cria um conjunto de ações que se constituíram no primeiro momento, no qual os Estados nacional e provincial criam uma política pública, coletiva de saúde. O advento da citada política pública, entretanto, não representou, ainda, a estruturação de uma rede de equipamentos públicos de saúde como hoje se conhece. Somente em meados dos anos 30, com a criação do sistema previdenciário é que teve início, de fato, a atenção coletiva estatal em saúde.

3 - As alterações acima representaram, já na fase de industrialização, também para Campinas, o início da implantação de uma embrionária rede básica de estabelecimentos públicos de saúde que seria sensivelmente ampliada nos anos 80, deste século. A rede hospitalar pública, em que pese o ritmo menor, também foi criada e ampliada na mesma fase. Tal criação, de ambas as redes, se deu, evidentemente, para acompanhar a explosiva ampliação populacional por que passaram as cidades da região de Campinas, notadamente após 1970.

Considere-se ainda outro aspecto relevante. Graças à grande mobilidade territorial, possibilitada pelo sistema de transportes implantado na região, permitindo a ligação rápida e relativamente pouco onerosa, a população pode locomover-se entre as cidades, e mesmo entre os bairros de uma mesma cidade, em busca de serviços mais especializados ou mais afamados. Isto pode se dar a despeito das limitações impostas pelo sistema de atendimento, que estabelece que as unidades básicas são as portas *naturais* de entrada no sistema e que, partindo-se delas, é estabelecida a hierarquia de prestação dos serviços, com base no grau de complexidade dos mesmos. Tais fatos implicam, portanto, na reprodução permanente do papel da ci-

¹ As influências citadas, como as sabe, perduram até hoje, em maior ou menor grau, nos hábitos da população, sob a forma de autocuidados, por meio de práticas de diagnóstico empíricas e pelo conhecimento terapêutico da flora natural. As consultas a benzedoras e curandeiros, entre outros, também demonstram o fato apontado.

dade de Campinas como pólo de atração, no que toca aos serviços médico-hospitalares.

Outra observação importante, o mesmo processo que transformou a cidade de Campinas em pólo regional também a submeteu à hegemonia paulistana, tornando-a até mesmo parte integrante do processo de desenvolvimento da cidade de São Paulo. Este processo de complementaridade/dependência eliminou completamente a relativa autonomia campineira, existente até os anos 50.

Além disto, esvai-se o sentido tradicional de autonomia, na tentativa de transformar a região de Campinas em região metropolitana. Tal denominação/conceito aplicar-se-ia, tão somente para a definição de uma área programática, para o planejamento e ação governamental. Ação esta necessária, no sentido de melhorar-se as estruturas urbanas atuais, preparando-se também para o futuro, já que, como se sabe, o acréscimo de população e produção na região, apesar da diminuição das taxas ao longo dos últimos anos da década de 80, continua a crescer paulatina e constantemente.

Pelas análises estabelecidas, evidenciou-se que o crescimento contínuo da rede regional de equipamentos públicos de saúde tem sido deficitário no atendimento à demanda da população. Tal déficit, como se viu, não é recente, pois, ao contrário, tem sido permanente desde finais do século XIX, quando teve início a formação da rede de serviços regionais de saúde a partir da cidade de Campinas.

Nos anos 70, e mais recentemente, estes déficits tenderam a se agravar, em virtude, tanto da incapacidade demonstrada pelo poder público no investimento para ampliação da rede, como pelas próprias características das cidades, tais como urbanização contínua, entre outras, aumentando constantemente seus perímetros urbanos.

Um dos problemas trazidos por essa ampliação contínua dos perímetros

urbanos reside na própria estrutura funcional das cidades que cria áreas polarizadoras, os centros, onde estão concentrados os serviços urbanos essenciais. Assim, quanto mais as cidades crescem, maior seu centro prestador de serviços essenciais. A aparente vantagem obtida pela ampliação e especialização da área central converte-se para a população em desvantagem, já que mais distantes estarão suas áreas residenciais.

Numa rápida observação da mancha urbana de Campinas, vê-se claramente que os hospitais mais antigos, do final do século XIX - como foi visto - outrora afastados, implantados em locais então de baixa densidade; situam-se hoje, em plena área central. A partir da consideração deste fato, aparentemente simples e bastante comum, impõe-se a necessidade de alterar-se as formas de proposição de equipamentos urbanos, no tocante às questões locacionais, de modo que se reduzam as defasagens entre realidades presente e futura, defasagens estas que *envelhecem*, precocemente, os referidos equipamentos, tornando-os inadequados.

Por fim, considere-se um último aspecto também importante, sobre a ampliação das áreas urbanas. Julgando-se que se mantenham as taxas regionais de crescimento populacional e urbano, será irreversível a transformação da rede urbana regional em uma única *massa* urbana, a despeito dos limites municipais. Partindo-se de tais fatos, comparece uma nova questão emergente: há que se encontrar um modo alternativo de se pensar o planejamento das redes de equipamentos de saúde, modo este que não aprofunde ainda mais a histórica subdivisão e polarização excessivas entre o todo urbano, isto é, o centro e a periferia, e, ainda, que consiga ultrapassar a tendência permanente à compreensão/atuação fragmentada do território, explicitada, inclusive, pela usual compartimentação político-administrativa do mesmo, em unidades municipais.

Caiçaras, Migrantes e Turistas: a trajetória da
apropriação da natureza no litoral norte paulista*

Maria Tereza D. P. Luchiani

Geógrafa

A questão ambiental vem amadurecendo rapidamente dentro das ciências sociais. Cada disciplina, a seu modo, vai se aproximando dessa problemática, tendo como suporte a sua própria tradição de pesquisa. A construção da temática sociedade-natureza, dentro das ciências sociais, tem como *fio condutor* a questão dos processos sociais e sua relação com os fenômenos naturais, ou seja, toma como pressuposto a incorporação do homem nos ecossistemas naturais que, a partir de múltiplas relações, geram configurações regionais peculiares.

É dentro desse enfoque que foi elaborada a investigação das diversas formas de apropriação da natureza no litoral norte paulista, mais especificamente no distrito de Maresias, município de São Sebastião. Os principais personagens enfocados foram o caiçara, o imigrante, o turista e o meio ambiente físico (enquanto recurso percebido, utilizado e transformado pelo homem). Também foram apontados alguns dos principais elementos responsáveis pela transformação da cultura caiçara e da paisagem primitiva enquanto uma *transformação da racionalidade no modo de tratar a natureza*.

A primeira idéia desta pesquisa surgiu a partir das transformações recentes do litoral norte paulista que passaram a encobrir as peculiaridades da região - tanto em termos da caracterização física da área como em termos culturais.

Logo no início, a partir desta constatação e da própria formação acadêmica da autora, a idéia era não separar homem e natureza, colocando ambos como sujeitos de um mesmo processo. A idéia evoluiu no sentido de não apenas descrever esta relação, mas também lançando mão da *fala* dos principais sujeitos que ali atuam (caiçaras, imigrantes e turistas) e das principais variáveis físicas da região, sugerir formas melhor orientadas no sentido de preservar a cultura local e a própria paisagem litorânea.

Houve, nesta investigação, um acento deliberado na imagem do caiçara,

na sua cultura e nas formas tradicionais da relação homem/natureza. Esta opção não se deu devido a uma idealização do modo de vida caiçara, mas justamente para tentar frisar racionalidades opostas no modo de tratar a natureza e, a partir daí, estabelecer uma relação entre as *perdas e ganhos* dessa trajetória.

Inicialmente, buscou-se a recuperação da história regional dentro de um contexto mais amplo: o dos ciclos econômicos. Essa abordagem reforçou a constatação de que a natureza no litoral norte paulista não se manteve intacta durante séculos; ao contrário, ela serviu de *palco* de inúmeras investidas do homem/colonizador, responsável pelo uso de seus recursos numa escala inédita às populações nativas. Em seguida, tendo em vista as atividades produtivas mais marcantes para a reprodução das comunidades nativas e que melhor representassem suas formas de relacionar-se com o meio ambiente físico, tentou-se distinguir a cultura caiçara dentro de seu *habitat* original.

Apoiando-se na história local e em relatos colhidos no trabalho de campo, a investigação descreve o modo de vida caiçara no período em que estas comunidades viveram relativamente isoladas - período que vai do final do século passado até a década de 50. É a chamada *epopéia caiçara* ou *período heróico* de sua sobrevivência. Esse período foi sustentado pelas *canoas de voga*, pelas *lavouras*, pela *pesca artesanal* e pelo *espaço social caiçara*, onde o *tempo natural* e o *espaço natural* possuíam um forte poder na orientação das atividades econômicas e sociais.

O texto, intitulado *De Lavradores-Pescadores a Pescadores Artesanais*, salienta como a transformação dessa população em pescadores profissionais exclusivos, desarticulou a antiga autonomia dessas populações que passaram de uma econo-

* Dissertação defendida em março de 1992 no Departamento de Sociologia - FCH/Unicamp.

mia diversificada, integrada à natureza numa relação dinâmica e recíproca e com certo grau de auto-suficiência, para uma economia dependente de bens industrializados, insuficiente para suprir necessidades e especializada economicamente.

Os agentes externos (principalmente urbanização e turismo) foram enfocados sob o ponto de vista negativo (enquanto desorganizadores dos padrões tradicionais de ajustamento sócio-econômico e ecológico) e sob o ponto de vista positivo (promovendo a reorganização do sistema antigo de modo a permitir um novo ajuste com a sociedade urbana e a estreitar a articulação com a sociedade urbana global).

Se de um lado, a urbanização e seus processos específicos levou a modernização aos diversos setores econômicos da região, por outro, intensificou a pobreza, a degradação ambiental e afigurou-se como um processo de marginalização sócio-econômica e espacial das populações caiçaras e migrantes de baixa renda.

Também o setor turístico incorporou esta região, desconsiderando o que ela tem de peculiar enquanto produção cultural e desrespeitando a fragilidade desses ambientes litorâneos.

Contudo, os três segmentos sociais aqui analisados (caiçaras, migrantes e turistas) se unem em torno da questão ambiental. É esse debate que incorpora as reivindicações diferenciadas. O turista tem como finalidade o consumo do recurso natural para o lazer. O imigrante-residente, característico desta região, tem como finalidade uma melhor qualidade de vida baseada na abundância do recurso natural e seu modo de vida correspondente. O caiçara necessita desses recursos para garantir seu modo de vida. Apesar das três perspectivas terem finalidades diversas (1 - recurso ambiental enquanto *consumo*; 2 - recurso ambiental enquanto *qualidade de vida*; 3 - recurso ambiental enquanto *sobrevivência*), a preservação do meio ambiente sob as três óticas é fundamental.

Neste caso, a justificativa primeira do desenvolvimento da indústria do turismo - o recurso ambiental, é também necessidade básica para a sobrevivência dos grupos caiçaras. E aqui, abre-se uma nova perspectiva entre o confronto de uma sociedade tradicional e uma sociedade moderna. A especulação com a

terra, através do setor turístico, não pode simplesmente implantar uma nova ordem, destruindo completamente o antigo (como no caso da industrialização de sociedades rurais). Alguns pontos devem ser preservados para dar continuidade à lógica que lhe dá sustentação.

O turismo representa a única *indústria* com capacidade para dinamizar a economia do litoral norte; resta que a sua implantação respeite regras, normas de planejamento baseadas na preservação do meio ambiente e no incentivo à sobrevivência das populações nativas. Um planejamento a longo prazo - sem a lógica imediatista de lucros do setor imobiliário - traria chances de sobrevivência não só ao meio ambiente e às populações caiçaras, mas ao próprio setor turístico.

Esta investigação apoiou-se fortemente no trabalho de campo, enquanto um rico recurso para o conhecimento da realidade. A partir desta leitura final e mais qualitativa da realidade (baseada em indagações verbais, questionários, entrevistas, depoimentos e conversas informais com os três segmentos sociais) foi possível constatar que a paisagem construída, substituindo a paisagem primitiva, não significa apenas a substituição de uma paisagem pela outra a partir de formas e proporções mensuráveis quantitativamente. Esta substituição se relaciona antes a formas diferenciadas de apropriar-se do ambiente, a códigos de existência variados, a mecanismos de sobrevivência diferentes - às vezes, divergentes - enfim, à substituição de uma postura do homem diante da natureza, onde a principal diferença é a pretensa postura atual que carrega em si a crença da dominação e da superioridade do homem sobre a natureza e dos homens sobre os homens (leia-se sociedades complexas sobre sociedades tradicionais).

A nova racionalidade do mercado impõe uma homogeneização desses bairros litorâneos, transformando a natureza a partir de uma visão estética idealizada nos centros urbanos e tendo em vista o lazer das classes paulistanas privilegiadas economicamente.

Resta ao Estado ser o catalisador desses processos, de modo a pensar na sobrevivência dos ambientes litorâneos, de suas comunidades tradicionais e no planejamento adequado para a expansão do setor turístico.

Engenho e Arquitetura. Morfologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco

Geraldo Gomes

Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor pela FAU-USP

A sociedade colonial brasileira, nos seus dois primeiros séculos de existência, teve seu comportamento ditado, em grande parte, pelas soluções encontradas para os problemas da produção do açúcar de cana. Essa cultura, na realidade, foi o que justificou a colonização do Brasil pois, em meados do século XVI, os portugueses já não tinham muitas esperanças de encontrar os metais preciosos que os espanhóis haviam achado em mãos das civilizações incas, maias e astecas.

As circunstâncias em que foi implantada a manufatura do açúcar no nordeste brasileiro marcaram indelevelmente a sociedade brasileira e significaram muito pouco no que se pode considerar como processo civilizatório.

Na medida em que a produção do açúcar no Brasil colonial subordinou-se às oscilações do mercado internacional a terra e a gente brasileira serviram somente de instrumento para alcançar as metas econômicas da coroa portuguesa.

Do ponto de vista da técnica utilizada para a cultura da cana e manufatura do açúcar não houve evolução significativa durante todo o período colonial, isto é, quase três séculos. Somente a partir do século XIX, assim mesmo timidamente, novas técnicas foram introduzidas no país, principalmente oriundas das Antilhas francesas e inglesas, quando não das próprias metrópoles desses povos.

O isolamento a que foi submetido a colônia do Brasil foi tal que, no que diz respeito à documentação sobre a nature-

za da arquitetura que aqui se realizou naquele período, o único registro considerável deve-se aos holandeses, quando ocuparam Pernambuco por um breve período de vinte e quatro anos.

O meio físico em Pernambuco, caracterizado pela Mata Atlântica e por saudáveis rios foi se degenerando contínua e inexoravelmente. A mata foi totalmente devastada para dar lugar à cultura da cana e para fornecer a lenha que alimentou as fornalhas dos engenhos. As culturas agrícolas, que já não eram tão diversificadas, desapareceram por completa, absorvidas pela cana. Os rios, que originalmente serviam de força motriz para as moendas e de transporte para o açúcar produzido, foram reduzidos, a receptáculos dos dejetos industriais das usinas que começaram a se instalar na região a partir de fins do século passado.

A escravidão, a princípio malsucedida e em pequena escala dos nativos foi logo substituída e em tais proporções pela escravidão de africanos que passou a se constituir na marca mais notável da sociedade que se formou em Pernambuco. A propriedade de escravos, como evidência de status, viria a deformar a personalidade, não somente do dono como também do escravo de uma forma tão radical que ainda hoje se reflete na estrutura da sociedade livre da região.

O senhor de engenho, tradicionalmente retratado com sua aura de poder, de fato, em muitos casos, foi presa fácil dos comerciantes da cidade, donos do

capital e açambarcadores dos negócios de exportação de açúcar. Dai a maneira heterogênea como se manifesta a arquitetura rural e a diversidade dos tipos, mais condicionada pelas posses do que pelos gostos dos senhores de engenho.

Quanto à localização dos engenhos, a proximidade dos rios foi um forte condicionante até meados do século XIX, quando começaram a surgir as primeiras estradas de ferro e intensificou-se a utilização da energia a vapor também para movimentar as moendas. A partir de uma implantação mais orgânica os edifícios dos engenhos foram se dispondo no terreno de uma maneira mais racional, provavelmente seguindo modelos franceses. Como em todos os arranjos e edifícios eram sempre independentes entre si, os sistemas construtivos não foram, obrigatoriamente, os mesmos para todas as unidades de um mesmo engenho. Do conjunto de edifícios que compunham o engenho, quatro destacam-se por sua permanência: o *engenho* propriamente dito, também, chamado de *fábrica* ou *moita*, a *casa-grande*, a *senzala* e a *capela*. Essa última foi sempre construída com os materiais mais duráveis - alvenaria de pedra ou de tijolos - indicando o seu valor simbólico a se sobrepor às vicissitudes dos senhores de engenho. Todos os demais edifícios poderiam ser provisórios e isto se mostrava até nos materiais com que eram construídos. A imagem, portanto, de fortalezas que se procurou difundir em analogia com as casas-grandes dos engenhos pernambucanos se aplica somente a alguns poucos e excepcionais casos.

Neste quadro de uma arquitetura funcional que se realizou dentro dos restritos limites das possibilidades econômicas dos senhores de engenho os tipos não apresentam grandes diferenças entre si. Assim, por exemplo, a arquitetura da fábrica, manteve-se praticamente a mesma até meados do século XIX, quando se adaptou para receber os novos equipamentos.

A habitação dos escravos foi um

outro exemplo de permanência e imutabilidade o que poderia se explicar pela estabilidade das relações sociais.

A rigor só podemos falar em arquitetura, enquanto realização que atende a alguma satisfação estática além da funcionalidade, conforto e estabilidade estrutural, quando tratamos das casas-grandes e das capelas dos engenhos pernambucanos.

Não temos condições de asseverar que conhecemos todos os tipos de arquitetura das casas grandes e capelas devido a já citada escassez de documentação bibliográfica e iconográfica referente ao período colonial. Pernambuco tem, porém, o privilégio de ter sido ocupado pelos holandeses num curtíssimo período de tempo (1630-1654) em que pintores holandeses documentaram, com maestria, cenas de nossas paisagens urbanas e rurais. Com esses fragmentos preciosos e exclusivos de documentação iconográfica e com os textos contemporâneos foi possível identificar tipos de arquitetura que, provavelmente devido ao lento processo de transformação da sociedade colonial, se reproduziram sem grandes modificações. A segunda grande fonte de informações para a caracterização da arquitetura dos engenhos foram os relatos dos viajantes e residentes estrangeiros do século XIX, com destaque para *Graham*, *Debret*, *Vauthier*, *Koster* e *Tolenare*.

A terceira grande fonte de informações foi o levantamento de campo realizado em 150 engenhos, todos situados na Zona da Mata de Pernambuco. A análise desses dados permitiu a identificação de três grupos distintos de partidos arquitetônicos para as capelas e sete para as casas-grandes. Nenhum desses tipos foi reconhecido como autóctone de Pernambuco e do Brasil. Pesquisas realizadas na Biblioteca do *British Museum* de Londres, na Biblioteca Nacional de Paris e na Biblioteca Nacional de Havana, visando conhecer as realizações arquitetônicas dos engenhos de açúcar das Antilhas levaram-nos a concluir pelo cruzamento de influências das mais di-

versas origens para caracterizar os tipos encontrados no Brasil. Assim, aquilo que não é de origem portuguesa não é, obrigatoriamente, uma criação brasileira.

O fato desta arquitetura não se notabilizar pelos seus autores dispensou a tradicional pesquisa histórica em torno de nomes e definiu a orientação pela caracterização tipológica.

A casa-grande, edifício que mais se modificou ao longo da história de quatro

séculos dos engenhos pernambucanos de açúcar, assumiu várias formas segundo as circunstâncias locais de disponibilidades de materiais construtivos, necessidades e limitações de seus proprietários. Devido a essa diversidade tornou-se impossível identificá-la como um clássico de nossa arquitetura rural. Embora a desmistificação dessa arquitetura não tenha sido nossa intenção primeira, resultou naturalmente.

A Infância Assistida*

Ethel Kosminsky

Professora Doutora em Sociologia, Departamento de Sociologia e Antropologia da Unesp/Campus de Marília

Esta pesquisa compreende o estudo das formas de sociabilidade infantil desenvolvidas pelas crianças internadas em quatro instituições assistenciais, duas na cidade de São Paulo e duas na cidade de Marília. Por tratar-se de uma pesquisa que enfatiza metodologicamente a *voz* da criança, foi possível apreender a opinião da mesma sobre a sua vida na instituição e o seu relacionamento com os adultos e as demais crianças. Foram também entrevistados os diretores e os funcionários das instituições pesquisadas e analisados os *prontuários* das crianças existentes nas instituições. As con-

clusões assinaladas foram as seguintes: a maioria das crianças prefere ficar na instituição do que regressar à família; a avaliação da criança sobre a instituição está relacionada ao tamanho da entidade (número de crianças) e à aproximação existente entre ela e o funcionário. A sociabilidade infantil está ligada às diretrizes da instituição; assim, esta pode favorecer, ou não, o desenvolvimento do relacionamento entre irmãos, de vínculos de amizade e de conflitos internos à entidade, como pode também incentivar ou impedir o surgimento de uma sociabilidade externa à instituição. (Ceru/Finep).

* KOSMINSKY, Ethel. *A infância assistida*. Tese (Doutorado) - FFLCH, USP, 1992.

Vida e Ocaso de um Anarquista*

Eliana Regina de Freitas Dutra

Professora Adj. do Departamento de História. Doutora em História Social pela USP. Autora do livro *Caminhos Operários nas Minas Gerais*

Um trabalho primoroso é o que se pode dizer do livro *A Imagem Rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*, da historiadora Regina Horta Duarte, lançado em edição conjunta pelas editoras Pontes e Unicamp que, certamente, será recebido com satisfação pelo público leitor em geral e pelos historiadores e interessados em literatura brasileira, em particular. Nele, a figura central é a do escritor e militante anarquista mineiro Avelino Fóscolo, nascido na vetusta Sabará, nos idos de 1864 e falecido nos anos 40. E é através dos passos e dos caminhos percorridos por Fóscolo em direção à utopia libertária, que a autora nos conduz para o centro de um palco onde é encenada uma história que não se restringe à vida do personagem principal, no caso Fóscolo, mas que, em suspense, lentamente, vai se desvelando como uma história de uma época, de uma sociedade, onde o vivido dos homens se fez em um contexto diferente do nosso, com desafios próprios e respostas outras.

Assim, a vida e a obra de Fóscolo são utilizadas por Regina Horta para nos fazer aceder a um momento histórico importante, entre o fim do século passado e as primeiras décadas deste, em cuja cena estão presentes os ecos da abolição, o advento da república, as influências do naturalismo, a difusão do anarquismo, o movimento operário dos primeiros anos deste século, as relações de dominação vigentes no sertão mineiro, e onde é possível sentir a textura da vida cotidiana em Sabará, em Taboleiro Grande e em Belo Horizonte.

Ao invés de um relato biográfico de um escritor militante, a autora oferece-nos, com sensibilidade, uma narrativa histórica de qualidade irretocável, onde cada fato, cada acontecimento, cada gesto, cada desejo capturado é uma pista com a qual ela descortina uma possibilidade mais ampla de explicação, de comparação, de trabalho conceitual. Dessa forma, narrando, ela constrói uma história analítica, que cada vez mais deixa para trás o simples factual e sua forma consagrada: a narrativa tradicional. Influenciada, talvez, pelo Fóscolo escritor, a autora, ao optar pela narrativa, acaba por aproximar a história da literatura fazendo com que a leitura do seu livro, originalmente dissertação de mestrado, seja feita como a de um romance.

No primeiro capítulo, intitulado significativamente *O Ator*, numa alusão às experiências teatrais do escritor, a autora apresenta-nos a Avelino Fóscolo. Falamos de sua infância em Sabará, o vivenciamento da orfandade, a fuga da casa dos tutores, o trabalho nas minas das Gerais junto com escravos, a entrada para uma companhia mambembe que percorria o interior de Minas e, a partir daí, as suas viagens pelo Brasil e América do Sul, a disponibilidade de tempo para a leitura das obras de Júlio Verne, Victor Hugo, Alexandre Dumas Pai, a con-

* DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Pontes: Editora da Unicamp, 1991.

vivência com outras nacionalidades, o aprendizado de outras línguas.

Uma a uma, essas vivências, no campo do trabalho, da cultura e, por que não dizer, de emancipação individual, vão compondo para o leitor, o perfil de Fóscolo. É a percepção de que elas aderem para sempre à sua vida se confirma à frente, quando elas reaparecem revivenciadas intensamente, através das suas opções políticas e dos dramas de seus personagens, e sua revelação é presidida pela autora enquanto tece com delicadeza os vários encadeamentos.

O retorno a Sabará vai significar a retomada da convivência com os amigos de infância Luís Cassiano Martins Pereira e Artur Lobo. Ao lado deles, Avelino Fóscolo vai entrar em contato com as obras de Zola, Flaubert, Eça de Queirós, Guerra Junqueira, Auguste Comte, Júlio Ribeiro e outros, cujas idéias assustavam a pacata Sabará, aderindo com entusiasmo ao naturalismo, acreditando nos *benefícios da ciência e do progresso na transformação da sociedade*. O que a autora nos mostra aqui é a descoberta por Fóscolo de um mundo intelectual fervilhante de idéias e projetos político-sociais, onde ele vislumbra a possibilidade de alcançar a alteridade sonhada. Nesse momento, o ideal comtiano de ciência, a rebeldia dos naturalistas, o desafio anticlerical, parecem-lhe as armas certas com que pode contar na sua ânsia do novo, que ele visualiza na República. Para concretizá-la é, também com os amigos, que Fóscolo vai participar de várias *atividades teatrais, jornalísticas, literárias e políticas*. A organização de um grupo de teatro amador, a colaboração na *Folha Sabarense*, a co-autoria do romance *A Mulher*, a fundação do jornal *O Contemporâneo* são iniciativas comuns desses amigos que vão também participar da campanha abolicionista e apoiar fervorosamente a República.

Ainda nesta parte do livro, acompanhamos Fóscolo a Taboleiro Grande, aonde se dirige, bem de acordo com o seu temperamento romântico e arrebatado, para pedir em casamento a moça por quem se apaixonara. Após o casamento, Fóscolo fixa-se na cidade e passa a trabalhar com o sogro na única farmácia local. É dessa época o enfrentamento com os Mascarenhas, a família mais poderosa da região, a morte dos amigos, a publicação de *O Caboclo*, *A Capital* e *O Mestiço*, a desilusão definitiva com o projeto republicano e a adesão solitária, já que sem a companhia dos amigos, já mortos, ao anarquismo.

As experiências intelectuais compartilhadas com os amigos e a permanência, apesar da República, das mesmas relações político-sociais que Fóscolo criticava, pavimentam seu caminho em direção ao comunismo libertário que lhe vai ser acenado por Grave, Reclus, Tolstói e Kropotkin, nos seus vários textos teóricos, que ele lerá com esperança e avidez.

É como um ativo militante anarquista que vamos encontrar Avelino Fóscolo no segundo capítulo ao qual a autora deu o título de *O Semeador*. Aqui, ela revela-nos revela um Fóscolo imbuído, com um fervor quase religioso, da missão de *semear* o anarquismo, fundando o jornal *A Nova Era*, assinando jornais anarquistas como *A Lanterna* e o *Livre Pensador*; mantendo correspondências com Edgar Leunroth; colaborando na imprensa anarquista como em *A Lanterna* e a *Folha do Povo*; difundindo a literatura anarquista em Taboleiro Grande através de folhetos distribuídos, artigos no seu jornal, empréstimos de livros e periódicos, denunciando as condições de vida dos operários da Fábrica do Cedro; organizando com esses operários grupos de teatro amador, que encenavam semanalmente peças libertárias; defendendo

a melhoria do ensino e, naturalmente, escrevendo *romances sociais*. Datam desse período de sua vida os romances *O Jubileu*, *No Circo* e a peça teatral *O Semeador*.

Nessa parte da narrativa é possível ao leitor entender o anarquismo de Avelino Fóscolo, o qual, como a autora tão bem consegue mostrar, ultrapassa a fronteira da literatura e do jornalismo para mergulhar na solidariedade exercida na farmácia, no enfrentamento das adversidades presentes no cotidiano operário, na organização de atividades de lazer onde é possível, no teatro, por alguns momentos, experimentar, com outros nomes e noutro cenário, a magia libertária. O anarquismo do seu Avelino adentra a sua vida e a sua labuta diária e com elas se confunde e isto a autora não nos deixa esquecer ao mesmo tempo que nos lembra que a historiografia do anarquismo no Brasil comporta outras escritas, outras abordagens e um novo olhar.

O terceiro capítulo do livro tem o mesmo título do último romance publicado por Fóscolo em 1920: *Vulcões*. Para esse nome convergem, segundo Regina, de um lado, as influências do geógrafo e teórico anarquista Eliseu Réclus, que comparava a evolução das sociedades humanas aos movimentos imperceptíveis no interior da terra, às forças profundas que ocasionam terremotos e põem em atividades os vulcões; de outro, a força da imagem da Revolução Russa de 1917, contemporânea ao seu romance, vista por ele como uma força vulcânica capaz de destruir e soterrar a antiga sociedade, enquanto abre fatalmente o caminho para a nova.

O Fóscolo descrito neste capítulo, é segundo a autora, o profeta da revolução, que ele acredita inevitável dados os sinais presentes no cenário social brasileiro dos anos vinte, como as greves

operárias, as agitações políticas, a intensa atividade sindical, as quais ele pretende acirrar com os exemplos ficcionais dos seus romances e peças como *O Demônio Moderno*.

Ao longo dos anos vinte, entretanto, o entusiasmo do profeta vai cedendo ao desânimo diante da revolução que não vem, do anarquismo que vai soçobrando frente ao recém-criado Partido Comunista Brasileiro, da longevidade da elite política no poder. Cada vez mais só, o escritor e militante vai caindo no ostracismo, é marginalizado dentro da Academia Mineira de Letras, ignorado pelos jovens escritores mineiros modernos, e, por ironia do destino, a sua vida pessoal entra em decadência em compasso com a vida política do país que enfrenta, entre os anos 30 e 40, o Estado Novo, a supressão das liberdades democráticas, a ferocidade da repressão policial. Ainda assim, em 1940, escreve a peça *Morro Velho*, que não consegue publicar por conter críticas à atuação dos ingleses na mina do mesmo nome.

Todos esses momentos da trajetória de Avelino Fóscolo são reconstituídos pela autora a partir de sua inserção em uma temporalidade histórica que, esta sim, vai dotar de inteligibilidade suas ações políticas, seus sonhos sociais, sua produção literária. Nesse ponto é que o trabalho do historiador se faz notar. A figura do Fóscolo anarquista e escritor que emerge em todo o livro de Regina Horta traz consigo uma fotografia em negativo das relações sociais que o circundavam.

Suas obras literárias e seus artigos jornalísticos são tomados pela autora como documento histórico e o seu conteúdo é recuperado com vistas não a uma análise literária, e sim pela dimensão histórica nele contida. Nesta perspectiva, a autora trabalhou a documentação não no sentido de confirmar ou explicar as

atividades de Fóscolo pela sua filiação a um determinado estilo literário ou a uma corrente do pensamento anarquista e sim no sentido de entender as condições da sua produção.

O resultado é uma narrativa tocante, um retrato bem-feito de um homem e de uma época, onde a utopia igualitária ainda não havia entrado na sua fase crepuscular.

Marcello Piacentini*

Marcos Tognon**

Pós-graduando em História da Arte e da Cultura no Depto. de História/IFCH - Unicamp. Professor da FAU-Pucc

Arquitetura fascista, arquitetura monumental, arquitetura acadêmica. É sob estes estigmas que a trilogia oficial sobre a arquitetura do século XX na Itália - Argan, Zevi e Benevolo - denomina a obra de Marcello Piacentini. Arquitetura de significados nulos, arquitetura de representação, de retorno à *Roma Imperial*, arquitetura que dentro da modernidade certamente estaria no sentido contrário da história. Esta é a arquitetura de Marcello Piacentini na apresentação dos nossos compêndios.

Com a publicação da tese de *Doutorado di Ricerca* de Mario Lupano, da Universidade de Firenze, Piacentini ocupa um lugar que certamente permitirá análises sem o foco das preocupações e interesses ideológicos, de ter sido o maior arquiteto do período fascista. Trata-se de um trabalho monográfico, com uma abordagem de questões que segue a cronologia das obras mais importantes de Piacentini, informações bibliográficas e biográficas e, o mais relevante, uma primeira relação de obras produzidas entre 1896 e 1956. É neste aspecto, a primeira e mais completa publicação de informações contidas no Arquivo Piacentini.

A obra de Piacentini, como nos mostra Lupano, rapidamente escapa dos estigmas ideologicamente aplicados e passa para o curso de uma história muito negligenciada, da história que está se constituindo sobre a denominação de *Novecento*, trabalho de uma nova geração de historiadores. Essa história não é a antítese do movimento moderno, mas se filia a preocupações vindas também

do século XIX, de Camilo Sitte, de Charles Buls, de Joseph Stübben, entre outros. A história da obra de Piacentini é justamente a consciência e a vontade de não abandonar a história da arte, da arquitetura, da cidade.

A arquitetura do *Novecento*, com Muzio e depois Piacentini, tratara de entender todo o legado das cidades seculares italianas, *um organismo, entre história e natureza* (p. 28). A obra de Piacentini é a introdução da história da cidade como um fator importante, e talvez o mais determinante na realização do projeto de arquitetura. Esta preocupação fundamental da obra de Piacentini tem um nome: *Edilizia Cittadina*, i.e., a tradução italiana de *Städtebau*, e que para nós seria, com o auxílio de uma palavra-chave extra de uma tradução literal, a *arte de construir na cidade*. Uma busca da capacidade de resultados estéticos e técnicos - a arte, uma ação que revele a vontade de participação do contexto, da história - construir, e, um lugar onde todos os acontecimentos se situam, a intervenção atual, a história presente - a cidade. Destas *três consciências*, nasce a obra de Piacentini, e junto com ela uma posição do arquiteto como um profissional de responsabilidades cívicas, de trabalhos em corporações, de grupos de debates de idéias sobre a cidade.

Dos muitos exemplos de *inter-*

* LUPANO, Mario. *Marcello Piacentini*. Roma: Ed. Laterza. 218 p. (Coleção Gli Architetti).

** Resenha e tradução.

venções de Piacentini na cidade, do seu *ecletismo* intencional, já que quem estipula os parâmetros é o próprio contexto urbano, podemos passar para a atuação de Piacentini como editor-redator da principal revista italiana desse período: a revista *Architettura e Arti Decorative* e depois de 1932 apenas *Architettura*, órgão oficial do Sindicato Fascista dos Arquitetos. Divulgando idéias e acontecimentos, apresentando para os italianos Le Corbusier, as cidades norte-americanas e o seu crescimento liberal, as idéias de Viena e Paris, Piacentini realizou, a partir de sua revista, a primeira crítica sobre o racionalismo de origem francesa e que logo teria adeptos na Itália, como *Terragni* e *Gruppo 7*. Temos aqui o momento de maior discussão de idéias que ocorreu sobre o racionalismo em toda a Europa. Mario Lupano dedica um capítulo inteiro a essa questão, demonstrando a delicada situação de Piacentini, entre tradicionalistas e racionalistas, adotando ou abolindo os diversos componentes deste contexto, em função da arte de construir na cidade. Piacentini polemizou com conservadores como Ojetti, assim como conquistou inimigos ferozes como o dono de uma galeria de arte em Roma, defensor do racionalismo, anarquista e fascista chamado Pietro Maria Bardi.

Mario Lupano pertence àquela já referida geração de historiadores que começa a tecer a história da arquitetura do *Novecento*. O lançamento do seu livro na Itália no final do ano passado causou ainda duras críticas de grandes historiadores, como Bruno Zevi e Cesare de Seta. Afinal, o livro de Lupano saiu na coleção *Gli Architetti*, da Laterza, alinhando Piacentini ao lado de nomes ilustres como Adolf Loos, Auguste Perret, Hector Guimard, entre outros. Mas a urgência desse trabalho de restituir uma história muito negligenciada é maior. Ao lado desta monografia sobre Marcello Piacentini, temos, desde 1990, o primeiro volume da *Storia Moderna dell'Arte in Italia* da professora Paola Barocchi, uma das maiores historiadoras italianas, consagrada pelo

seu trabalho de curadoria de fontes primárias sobre arte. Esse primeiro volume contém justamente o período de 1925-1945.

A urgência de estudos sobre o *Novecento* também deve chegar ao Brasil, pois com a publicação de projetos e informações do arquivo Piacentini estão abertos muitos precedentes para o estudo das obras desse arquiteto que temos aqui, como a Mansão Matarazzo, na Avenida Paulista, o Edifício das IRFM (hoje Banespa no Vale do Anhangabaú) e os projetos frustrados para duas universidades. Além disto, interessa-nos muito entender as relações entre Piacentini e dois de seus melhores alunos da disciplina de *Edilizia Cittadina e Arte dei Giardini*, e que trabalharam posteriormente com o mestre, no começo da década de 20: Rino Levi e Gregori Warchavchik.

Superada as diatribes contra os racionalistas e tradicionalistas, Piacentini pôde com renovada força propor-se como o genitor de uma pacificação das tendências e intérprete de uma nova versão dos temas lingüísticos preferidos sempre por ele, e talvez numa direção mais acentuada para o clássico simplificado, despojado, maciço, obtido com a adoção do pilar e dos vãos esquadrados, antigos amores piacentinianos. Enquanto os tradicionalistas perseguem uma relação direta entre classicismo e arte oficial, Piacentini busca evitá-la, e através dos temas do coletivismo, do antiindividualismo, tenta corresponder ao espírito do tempo. Quer formentar a construção de um novo estilo, de uma nova linguagem, que nasce da pacificação: não quer adotar nenhum estilo já pronto ou predeterminado, porque a arquitetura deve ser inclusiva, em sintonia com os anos de consenso. (Lupano, p. 79).

Marcello Piacentini (1881-1960), romano, foi um dos arquitetos mais presentes na história da cultura artística italiana do período entre guerras. Inicialmente trabalhando com seu pai, um respeitável arquiteto na sociedade romana, torna-se responsável por importantes projetos como o Pavilhão da Itália na Exposição Universal de Bruxelas em 1910. Crítico militante a favor

do debate de idéias sobre a arquitetura e a cidade, atuou muito no jornal *Popolo Romano*, intensificando esta atividade em sua revista *Architettura e Arti Decorative*, fundada em 1921, e não deixando de participar das discussões em outros periódicos que surgiram como *Palladio*, *Dedalo* etc. Piacentini foi um dos membros que fundaram o primeiro curso de arquitetura regular italiano na *Scuola Superiore di Architettura di Roma*. Obteve vários cargos administrativos junto ao governo fascista de Mussolini, sempre responsável por concursos e a atuação profissional dos arquitetos. Polemizou com todas as tendências de arquitetura e escreveu *Architettura*

d'Oggi em 1930, fazendo um balanço crítico de toda a produção europeia daquele período. Dirigiu, em 1931, equipes que desenvolveram projetos urbanísticos para Bergamo, Genova, Brescia, o bairro EUR, entre outros. Coordenou a equipe que realizou a Cidade Universitária de Roma em 1932, motivo pelo qual foi convidado em 1935, pelo governo de Getúlio Vargas para uma visita oficial ao Brasil para elaborar o projeto de uma universidade na capital do país. Mesmo não construindo este projeto, Piacentini manteve vínculos com o Brasil através dos encargos dados pela Família Matarazzo, construindo as poucas obras que fez fora da Itália.